

e por falar em educação

o podcast da ABMES



2023

4ª TEMPORADA





Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060 - Telefone: (61) 3961-9832
www.abmes.org.br | editora@abmes.org.br

Presidência

Diretor-presidente

Celso Niskier

Vice-Presidentes

Débora Brettas Andrade Guerra

Daniel Faccini Castanho

José Janguê Bezerra Diniz

Colegiado da Presidência

Carlos Joel Pereira

Claudia Meucci Andreatini

Eduardo Parente Menezes

Eduardo Storopoli

José Vicente

Marcelo Antonio Fuster Soler

Paulo Muniz Lopes

Renato Padovese

Saumíneo da Silva Nascimento

Tales de Sá Cavalcante

Wilson de Matos Silva

Suplentes

Carmen Regina Murara

Edson Machado de Sousa Filho

Flavio Cunha de Carvalho

João Rodrigues Sampaio Neto

Leopoldina de Souza Marques

Conselho Fiscal

Getúlio Moreira Lopes

Géza Németh

Maria Antonieta Alves Chiappetta

Maria Eliza de Aguiar e Silva

Tereza Cristina Rodrigues da Cunha

Suplentes

Eduardo Augusto de Andrade Ramos

Bruno Eizerik

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

José Wilson dos Santos

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Antônio de Azevedo Lima

Diretor Técnico

José Lima de Carvalho Rocha

Diretor Executivo

Andrei Candiota

Conselho de Administração

Presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Membros Natos

Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antonio Carbonari Netto

Antonio Colaço Martins

Eduardo Soares de Oliveira

Hiran Costa Rabelo

Jânnyo Janguê Bezerra Diniz

Paulo Cesar Chanan Silva

Suplentes

Arthur Sperandéo de Macedo

Átila Melo Lira

Rosa Maria D'Amato De Déa

Therezinha Cunha

Gilberto Gonçalves Garcia

Iara de Moraes Xavier

Organização

Camila Griguc

Ciléia Pontes

Decupagem

Luana Márcia da Silva

Edição

Ana Flávia Flôres

Projeto Gráfico e Diagramação

Gherald George

G857 E por falar em educação: e-book 3ª temporada / Vários autores ; organizado por Camila Griguc e Ciléia Pontes. – Brasília : ABMES Editora, 2023.

v. 4, 169 p. ; 2.894 kb ; PDF

Início: 2021

ISBN 978-85-89597-16-6

1. Ensino superior. 2. Podcast. - I. ABMES. II. Título : E por falar em educação. III. Griguc, Camila. IV. Pontes, Ciléia. V. ABMES Editora

CDU 378.81(045)

APRESENTAÇÃO

Na velocidade do som, o tempo passou e aqui estamos nós: no quarto volume da série que celebra e reúne as conversas do nosso podcast [“E por falar em educação”](#). Há quatro anos a ABMES tem se dedicado a reunir especialistas, gestores públicos e educacionais para debaterem pautas estratégicas para o fortalecimento e a democratização da educação superior brasileira.

De forma simples e em um tom quase coloquial, as conversas se dão sob uma atmosfera altamente qualificada e centrada no propósito de discutir alternativas e encontrar caminhos que nos conduzam à educação superior que tanto almejamos: forte, justa, acessível e reconhecida em toda a sua relevância. Ao mesmo tempo, mantendo-se fiel à sua missão institucional, a ABMES tem neste canal um instrumento de fortalecimento e valorização do setor privado de educação superior, sabidamente responsável por mais de 80% das matrículas de graduação no país.

Assim, cada episódio é pautado por necessidades do setor particular de educação superior e também por assuntos que a Associação sabe que a curto ou médio prazos demandarão a atenção das instituições, seja por questões regulatórias, seja por exigência deste disruptivo e cada dia mais acelerado século 21.

Nesse sentido, nesta quarta temporada o ouvinte encontra uma série de informações, orientações e sugestões sobre aspectos como inteligência artificial na rotina das IES; empregabilidade; crescimento da EAD; gestão inovadora; impactos do ChatGPT nas avaliações acadêmicas; educação empreendedora e muito mais!

Tudo isso está disponível para ser ouvido no site da ABMES ou na sua plataforma de podcast preferida. Contudo, para quem prefere ler a ouvir, apresentamos nas páginas a seguir a transcrição de cada um dos 17 episódios que foram ao ar em 2023.

Junte-se às milhares de pessoas que têm acompanhado os principais debates relacionados à educação superior por meio do nosso já tradicional podcast “E por falar em educação”.

É com muito prazer que te convido para mergulhar nesse incrível mundo de informação e conhecimento.

Seja bem-vindo e boa leitura!

Celso Niskier
Diretor-Presidente da ABMES

SUMÁRIO

Episódio 1 - O papel das instituições de educação superior na recuperação da aprendizagem.....	6
Episódio 2 - ChatGPT: as mudanças na educação superior	17
Episódio 3 - Diálogo com a Seres/MEC.....	28
Episódio 4 - Perspectivas do Inep para os próximos anos	35
Episódio 5 - Como seria o Fies ideal?.....	56
Episódio 6 - Combate ao assédio sexual nas instituições de educação.....	65
Episódio 7 - Especial CBESP* O apoio do CNE na modernização do ensino superior.....	74
Episódio 8 - Especial CBESP* Vamos falar sobre o Novo Ensino Médio?.....	83
Episódio 9 - Especial CBESP* Bate-papo com o Inep.....	91
Episódio 10 - Especial CBESP* Como ser um gestor inovador dentro da instituição de ensino?.....	101

Episódio 11 - Especial CBESP* O papel da educação superior no desenvolvimento sustentável do país	110
Episódio 12 - Especial CBESP* Novas lideranças para um Brasil inovador e empreendedor	117
Episódio 13 - Especial CBESP* A liderança educacional no Brasil e no mundo.....	125
Episódio 14 - IA na rotina das instituições de educação superior	134
Episódio 15 - Especial CBESP* Políticas públicas que incentivem a inovação: como aplicá-las?	141
Episódio 16 - Empregabilidade: como diminuir a desigualdade de gênero e raça no mercado?	149
Episódio 17 - Crescimento da EAD: como garantir a qualidade?	159

**Este episódio foi gravado durante a 15ª edição do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), realizado nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2023, no Tauá Resort, em Alexânia/GO.*

Episódio 1

O papel das instituições de educação superior na recuperação da aprendizagem

10/02/2023

CONVIDADOS:



Celso Niskier

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



Amábile Pacios

Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE



Luiz Cláudio Costa

Reitor do Centro Universitário IESB

Episódio 1

O papel das instituições de educação superior na recuperação da aprendizagem

10/02/2023

PARTICIPANTES

Celso Niskier - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Amábil Pacios - Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Luiz Cláudio Costa - Reitor do Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)

Iniciamos o quarto ano do nosso *podcast* e 2023 será um ano de importantes mudanças na educação brasileira. O novo governo, que tomou posse no dia 2 de janeiro, já entra com propostas totalmente diferentes do governo anterior para o setor educacional.

O novo ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou que o governo atuará para reverter os danos educacionais provocados pela pandemia e que a educação na idade certa é prioridade absoluta para o país. E onde entram as instituições de educação superior neste contexto?

Vamos entender de que forma a União, junto ao setor privado, pode contribuir nesta reconstrução.

Antes de ingressarmos no tema de fato, gostaríamos de saber de vocês o que esperar desse novo Ministério da Edu-

cação (MEC)? Será que já mudou o suficiente? Qual é a avaliação inicial?

Celso Niskier: Eu penso que mudou o tom. Certamente as mudanças têm um tempo para serem levadas a efeito, mas podemos intuir, pelas falas iniciais do ministro Camilo Santana e do presidente Lula em um encontro com reitores, a importância da educação superior para o país de outra maneira, pois ambos consideram que o Fies precisa voltar a ser um financiamento de caráter social. Inclusive, estivemos no dia 1º de fevereiro com o ministro Camilo Santana e toda a sua equipe e o que pudemos perceber é que existe a intenção de estabelecer um diálogo muito construtivo com o setor baseado em propostas de políticas públicas que tenham relação com a inclusão e com a qualidade. É uma mudança de tom importante e nós temos que saudar a nova equipe, desejar sucesso

a eles e, mais do que desejar sucesso, trabalhar para que dê certo. Como eu disse ao ministro, o sucesso da gestão dele é o sucesso do nosso país. Portanto, estamos todos juntos para que essa nova equipe possa trazer boas notícias para a educação superior e básica.

Com certeza, professor Celso. Temos observado muito no pronunciamento do ministro a importância do “pacto colaborativo” que ele denomina, que está presente não só nas esferas da União, estados e municípios, mas também nas iniciativas público-privadas, pensando em uma reconstrução da educação no país.

Amábile, quais são suas considerações?

Amábile Pacios: Eu incluo o meu pensamento ao que o Celso comentou, mas quero também acrescentar dois aspectos. Eu percebi no início da fala e nos momentos que pudemos estar juntos com a nova equipe e, principalmente, com o ministro Camilo, que ficou muito evidente por parte dele o reconhecimento da importância do setor privado no cenário nacional. Eu penso que é realmente importante porque nós que fazemos a educação particular, às vezes, éramos tratados como os “abusadores da educação”. Diziam que entrávamos neste ramo apenas para ganhar dinheiro e era um tom muito ruim. Porém, o ministro Camilo apresenta um tom de reconhecimento da importância do nosso setor, porque sabemos que nós temos importância e que não podemos fazer a educação no Brasil tirando o nosso setor, porque o ensino superior tem 78% das matrículas e a educação básica tem 22% das matrículas. Na educação básica tem mais um fator que eu considerei interessante o ministro

ter compartilhado, que é o crescimento das escolas, às vezes particulares, que atendem o público C, D e E. Então, ele já percebeu que nós temos uma importância também para a educação dessas classes sociais, que nos preocupamos. A outra questão é a disposição de criar pontes; eu penso que essa é uma disposição muito relevante, pois não vamos destruir pontes, mas construí-las. Então, esses são os dois tons, além do que o Celso comentou: o reconhecimento da nossa importância e a boa vontade em construir pontes conosco.

Obrigada, Amábile. Inclusive, no discurso do ministro ele reforça o fato de que 1/3 dos estudantes brasileiros no ensino fundamental, ou seja, na educação básica, não sabem nem ler e nem escrever. Eu acredito que isso se reflete ao longo do contexto educacional do estudante e faz com que ele chegue ao ensino superior levemente “desabilitado”; não seria essa palavra, mas é mais ou menos isso.

Com isto, eu quero saber de você, professor Luiz Cláudio, se mesmo com o discurso do ministro de querer realmente focar na educação básica, isso realmente trará consequências ao ensino superior?

Luiz Cláudio Costa: Em primeiro lugar, o ministro Camilo é um gestor experiente, sério e comprometido. Ele está desenvolvendo uma ótima equipe e eu comentei no governo de transição que eu não podia garantir nada porque o presidente Lula que definiria o novo ministro da Educação, mas eu garanti que teria diálogo e respeito, e que a educação seria um dos pilares mais importantes do governo. E isto é o que possuímos no olhar desse novo mandato, e sabíamos que aconteceria, pois isso é

da perspectiva do governo do presidente Lula. Mas, some-se a isso a experiência do ministro Camilo e o desejo dele de fazer. Então, além do diálogo, ele é uma pessoa de ação e que fará coisas importantes. E Carol, do que você comentou, eu penso que há algumas coisas que nós precisamos desenvolver. Eu lutei muito para acabar com a distinção de público *versus* privado no Brasil; eu até gostava de, às vezes, utilizar o termo “não público”, algo assim, porque o preconceito que nós temos que ter é quanto à falta de qualidade e o descompromisso com a educação, e o setor privado, em sua maioria, é muito comprometido. As instituições querem ser melhores, possuem compromissos com a inclusão, tanto na educação básica quanto na superior. Dessa forma, precisamos começar a trabalhar juntos, com qualidade e avaliações que permitam o país evoluir. Outra coisa que nós precisamos fazer enquanto um país que deseja ser grande e justo socialmente é trabalhar na educação como um todo. Essa é a minha visão e eu tenho a convicção de que o ministro Camilo tem e nós, evidentemente, concordamos com ele. A educação no Brasil é como uma baleia na piscina: tudo o que nós apresentamos são números imensos e precisamos de diálogo, participação, boa vontade, ajustes, cessões. O diálogo é fundamental, a partir deste temos as ações. Então, a minha expectativa é a mais positiva possível pelos gestores que lá estão, pela disposição da sociedade em contribuir, pelo que eu conheço do presidente Lula, do tanto que ele gosta da educação e será prioritária em seu governo. Dessa forma, eu acredito que nós estamos em um bom momento.

Que assim seja!

Professora Amábilis, faça uma pergunta ao contrário: existe uma melhoria no ensino superior que repercute na educação básica?

Amábilis Pacios: Carol, eu acredito que dos movimentos que começamos a fazer, o que poderia repercutir é na formação de professores. Nessa missão, fortalecer o setor privado da educação do ensino superior, para mim, é um movimento grandioso. O ensino privado superior é responsável pela formação dos professores; eu diria que 80% dos professores que atuam nas redes particulares e nas redes públicas, sobretudo na educação básica, contando o ensino fundamental 1, séries iniciais, finais e o ensino médio, sabemos exatamente que esses professores são formados por nós. Por isso, essa é uma grande contribuição. Eu acredito que o setor enxerga que é uma missão que repercute além de uma questão social; e o país formando os professores de uma maneira forte, séria, como o nosso setor costuma realizar, com certeza abalará todas as estruturas da educação básica. Em suma, eu acredito ser a grande contribuição do setor: ajudar as escolas nesse período de recuperação da aprendizagem, formando bons professores e oferecendo uma capacitação continuada deles para as escolas.

Celso Niskier: Se me permite, eu vou prosseguir nesse gancho da Amábilis e explicar o porquê de a educação superior estar interessada na qualidade da educação básica; e isto é por uma razão que deveria ser óbvia para todos: são os estudantes da educação básica que chegarão ao ensino superior com deficiências, dificuldades e

problemas que tornarão o papel da educação superior mais difícil. Então, investir na qualidade da educação básica tem como retorno a melhor qualidade dos ingressantes no ensino superior. Um ponto adicional que trago ao debate é que nos preocupamos bastante com a diminuição do número de formandos do ensino médio ou dos concluintes que fazem o Enem, ou seja, a base de ingressantes do ensino superior via Enem está diminuindo e, portanto, nós temos um dever também, até pelo raciocínio econômico-financeiro, se não fosse pelo raciocínio social muito bem colocado pela Amábile, até por razões econômico-financeiras do setor de educação superior, precisa ampliar a conclusão no ensino médio. O número de alunos na graduação presencial está caindo, o número de estudantes concluindo o Enem está caindo; então temos que endereçar esse problema e tratar a questão da qualidade e da permanência dos jovens no ensino médio como uma questão estratégica também para a educação superior.

Nós percebemos também que as instituições de ensino superior investem bastante em inovação e tecnologia. Isso também gera uma preocupação muito grande com a responsabilidade social, bem como pode se refletir ou trazer bons exemplos para a educação básica?

Celso Niskier: Com certeza, Carol. Nós temos defendido na ABMES, por tudo o que aconteceu durante a pandemia, uma abordagem que denominamos “quadrantes híbridos”. Isso significa que nós reconhecemos que as atividades em sala de aula não são as únicas possíveis dentro de um projeto pedagógico. A possibilidade de combinação com atividades pelo ambiente

virtual de aprendizagem (AVA), como aconteceu muito fortemente durante a pandemia, e com atividades fora de sala de aula, mas que podem fazer parte da carga horária do curso, por exemplo, como a curricularização da extensão; todas essas novidades tecnológicas que acontecem na educação superior reproduzem-se na educação básica. Como formamos um professor sem as competências digitais que ele terá que aplicar na educação básica depois de formado? Então, essa integração é total e tudo o que acontece de inovação na educação superior, de um jeito ou de outro, impactará a educação básica e vice-versa. O novo currículo do ensino médio e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) abrem espaço para essa aplicação tecnológica. Quando estivemos com o ministro, ele comentou que um dos desafios dele será a digitalização nas escolas a partir, inclusive, da ampliação do número de *tablets* e das competências digitais dos professores. Ele disse explicitamente que fez no Ceará com que todos os alunos e professores do ensino médio tivessem acesso a um *tablet*, e que esse é um projeto que ele pretende estender a todas as escolas do Brasil. Portanto, estou otimista a respeito do impacto positivo que as tecnologias podem ter na qualidade da educação básica e superior.

Gostaria de ouvir a opinião do professor Luiz Cláudio sobre esse assunto.

Luiz Cláudio Costa: Vocês perceberam que a Amábile e o Celso pontuaram exatamente o porquê que a educação deve ser vista de forma sistêmica. Eles mostraram com evidências como a formação e o treinamento dos professores incidem na forma como o estudante sai do ensino

médio capacitado para entrar na instituição de educação superior. Logo, não dá para priorizar apenas alguma área da educação; são diálogos distintos, mas que precisam ser realizados simultaneamente e com esse entendimento de visão sistêmica, porque chega até a pós-graduação. O estudante que sai bem da graduação, cursará a sua pós-graduação. Assim, na realidade, é entender todo o processo e a participação das instituições de qualidade, sejam elas públicas ou não, nesse processo. Nos perguntamos como podemos fazer, repensar programas. Um que eu tinha alta estima e continuo tendo é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, que foi realizado com a participação de instituições públicas e privadas, mais as escolas. A tecnologia que foi mencionada por você, Carol, e o Celso, é fundamental. Nós já falamos em metaverso e agora o crescimento é exponencial, não é mais linear. Nós não teremos tempo para implementar certas coisas. No país, estamos falando de cerca de 200 milhões de escolas de educação básica, por isso que eu mencionei “é uma baleia na piscina”. Nos referimos a 2 milhões de professores, 70 milhões de estudantes, então teremos que atender o básico, mas, ao mesmo tempo, olhar adiante, pegar a tecnologia da universidade, treinando e trabalhando em conjunto com os professores das escolas de educação básica, ou seja, é um grande desafio que dá para ser realizado, mas nenhum governo fará sozinho e não fará sem o diálogo com as instituições públicas, privadas, a educação básica etc. Esse é o momento do grande diálogo, mas com ações rápidas. Repito: os crescimentos no momento estão acontecendo de forma exponencial. Eu não sei se vocês

já viram - e quem não viu, veja - um aplicativo chamado Chat GPT, que é fascinante e mudará completamente a educação. O Google e as instituições de ensino já estão sendo balançadas por isso, ou seja, como é que nós vamos treinar os nossos estudantes com a realidade virtual, realidade ampliada, com metaverso, com ChatGPT e uma série de outras coisas? Teremos que repensar toda a avaliação. Não dá mais para pensarmos na avaliação de certo e errado, que é o que se fazia no ensino baseado na Revolução Industrial, em que só havia uma maneira de colocar a peça. Agora não, por isso é preciso repensar em tudo para o nosso crescimento.

Excelente colocação; sintetizou tudo que apresentamos até agora. E você, professor Luiz Cláudio, participou desse momento de transição. Sabemos que agora, no início do ano, estão iniciando as inscrições para programas importantes de ingresso no ensino superior, como Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Com relação a essa expectativa, o professor Celso pontuou muito bem a questão da redução dos estudantes que fazem o Enem. Qual a outra preocupação com relação a esses programas sociais de incentivo ao ingresso de estudantes no ensino superior?

Luiz Cláudio Costa: Eu vi com muita tristeza, porque quando eu estive na presidência do Inep nós conseguimos elevar o número de inscritos do Enem para 8 milhões. Os jovens estavam acreditando no ensino superior. Para mim, quando o jovem se inscreve no Enem é por acreditar que pode ir para uma instituição pública ou privada de qualidade, fazer o curso que quer e por saber

que existem programas que o atendem. Porém, de repente, o número baixou para 3 milhões... Vocês se lembram que naquela época nós conseguimos que o Enem fosse aceito em diversas instituições do mundo. Isso é lamentável porque quando eu vejo o número baixar de 8 para 3, significa que 5 milhões não acreditam mais, não possuem expectativa, não há chance de estudar, e isso é muito ruim. É aquilo que eu chamo da coisa mais perversa na educação: pré-evasão. O estudante nem entrou e saiu; ele sequer pôde entrar. Então, nós precisamos melhorar rapidamente a situação. Na transição, eu cheguei a trabalhar bastante com esse assunto e acredito que, realmente, precisamos fazer mais alguma coisa além do que já foi feito, como o Fies, que foi criado para a inclusão social, para o estudante que precisa estudar e precisa do apoio governamental. Nós tivemos essa pandemia e não teve nenhum programa governamental na educação básica e superior para atender ao estudante carente que perdeu toda a renda. Por isso, é preciso ter um número de equilíbrio, buscar a melhor maneira, trabalharmos juntos, lembrar que é um programa social, e programa social não é um empréstimo que se restitui 100%. Não é possível pensar em Fies que se empresta e esperar receber tudo. Do contrário, configura-se em um banco para financiar o Fies. Este é um programa social, é evidente que é necessário minimizar riscos ao Estado e exigir qualidade das instituições. Aliás, existe um movimento positivo agora, porque temos o ministro da Economia, Fernando Haddad, que já foi ministro da Educação e conhece o Fies, sabe dos recursos que necessita. Temos também o Aloizio Mercadante, que também já foi ministro da Educação, está no Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e possui projetos interessantes. Inclusive, conversei bastante com ele sobre projetos para a educação. Então, o presidente Lula deseja o retorno disso, porque ele ouviu de várias pessoas que se formaram e conquistaram uma profissão, como médico, graças ao governo dele que implementou os programas, ou seja, nós precisamos retomar isso, e rapidamente, porque é um problema para o país. O Brasil tem pressa. Precisamos fazer o desenho e começarmos a permitir que o jovem brasileiro, de qualquer classe social, sonhe novamente com o ensino superior e com sua educação básica de qualidade.

Celso Niskier: Quero acrescentar mais um ponto: nós estamos em uma situação historicamente inédita, pois temos dois ex-ministros da Educação cuidando da chave do cofre. Normalmente, o que o ministro da Educação faz é solicitar na Fazenda mais recursos, mas, agora, temos uma oportunidade de ouro para que, de fato, o Brasil, possa tornar a educação uma prioridade absoluta, como é desejo do presidente Lula, expresso durante a campanha e já como presidente empossado. Então, nós realmente estamos com “a faca e o queijo na mão” para transformar esses sonhos em realidade. Eu realmente quero colaborar e expresso agora, na condição de presidente da ABMES, disse isso ao professor Luiz Cláudio, quero que a Associação e o Fórum das Entidades Representativas colaborem tanto com o ministro Fernando Haddad quanto com o presidente Aloizio Mercadante no desenho de programas que estimulem o fomento da inovação das instituições educacionais. A ABMES pode ajudar muito nisso. No caso da economia, nós temos defendido não só

a valorização do ProUni, mas também a reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (ProIES), que é um programa criado nos governos do PT e foi muito bem-sucedido para trocar eventuais dívidas tributárias por bolsas de estudo. Instituições que, por exemplo, enfrentaram dificuldades durante a pandemia, poderão, oferecendo bolsas do ProUni, quitar suas dívidas investindo no jovem, como mencionado pelo professor Luiz Cláudio, no social. E a colocação do professor, eu não posso deixar de endossar, pois nós também acreditamos que o Fies perdeu o caráter social. Foi um entendimento errado do governo a partir da gestão Temer de que nós tínhamos que consertar o Fies do ponto de vista financeiro, mas o que fizeram foi que o Fies se tornou um programa bancário, como se fosse um programa de um banco e ficou pouco atrativo aos estudantes. É preciso retomar esse caráter social. Eu quero e não posso deixar de discursar brevemente, mas é porque nós somos muito contundentes, concorda, Amábile? E comentamos a respeito recentemente quando estivemos com o ministro, que ele precisa retomar o caráter social do Fies. Esses números que o professor Luiz Cláudio trouxe são assustadores, porque de 8 milhões para 3 milhões explica o motivo que a base de alunos da educação superior de modalidade presencial vem caindo praticamente 40%. Uma coisa é atrelada à outra: o jovem perdeu o interesse pelo ensino, então devemos resgatar o interesse do jovem pela educação em geral e, em especial, pela educação superior.

Contra fatos não há argumentos, certo? Uma estatística como essa prova, por si

só, a importância de atrair os jovens para o ensino superior.

Amábile Pacios: Eu quero continuar na “esteira” que o Luiz Cláudio e o Celso falaram. Quero que pensemos em uma ampliação desse financiamento para a educação básica. Nós tivemos um grande parlamentar chamado Pimentel, do PT-Ceará, que foi um grande parceiro do setor privado de educação e ele já trazia essa ideia conosco. Realmente, precisamos ampliar porque, como eu disse a vocês, as escolas particulares que mais crescem são as que estão inseridas nas comunidades de classes C, D e E, e as pessoas levam o sonho de colocar os seus filhos nas escolas particulares. Então, se pudéssemos estender o Fies para além do ensino superior, eu acredito que seria uma grande conquista.

Eu concordo com o que todos vocês falaram. Inclusive, aqui no Distrito Federal, para quem não sabe, existe o auxílio-creche, que vai muito nessa linha, Amábile. O governo local subsidia uma parte para que as crianças possam estar em alguma modalidade de ensino, mas que colabora de uma forma sistêmica; o pai e a mãe podem trabalhar, podem deixar os filhos na escola crescendo. Também ajuda a escola economicamente, enfim, é todo um circuito e modelo que eu realmente acredito que a educação básica também pode se favorecer.

Mas, Amábile, retomando a importância da formação dos professores que você havia comentado, sabemos que isso também envolve o Conselho Nacional de Educação (CNE), algumas resoluções e entendemos que existe a implementação

da Resolução Nº 2 de 2019. Há indicativos de um reexame dessa normativa do CNE? De que forma ela induzirá bons resultados na formação desses professores e, consequentemente, na recuperação dos nossos alunos na educação básica?

Amábile Pacios: Obrigada pela pergunta, Carol. Essa resolução foi bastante polêmica e foi construída no CNE, no momento da pandemia. Na realidade, a intenção era ajudar na formação dos professores que, na época, estavam bem assustados, pois tiveram que sair do modo analógico para o digital de um dia para o outro. Porém, a resolução será novamente estudada na comissão do CNE. Temos dois anos para isso, prazo que o próprio presidente Luiz Curi atribuiu, e eu acredito que a comissão já esteja trabalhando. Talvez tenhamos uma legislação mais assertiva que atenda não só as instituições que oferecem o curso de formação de professores, mas o próprio professor, pois a resolução trouxe muitas dificuldades de entendimento até para os próprios professores. Desse modo, seguimos no aguardo do trabalho da comissão, por mais dois anos, para vermos o resultado..

Joia, professora Amábile. Agora, professor Luiz Cláudio, ainda fazendo um gancho com as diretrizes do CNE, o professor Celso comentou no início do nosso podcast sobre a extensão. Nós temos um desafio agora, para 2023, que é o de curricularizar essa extensão. Alguns especialistas têm feito sinalizações no sentido de que há uma expectativa que focalize na interface com a educação básica. Eu gostaria de saber se existe realmente essa possibilidade, se seria um pacto nacional de recuperação da aprendizagem e alfa-

betização na idade certa via extensão das IES?

Luiz Cláudio Costa: Carol, isso foi uma das coisas que eu mais trabalhei. Tenho voltado a minha atenção à curricularização da extensão. Eu acredito que foi extremamente acertada e nós podemos ter uma grande chance de fazer um grande projeto nacional e pensarmos um Brasil com um sistema nacional de educação. Quando se fala em “sistema nacional de educação”, existem conceitos que não são muito corretos. O que é um sistema? O sistema é: se uma pessoa é carente, uma pessoa que tem qualidades, ela escolherá em qual instituição deseja estudar, seja pública ou privada, e será amparada pelo governo federal. Pensemos brevemente no SUS e nas instituições privadas que atendem a saúde: nesse sistema, se eu quero um cardiologista, procurarei alguém que seja bom em cardiologia. O mesmo caso se aplica se eu precisar de um fisioterapeuta, eu procuro e são várias as instituições que atendem com vagas pelo SUS. Enfim, esse é o sistema que nós temos que pensar. Se o estudante quer uma escola próxima à sua casa, ele poderá optar entre a pública ou a privada, e o Estado o amparará se necessitar disso. O sistema é isso, sem ideologia. A popularização da extensão, que nos exige 10% de todo o curso superior para extensão. O Conselho Nacional da Educação elaborou muito bem as normas, você tem que mostrar evidências, não pode ser simplesmente menos 10% de carga horária para enrolar, não ter algo eficiente. Se nós fizermos um grande projeto nacional, nós realmente podemos transformar esse país. Os estudantes vão trabalhar em projetos estratégicos que podem ser determinados em parceria entre

o governo federal e as instituições. Se não fizermos isso e cada um for fazer o seu, não conseguiremos chegar aonde queremos. Um exemplo típico é o que você cita. Poderíamos colocar na curricularização da extensão a alfabetização na idade certa como projeto prioritário de recuperação do aprendizado. Imagine todas as IES desse país, com seus estudantes à disposição, dentro do currículo, com 10% da carga horária, com seu professor e instituição o orientando, evidentemente, em diálogo com as escolas, estados e municípios, pois não podemos chegar e impor nada. Caso fizéssemos isso, esse grande número de estudantes competentes, dedicados, e professores trabalhariam com objetivos. Por isso, precisamos de um grande programa nacional, e eu acredito que esse pode ser um grande molde para oferecermos isso estruturado. Na hipótese de conseguirmos tanto via ABMES, no setor privado, quanto na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (Andifes), no setor público, que um dos eixos seja, por exemplo, a alfabetização na idade certa, a recuperação da aprendizagem, nós teremos uma série de estudantes voltados a isso de uma forma estratégica, com metodologia. Então, eu acredito que a curricularização da extensão foi um grande acerto, mas que precisa, evidentemente, de uma gestão e pode ser uma transformação nacional em várias áreas, mas aqui nós estamos no exemplo específico da alfabetização e da recuperação da aprendizagem.

Passo a bola para você, Celso.

Celso Niskier: Excelente. Eu vejo isso, fazendo uma analogia, como o Projeto Rondon da educação, em que a extensão universitária seria feita em campo, não

desbravando no país, mas nas escolas, onde se constrói o futuro do país. Inclusive, usamos essa analogia quando nos reunimos com o ministro, e Amábile estava presente. A secretária-executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, a qual possui vasta experiência nessa área, também gostou muito da ideia. Talvez possamos até encomendar um projeto para que tenhamos alguma coisa mais concreta, algum *draft* (rascunho), alinhando inclusive com a Diretoria de Desenvolvimento de Rede de IFES (DIFES), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), falando pelas escolas particulares. Enfim, eu penso que podíamos levar um documento ao ministro e à secretária-executiva fazendo a oferta desse programa. A ideia é que os estudantes, principalmente aqueles da licenciatura, mas não exclusivamente, possam cumprir os 10% da carga horária de extensão em atividades de recuperação da aprendizagem, com apoio de um professor, sempre com o apoio de um profissional, já que é um jovem em formação. Eu acredito que ao criar os incentivos, inclusive o bônus regulatório do ponto de vista avaliativo para as instituições e outros incentivos, além da responsabilidade social natural que todas têm, ou deveriam ter, será um projeto transformador. Fica aqui o desafio, Amábile, com a ajuda também do professor Luiz Cláudio, de erguer uma ideia que possa ser transformada em um projeto concreto para o novo governo.

Já lançou a sementinha, não é, professor Celso?

Celso Niskier: Eu fui inspirado pelo Luiz

Cláudio. Nós temos falado sobre o *full disclosure*, revelando aqui que as nossas conversas antecedem até a participação dele na comissão de transição, e ele tem falado muito sobre essa grande orquestração público-privada, no sentido de melhorar a qualidade da educação básica. Eu creio que aqueles que não possuem uma visão mais nacionalista, de futuro do país, podem pensar no interesse próprio, mas até para quem gosta de interesse próprio, podemos defender que isso traz mais alunos para a educação superior. Então, se não for pelo bem do país, que seja pelo interesse próprio, pois, pelos dois motivos, é um bom projeto.

Indicações do episódio:

- Plataforma: ChatGPT
- Livro: [O futuro é mais rápido do que você pensa](#) - Peter H. Diamandis
- E-book: [Os Quadrantes Híbridos da Educação Superior Brasileira: uma proposta ABMES - ABMES](#)

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 2

ChatGPT: as mudanças na educação superior

23/02/2023

CONVIDADOS:



Celso Niskier

Diretor-Presidente da
ABMES



Dora Kaufman

Professora do Programa de
Tecnologias da Inteligência
e Design Digital da
Faculdade de Ciências e
Tecnologia da PUC-SP



**Jeferson
Pandolfo**

Diretor de Educação
Digital do Centro
Universitário
UniCarioca

Episódio 2

ChatGPT: as mudanças na educação superior

23/02/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier - Diretor-Presidente da ABMES

Dora Kaufman - Professora do Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Faculdade de Ciências e Tecnologia da PUC-SP

Jeferson Pandolfo - Diretor de Educação Digital do Centro Universitário UniCarioca

No episódio passado, o assunto surgiu em diversos momentos, e não poderia ser diferente. Temos visto nos noticiários, nas redes sociais, em artigos e só falamos dele: o ChatGPT. Lançado no final de novembro do ano passado, o ChatGPT é uma inteligência artificial de geração de texto com uma interface de uso simples desenvolvida pela empresa OpenAI. Evidentemente, essa ferramenta gera fortes impactos na educação superior. Os especialistas já dizem que será preciso novas adaptações dos planos de ensino e da forma de avaliar os alunos, principalmente naquelas disciplinas consideradas mais “conteudistas”.

Nós sabemos que existem outras ferramentas de inteligência artificial no mercado não é de hoje, então qual o diferencial do ChatGPT e por que ele aparenta ser mais revolucionário do que os outros? O que, de fato, vai mudar do nosso presente para o futuro?

Dora Kaufman: Primeiramente, eu quero contestar o uso do termo “ferramenta”. Os meus alunos já sabem que isso me incomoda, porque é uma tradução literal da palavra inglesa “tools” e eu creio que não é apropriado o uso para essa tecnologia, mas é utilizado por 70-80% das pessoas. Eu entendo que ferramenta é um martelo, uma chave de fenda, por exemplo, e usar o mesmo nome para definir essa tecnologia não é correto. Eu prefiro chamar de modelo, sistema, dispositivos... Hoje eu publiquei no Caderno Final de Semana, do Valor, um artigo em que começo dizendo sobre que está provocando esse *hype*. Antes de tudo, acredito que precisamos separar e ficarmos muito atentos sobre o *hype* artificial produzido pelas *big techs*. Ano passado foi o metaverso, que não existe, nada aconteceu nesse sentido. Ocorreu uma confusão entre metaverso e realidade aumentada, mas produziu-se um *hype*, porque há uma competição muito

acirrada entre esses modelos. A inteligência artificial (IA) é composta de duas grandes categorias: a preditiva, que praticamente dominou a última década, que são modelos estatísticos que extraem informações úteis, padrões, grandes volumes de dados e fazem a previsão. Em 2014, foi a primeira vez que surgiu o modelo de outra categoria, que é a IA generativa. Ela gera imagem, vídeo e texto, a Rede Adversária Generativa (GAN), que possui vários benefícios, mas possui um malefício, que são as *deepfakes*. É por isso que ela se tornou, de certa forma, popular. Agora, o ChatGPT e todos os outros que estão saindo das outras empresas, como o Bard, lançado pelo Google recentemente, fazem parte dessa categoria, digamos assim, de IA generativa. A lógica também é através da previsão e correlação com dados, mas possuem um diferencial em relação ao conjunto de IAs preditivas, então isso já é uma mudança muito grande. Na minha opinião, um dos grandes fatores que geraram esse sucesso é a facilidade da interface, que é através do diálogo. A GAN foi a primeira desse conjunto de IAs generativas, mas a interface dela não é simples, é preciso dispor de algum conhecimento, ao contrário da interface no modelo de *chatbot*. Não é atoa que em 31 de janeiro havia 100 milhões de pessoas que se cadastraram para experimentar o ChatGPT, basta ir lá e fazer as perguntas. Isso gera um encantamento, porque você está conversando com a máquina e ela respondendo as mais variadas perguntas, mas também assusta, pois está ocorrendo o avanço de mais um espaço que até então considerávamos reserva de mercado para os humanos, que é a tal da criatividade.

A grande “sacada” para a utilização dessa inteligência artificial é saber o que perguntar, não é mesmo?

Dora Kaufman: Concordo, mas mesmo que perguntemos da melhor maneira possível, essa tecnologia é absolutamente limitada. Inclusive, os criadores, a OpenAI, fazem esse alerta em seu site. Informam que é um modelo em desenvolvimento, então não tem nada a ver com a maneira como os seres humanos enxergam. Há um filósofo muito importante nessa área, e em várias outras, que é o Luciano Floridi. Ele postou no LinkedIn um comentário que considero maravilhoso: ele discorre sobre o entendimento de que a inteligência artificial está quase chegando aos humanos e defende que a semelhança entre as redes neurais (que é o sistema que está por trás dessas tecnologias) e o cérebro humano, o cérebro biológico, é a mesma do planeta Terra com a pizza, ou seja, há uma ficção enorme. Por isso, precisamos tomar muito cuidado, precisamos entender e experimentar. Um dos setores que mais reagiu foi justamente o setor educacional, então é necessário ter calma nessas reações, pois eu conheço muitas pessoas que opinaram veementemente contra a tecnologia, mas ainda nem chegaram a experimentá-la.

Celso Niskier: Aproveito para dizer que este é o momento de experimentação e não de pânico. Eu também vejo muita gente dizendo que é proibido, é plágio etc., mas creio que precisamos tentar entender a própria evolução do conceito de plágio. A professora Dora falou sobre a reserva de mercado, então qual é a reserva de mercado que queremos criar? Por exemplo, se entendermos o professor como mero avaliador de competências, transmissor de

conhecimento e avaliador das competências, será difícil ser professor com textos como esses gerados pelo ChatGPT. Por outro lado, se entendermos o professor como um curador de conhecimentos, provocador da curiosidade dos estudantes em sala de aula, um construtor do conhecimento em conjunto com os alunos e não um mero transmissor de conhecimento, fica fácil perceber como tecnologias como essa podem ser inseridas na sala de aula. É necessário pensar em como evoluir o professor para lidar com esse desafio, e não simplesmente proibir ao alegar que vai ser plágio, afinal, o plágio já é um problema antes mesmo de da inteligência artificial generativa. Não podemos responder a desafios novos com respostas antigas, por isso eu defendo a adaptação do modelo educacional para lidar com essas e outras tecnologias que certamente vão surgir. Precisamos pensar qual o papel do professor e o novo professor para lidar com isso, concorda, Pandolfo?

Jeferson Pandolfo: Com certeza! Existem reportagens recentes de que a França havia proibido os celulares em sala de aula, por exemplo. Mas não adianta querer proibir o que todos fazem ou usam, o que precisamos é entender como essa tecnologia pode ser incorporada nas instituições de ensino, e esse primeiro desafio já começa com os professores, no sentido de entender e avaliar o que se pode utilizar, então entendo que é um caminho de discussão que precisa ser utilizado. Cada vez mais nós falamos de Projetos Lean, de OKR (do inglês *objectives and key results*, ou do português objetivos e resultados-chave), então esse também é um tipo de coisa que precisamos prototipar para entender como

funciona e se vale a pena avançar.

Celso Niskier: Recentemente, fui entrevistado pelo telejornal Bom Dia Brasil para falar sobre o ChatGPT. Na reportagem, eles pediram para a tecnologia responder sobre o que é a Guerra da Ucrânia. Ela elaborou um texto e me foi perguntado o que eu pensava em relação a isso, e eu disse que não é assim que se deve buscar aferir conhecimentos. Acredito que o professor não deve pedir um texto sobre a Guerra da Ucrânia, mas sim um texto sobre como o aluno se sente em relação a ela, de que maneira ele agiria se estivesse no lugar do presidente Zelensky ou do Vladimir Putin. Esse é o verdadeiro debate do professor em sala, usando as tecnologias, mas não numa função de meramente avaliar o conhecimento formal, mas de provocar a construção do conhecimento e do pensamento crítico do aluno. Essa é uma provocação para o nosso bate-papo porque creio que o professor ou o gestor acadêmico que está ouvindo necessita repensar um pouco os seus papéis e o papel da sala de aula nesse novo mundo.

Dora Kaufman: Celso, eu estou absolutamente de acordo com tudo o que você falou. No semestre passado, por exemplo, na disciplina que eu ministro, para ter certeza que cada aluno iria ler pelo menos um livro da bibliografia da avaliação, que pedia para eles apresentarem sobre um dos livros listados, era solicitado não um resumo, mas argumentos centrais, a interpretação e opinião deles sobre esses argumentos, o que o autor do livro estava defendendo... Toda tecnologia disruptiva impacta os procedimentos usuais, então precisamos experimentar para vermos em que contexto ela

vai ajudar, quais são os problemas e como mitigá-los. Dito isso, também considero muito difícil o professor fazer isso sozinho, então a minha provocação é que vocês possuem um papel fundamental nesse processo. Nós estamos discutindo com vários outros fóruns a possibilidade de criar uma governança de inteligência artificial, por exemplo, para as organizações. No caso de vocês, eu acredito que seria muito interessante a criação de instrumentos para informar ao professor sobre as mudanças, de forma a ajudá-lo a entender sobre os impactos e disponibilizar para as instituições de ensino a indicação desses pontos de atenção, mudanças na dinâmica e interação entre professor e aluno. A questão do plágio é o que menos me preocupa, porque a própria OpenAI já criou várias tecnologias que o identificam. O que eu desejo é que uma instituição como a de vocês ajude as escolas, universidades e os professores nessa transição.

Celso Niskier: Eu aceito a provocação da professora Dora e digo que sim, queremos fazer/apoiar essa governança de IA nas escolas. A ABMES tem esse papel, 70% dos professores no Brasil são formados por instituições privadas, que são representadas por nós. Então, temos um dever enorme com a futura geração de docentes nos cursos de licenciatura, os quais poderiam trabalhar exatamente para criar um pouco dessa experimentação, dessas alternativas de casos... Talvez pudéssemos criar aqui na ABMES um relatório de case de sucesso e disseminar para as outras instituições. Eu já conversei pessoalmente com o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), professor Luiz Roberto Liza Curi, porque acredito que o Conselho

também precisa atualizar a discussão nas diretrizes curriculares nacionais de todos os cursos, especialmente de formação docente, para lidar com essas novas tecnologias. Essa ideia é oportuníssima.

Pandolfo, você que está lá na “ponta” na UniCarioca, essa tecnologia já está sendo utilizada?

Jeferson Pandolfo: Na prática, a primeira coisa que precisamos fazer é entender como que isso tudo funciona e pode ser aplicado em todo o processo, principalmente o avaliativo. Para isso, há na universidade o que chamamos de PAP, que é um Plano Acadêmico Participativo, no qual envolvemos as coordenações e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) que, por sua vez, estão olhando para essas tendências. Como elas funcionam e podem ser aplicadas no dia a dia, no desenvolvimento do plano de ensino e no sistema avaliativo, que acredito ter sido a principal preocupação em um primeiro momento. Para isso, ocorreram algumas mudanças no sistema avaliativo para esse semestre: quando olhamos para o que queremos avaliar do aluno, para a taxonomia de Bloom, ou questões mais complexas do modelo Enade, estamos fazendo com que o aluno use a capacidade de análise, crítica e de criação. Pensando nisso, por que pediremos hoje em dia para o aluno fazer uma redação ou uma análise do estudo de caso se podemos pedir para ele criar um *blog*, um site ou produzir um vídeo? Isso é algo que já fazíamos, mas passamos a incentivar mais nesse semestre. Inclusive, a última pesquisa sobre adoção da internet informa que nós não somos o país mais conectado do mundo, mas somos aquele que mais navega nas redes sociais,

que mais ouve *podcast* e que mais segue influenciadores. Eu costumo dizer que precisamos caminhar junto com nossos alunos e não ser “avesso” a eles. Essa semana mesmo, eu estava no Núcleo de Educação Digital (NED) e lá trabalha um menino que é estudante da universidade. Ele me disse que os seus colegas haviam instalado o ChatGPT no WhatsApp, então surgiram várias discussões, pois quando falamos em chatbot gera aquele entendimento de que, muitas vezes, as pessoas têm raiva de entrar em contato. Mas essa tecnologia pode tornar a experiência muito mais humanizada e diferente de inteligências utilizadas em alguns aplicativos que, ao acessarmos, fornecemos todos os nossos dados. Dessa forma, o nosso entendimento é que a instituição de ensino precisa, cada vez mais, se apropriar dessas coisas para fornecer uma experiência melhor para o aluno desde o momento em que ele busca informação, que ele vai fazer a matrícula, além de incentivar que ele extrapole essa questão da atividade, já que a coisa agora não é mais só o hiperlink das coisas, e sim o criativo. Desde que a plataforma passou a conversar de maneira mais usual, obviamente as perguntas para ela precisam ser diferentes. Então, eu imagino que será um semestre de aprendizado, testes e observação dos alunos.

Celso Niskier: Sobre a UniCarioca, uma das primeiras decisões relacionadas a isso foi a mudança da redação do vestibular. Esse processo seletivo era realizado de forma digital (muitos alunos de EAD fazem esse processo e encaminham as suas redações). O candidato podia escolher cinco temas, mas, agora, alteramos para um único tema que é: “como você

se sente fazendo uma graduação e quais são os seus anseios sobre o futuro?”. Com isso, eu não quero dizer que o ChatGPT não possa responder essa questão, pois ele responde a tudo, mas nós procuramos contextualizar e trazer subjetividade na redação do candidato de forma que possamos começar a separar o que serve à construção do pensamento e do raciocínio linkado ao contexto e à subjetividade de cada um referente a uma questão meramente de resposta factual. Ainda estamos experimentando para ver se isso vai trazer algum tipo de mudança de atitude, mas já percebemos que o número de pessoas que concluem a redação aumentou muito em comparação a quando havia um tema específico. As pessoas se sentem muito mais à vontade de expressar sentimentos, anseios, dúvidas e questionamentos quando entra a subjetividade. Esse é efeito indireto e superinteressante decorrente dessa mudança de regra.

Professor Celso, pensando na conectividade, nós vimos recentemente o Ministério da Educação divulgando o Censo Escolar e trouxe esse tema de como as escolas têm ofertado equipamentos, a qualidade da internet... Há alguma influência na questão do investimento nessas novas tecnologias? Como o aluno e o professor vão conseguir acesso a isso por meio das instituições de ensino?

Celso Niskier: Eu considero importante por uma questão de atitude em relação à tecnologia na educação. Recentemente, conversamos com o ministro Camilo Santana e, depois de ouvir a nossa apresentação do cenário da educação superior privada, ele comentou que enquanto o governador do Ceará (também estava participando

da reunião a secretária-executiva, Izolda Cela) deixou todas as escolas do ensino médio equipadas com *tablets* e todas as condições tecnológicas. Ele disse que quer reproduzir isso no MEC, e eu considero ótimo que haja essa atitude, mas a questão não é de *hardware* e sim de *software*. Eu diria até que é uma questão de *soulware*, que não é nem *hardware* nem *software*, mas uma questão de espírito, de atitude. Obviamente, a presença de tecnologia na escola é fundamental, mas eu volto à questão das licenciaturas, da formação do docente e competências digitais dentro das licenciaturas. Se não trouxermos para os docentes esse ambiente de experimentação e debate, a promoção do professor de um mero reproduzidor de conhecimentos para um curador de conhecimentos, um promotor do desenvolvimento do espírito crítico do aluno, essa ferramenta ou tecnologia ficará parada. Nós precisamos mudar a atitude em relação à tecnologia, criar mais ambientes de experimentação nas licenciaturas e nas escolas, levar alunos das licenciaturas para fazer projetos de extensão, ajudando na recuperação da aprendizagem e utilizando essas novas tecnologias. Eu defendo que mais do que equipamentos, nós precisamos de uma nova atitude com relação à tecnologia. Essa mudança da mentalidade vai ajudar o país a alcançar os níveis de afinidade tecnológica dos jovens, principalmente os de escolas públicas, que são menos favorecidos por esses investimentos.

Dora Kaufman: Mais uma vez eu concordo plenamente. Isso o que o Celso está falando é mudança de cultura. É uma loucura a quantidade de artigos no mundo todo que está surgindo sobre esse tema,

e percebo que a reação negativa do setor educacional em relação às novas tecnologias não é unânime. Percebo que as universidades dos Estados Unidos já estão discutindo internamente as mudanças, modificações, adaptações de metodologia e de avaliação, pois é muito importante a forma de avaliar o aluno. Creio que parte dessa reação negativa tem a ver com um conservadorismo muito grande do setor de educação. Exemplo: saiu uma tabela com 49 dossiês de publicações acadêmicas (um dossiê é a junção de vários artigos de um tema específico) avaliados pela Qualis (sistema da CAPES que avalia as revistas) e apenas três falam da tecnologia na educação - e nenhum fala de inteligência artificial. Eu sou orientadora de vários mestrandos e doutorandos que são da área de educação há muitos anos. Pessoas com destaque nessa área, e uma das questões que conversamos é que ainda não ocorreu uma mudança de modo geral. Uma das mudanças talvez mais importantes, e que é pouco falada, é que nós estamos passando de um mundo de máquinas programadas para um mundo de máquinas probabilísticas, e isso muda tudo. Quando vemos a maneira como o ensino é dado no quesito tecnologia, percebe-se o pensamento de máquinas programadas. Nós fazemos um Congresso de Inteligência Artificial na PUC, ocorreu a 3ª edição no ano passado, patrocinada pelo Google, mas os projetos que vêm da área de educação com título de inteligência artificial, ao analisar, vemos que toda a maneira de raciocínio é como se fosse programação. Portanto, essa mudança é fundamental, pois é outra lógica. Máquinas probabilísticas, como é inteligência artificial, é completamente diferente, do ponto de vista lógico, de uma

máquina programada. Também entendo que a mudança não é simples no entendimento e na prática, por isso acredito que ela só vai acontecer entre os professores com a ajuda absoluta de instituições como a sua, Celso.

Celso Niskier: Eu adorei essa definição porque quando comecei a fazer pesquisa com inteligência artificial, na década de 1980, a briga era entre a linha simbólica e a linha conexionista, e eu fui da linha simbólica. Na verdade, eu comecei com programação em lógica (Prolog), que era a linguagem que tentávamos programar o raciocínio no computador. Já a linha conexionista ficou muito mais associada aos modelos probabilísticos e foi a vencedora na disputa pela aplicabilidade prática da inteligência artificial, porque não adianta você ter um modelo conceitual maravilhoso, mas que não produz efeito prático, ou seja, a tecnologia impulsionou a ciência de alguma forma, pelo uso. Dessa forma, entendo que esse pensamento probabilístico está no cerne do conservadorismo do professor. Enquanto ele acreditar que é o dono do conhecimento, que é um conhecimento estanque e que ele vai transmitir essa verdade ao aluno, vai acontecer um conservadorismo natural. Caso o professor entenda que o mundo é probabilístico, que ele precisa saber fazer com que o aluno separe o que é fato do que é crença, opinião, que o aluno saiba pensar, raciocinar probabilisticamente, teremos um professor que vai cumprir um papel muito melhor no futuro do aluno do que aquele que fica na função de transmissão de conhecimento, que é algo que pode ser buscado no ChatGPT, por exemplo. Essa mudança do paradigma da própria inteligência oficial

é a mudança que precisamos aplicar na nossa própria inteligência, e precisamos começar a pensar mesmo em um mundo mais probabilístico, sem tantas certezas, a não ser algumas verdades fundamentadas na ética. Eu defendo que essa é uma redefinição do professor não como um professor programador, mas um professor probabilístico.

Diante de tantos desafios que foram citados até agora, imagina o debate em nível de governo, como isso seria regulamentado? Você citou, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação (CNE), que precisa repensar essa base curricular. Na prática, em quanto tempo o Estado conseguirá andar de forma concomitante a essas mudanças e nessa velocidade que estão acontecendo?

Celso Niskier: Eu creio que isso não ocorre de cima para baixo e sim ao contrário, com experimentação... Quando ocorrem mudanças tão radicais como essa, não é possível fazer uma regulação sem uma base experimental, ver como funciona na prática, o que está acontecendo. Por isso, talvez, a melhor atitude seja liberar os experimentos pedagógicos, focar menos em rigidez e exigências, principalmente na questão da avaliação, e deixar que as escolas criem alternativas. Após, ao avaliar essas alternativas, será possível criar uma regulamentação, caso necessário, para lidar com esses fatos. Pandolfo, qual a sua opinião?

Jeferson Pandolfo: Eu entendo que há bastante diferença de realidade e isso precisa ser levado em consideração. Vai haver uma camada de alunos de determinadas

instituições de ensino que começarão a utilizar e provocar o professor e a sala de aula, fazendo com que o professor se sinta incomodado. Mas quando falamos dessa questão de regulação e de acesso, o que também percebemos é a existência de uma camada muito grande da população, principalmente das escolas de ensino básico, de ensino fundamental, que não possuem acesso a nenhum tipo de tecnologia ou plataforma. Logo, não estão inseridos de maneira digital, e estar inserido de maneira digital é uma coisa super importante diante desse mundo complexo que se vive, dessas novas funções, da automatização... Estávamos conversando nesta semana sobre esse mundo de influenciadores, de *fake news* e como isso está se posicionando no Brasil *versus* o acesso das operadoras de celular, que é o que a grande maioria possui no telefone. Pensando nisso, se hoje somos o segundo país do mundo que mais navega nas redes sociais é porque as operadoras, nos seus planos básicos, dão acesso a elas e não fazem com que as pessoas consigam acessar as outras coisas, o que me gera uma preocupação muito grande, pois parece que há uma proliferação muito grande das *fake news* e ninguém mais quer aprofundar nada, porque as coisas estão todas fáceis nos “tutoriais da vida”, o que reflete uma parcela de estudantes. Sendo assim, entendo que há um dilema de coisas que são as diferenças do próprio país, as diferenças de usuário, de aluno, de camadas que precisamos atender e a própria forma como todas essas coisas são utilizadas. Além disso, nós ocupamos a 32ª posição em velocidade de internet entre os países do mundo, então é um desafio muito grande quando falamos de políticas de acesso.

Realmente, esse momento em que estamos é revolucionário, principalmente como a professora Dora falou, em relação às IAs. Sabemos que daqui para frente vamos ver o surgimento de novas profissões. Dora, gostaria que você discorresse sobre esse assunto.

Dora Kaufman: Primeiramente, quero fazer duas observações: 1) é necessário repensarmos ou, pelo menos, prestar mais atenção, pois a nossa tendência é desqualificar um pouco os alunos atuais. Ocorreu um aumento extraordinário do número de alunos na universidade. Na década de 1970-80 do século passado, muito menos alunos faziam mestrado; doutorado ainda menos, tanto é que grande parte conseguia bolsas para ir para o exterior. Hoje, em decorrência desse aumento, também existe muita diversidade. Então, existem pessoas muito interessadas, fazendo trabalhos sérios, e outras pessoas não. Eu não creio que antes haviam pessoas super interessadas e que hoje há menos interesse de aprofundar, mas que ocorreu a mudança da escala; 2) Sobre a regulação da IA, eu estou absolutamente envolvida nesse assunto e afirmo que é uma das questões mais difíceis, pois existe uma assimetria de conhecimento entre os reguladores e os desenvolvedores de tecnologia, pois entender essa tecnologia é muito difícil para os reguladores. Ela é complexa e muda todo o tempo, o que dificulta o seu acompanhamento. Além disso, o desafio inicial é definir o que é inteligência artificial, do ponto de vista do desenvolvedor da tecnologia. Isso não é importante, mas para um regulador é fundamental, isso está acontecendo na Europa, está acontecendo no Brasil... É difícil definir, mas é muito importante para

a regulamentação, pois ela presume que em algum momento, em algum lugar, vai ocorrer uma arbitragem, alguém vai entrar com um processo e o juiz precisará decidir, o que não será possível se não houver uma definição clara.

Celso Niskier: Eu quero contar uma história muito oportuna sobre o que você falou, Dora. Há 40 anos eu havia feito um mestrado na área de computação na PUC do Rio e estava me preparando para ir fazer o doutorado na Inglaterra nessa área, no Imperial College de Londres, e encontrei meu padrinho, uma pessoa fundamental na cultura brasileira que se chama Pedro Bloch. Ele foi um teatrólogo conhecido, médico, foniatra e eu tinha um carinho enorme por ele, então fui visitá-lo para contar a novidade, que eu iria fazer um doutorado em inteligência artificial. Ele ouviu o meu relato e me aconselhou a não esquecer da inteligência natural, no sentido de protegê-la. A inteligência artificial é fruto da inteligência natural, pelo menos até agora, e nós não podemos esquecer disso, até nessa questão da sua definição. Por trás das IAs existe uma inteligência natural que precisa ser protegida, valorizada e construída com tantos desafios, inclusive de desenvolvimento da inteligência nas escolas brasileiras. Portanto, não vamos nos esquecer da inteligência que criou isso tudo, que é a inteligência humana.

Dora Kaufman: Em resposta à pergunta sobre o futuro, eu sinto um desconforto muito grande em relação a essa profissão denominada “futurista” que está proliferando, pois defendo que somos capazes de fazer previsões em um horizonte de cinco, 10 anos, pois esse é o prazo para

lançamento de algo que está em laboratório em algum lugar do mundo e que o seu lançamento ocorrerá, de fato. Mas uma previsão mais longa que esse período, na minha opinião, já entra no ponto de ficção científica. Dessa forma, pensando no curto prazo em relação ao que vai acontecer, creio que tudo depende de como os seres humanos, cada um na sua área, irão reagir. Não há um futuro inexorável que vai acontecer. Cada uma das organizações, empresas, instituições de educação e de saúde, enfim, cada setor está construindo esse novo modelo de funcionamento da sociedade que, na verdade, é denominado economia de dados. Todas as plataformas e aplicativos que usamos no cotidiano possuem, na base, a tecnologia de inteligência oficial, porque a matéria-prima delas são os dados. Sendo assim, nós estamos reconfigurando o funcionamento da economia da sociedade; Estamos numa fase de transição, mas o grande problema é que ela é muito acelerada, diferente dos outros momentos disruptivos de transição na história da humanidade. Esse modelo de inteligência artificial preditiva foi reconhecido em 2012 e começou a ser experimentado em larga escala a partir de 2016, ou seja, recentemente. E tudo o que estamos falando ocorreu a partir de 30 de novembro de 2022, por isso precisamos entender, contribuir, pensar sobre isso. Fazer o que vocês estão fazendo e muito mais, divulgar, preparar e ajudar. Reitero que uma instituição como a de vocês precisa ajudar concretamente nesse processo, elaborar uma estratégia de capacitação de universidades, professores e o sistema na totalidade para fazer essa transição da melhor forma possível, inclusive porque a ABMES possui influência na área

do governo. Acredito que o único pronunciamento do MEC que vi em relação a isso foi sobre as plataformas adaptativas que algumas escolas estão usando bastante, onde ele discorreu que não se oporia, já que era um serviço gratuito, o que me chocou profundamente, pois considero um absurdo um pronunciamento desse. Enfim, defendo que todos nós devemos colaborar nesse processo. Com certeza o novo MEC é favorável a esse tipo de debate, além de todos os órgãos que puderem participar, inclusive vocês, que possuem um papel estratégico, pois são uma instituição respeitada, importante e reconhecida na área de educação.

Dora, eu fico pensando nas minhas filhas, pois possuo uma de cinco e outra de três anos. Você falou dessa fase de transição que está acelerada, então fico imaginando como será daqui a 20 anos. Hoje, eu tenho 41 anos e lembro exatamente como foi ter os celulares grandes, passamos por tanta transformação ao longo dessas décadas...

Dora Kaufman: Para você ter uma ideia do que vai acontecer daqui a 20 anos, basta pensar no que já aconteceu nos últimos cinco anos, mas de uma forma mais acelerada ainda. Um exemplo é que, às vezes, eu falo sobre o fax na universidade e muitos alunos nem sabem o que é isso. Recordo de quando eu trabalhava no mercado financeiro e chegou o fax, aquilo foi uma revolução, porque antes dele utilizava-se o telégrafo. Esse fato parece não ter ocorrido há muito tempo, mas, no quesito tecnologia, já é caracterizado como “antigamente”.

Indicações do episódio:

- Livro: [Trilema Digital: as três grandes tendências que vão afetar sua vida e seus negócios](#) - Walter Longo
- Livro: [Desmistificando a Inteligência Artificial](#) - Dora Kaufman
- Documentário: Coded Bias - Netflix
- Documentário: AlphaGO - Netflix
- Entrevista com Celso Niskier: [Universidades discutem as mudanças no ensino com o uso do ChatGPT](#) - g1, Bom Dia Brasil
- Documentário: Delírios do Mundo Conectado - Netflix
- [Seminário ABMES “ChatGPT: os impactos na educação superior”](#) - ABMES Plus

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 3

Diálogo com a Seres/MEC

16/03/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente da
ABMES



**Helena
Sampaio**

Secretária da
Seres/MEC

Episódio 3

Diálogo com a Seres/MEC

16/03/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier - Diretor-Presidente da ABMES

Helena Sampaio - Secretária da Seres/MEC

No dia 7 de março de 2023, a secretária da Seres/MEC, Helena Sampaio, conversou pela primeira vez com o setor de educação superior particular - e o local escolhido para dar início a esse diálogo foi a ABMES.

Ela trouxe respostas e direcionamentos importantes para o setor. Vamos tomar conhecimento sobre o que a secretária apontou para o nosso setor? Helena Sampaio iniciou a conversa sobre os princípios da sua gestão e a importância do setor privado no cenário da educação superior brasileira.

Helena Sampaio: Eu considero uma oportunidade preciosa, especialmente por iniciar a gestão à frente da Seres, que se pautará pelo diálogo com os atores dos setores público e privado, tendo em vista o fortalecimento do sistema federal de educação superior, alicerçado na qualidade. Esses espaços de trocas, como hoje, são fundamentais dentro da perspectiva de

uma Seres afinada com uma gestão colaborativa e, nesse sentido, nós queremos contar com a parceria dos diversos segmentos representativos do ensino superior no país. A atual gestão se inicia com o estabelecimento das diretrizes da política educacional, alinhadas ao novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e hoje gostaria de compartilhar com vocês algumas linhas iniciais do que serão as ações prioritárias da Seres.

Para dar início à nossa conversa, eu trouxe alguns dados que mostram a dimensão e o rumo da expansão dos últimos 10 anos na educação superior brasileira. Certamente, esses dados não são uma novidade a quem nos acompanha e a todos que participam desse evento, mas eu quero destacar brevemente este panorama que deve estar no horizonte de todos os que se dedicam a pensar e a formular políticas públicas para a educação superior no Brasil.

No primeiro gráfico, vimos que o Brasil possui hoje mais de 2.500 instituições de ensino superior. Desse total, como já disse o diretor-presidente da ABMES, 88% são instituições privadas e 12% públicas. Este primeiro dado já é bastante significativo em termos da representatividade do setor privado no Brasil. Esses dados que nós estamos usando são de 2021, que foi o último censo da educação superior divulgado.

No próximo gráfico, quando observamos as matrículas, constatamos também o aumento substancial experimentado pelo setor privado, que cresceu 34% entre 2012 e 2021. Há uma importante complementaridade entre rede privada e rede pública no atendimento ao estudante brasileiro. Em 2021, a rede privada era responsável por 77% de todos os estudantes do ensino superior no país e a rede pública por 23%, incluindo as instituições estaduais e municipais.

Neste último gráfico, apresento um enfoque do setor privado para destacar uma das principais mudanças experimentadas nos últimos anos, a EAD. A EAD, que já crescia de forma vigorosa, é hoje a principal modalidade do setor privado, representando 51% das matrículas privadas. Já são mais de 3 milhões e 500 mil estudantes matriculados.

A secretária comentou sobre a reestruturação que fará na Seres, que será desde a equipe até as orientações a serem seguidas. Nessa fala, ela apontou os planos de ação para enfrentar os gargalos do sistema regulatório, para modernizar as soluções para resolução de problemas e visitar o marco regulatório. Helena

Sampaio apresentou os temas prioritários da sua gestão: a abertura de cursos de medicina EAD, revisão do marco regulatório, fluxo regulatório e o e-MEC.

Helena Sampaio: Em sintonia com este contexto de mudanças profundas, e diante de um sistema complexo e diversificado, é que a Seres compreende a sua atuação nesta gestão. Para tanto, estamos reestruturando tanto a equipe da Secretaria como as nossas orientações, para ter um quadro qualificado para enfrentar todos os desafios que nos esperam na Secretaria. O primeiro desafio é identificar e superar os gargalos do sistema regulatório. Em segundo, promover a modernização das soluções para resolução de problemas, diminuindo o tempo de espera, que hoje é extremamente elevado. E visitar o marco regulatório no sentido de tornar os processos mais céleres e eficientes, voltados para a promoção e manutenção da qualidade da educação superior no Brasil. Desse modo, as mudanças a serem implementadas requerem um plano de ação pensado a curto, médio e longo prazos.

No próximo gráfico apresentamos cinco ações e temas prioritários hoje na agenda da Seres. Evidentemente, no que temos chamado internamente de “protocolo-medicina”, existe uma grande expectativa do sistema de ensino superior no Brasil, tanto o federal como o setor privado, no sentido de uma nova regulação para a abertura da oferta de cursos de Medicina, e isso nós estamos em formulação no Ministério em parceria com o Inep e em contato com o Ministério da Saúde; até abril nós traremos uma política de regulação dos cursos da Medicina. Em seguida, nós temos outro tema bastante importante que é o EAD.

Como mostramos hoje, o EAD já representa 51% do total de matrículas no setor privado, e esse dado por um lado é interessante. Acredito que, atualmente, ninguém após da pandemia se manifestará contra o EAD, mas também é preocupante quando nós temos mais da metade dos estudantes matriculados nesta modalidade sem o convívio, sem a vivência do ensino superior, sem a sociabilidade, enfim, tudo o que representa também estar e cursar o ensino superior. Seguidamente, nós temos um tema importante que é a revisão do marco regulatório, que já está em estudo na Seres. Estamos trabalhando no sentido de rever a “Família 20”, que denominamos de 2017, e como que nós podemos ter um marco regulatório mais afinado com a contemporaneidade e com o que nos exige a formação superior, o ingresso no mercado de trabalho, a retenção dos jovens nas instituições. Eu penso que a questão da evasão é preocupante, pois preocupa tanto o setor público como o privado, e parece que a questão não se limita à questão financeira, mas vai além disso. Então, nós precisamos ter um marco regulatório que também compreenda o momento que nós estamos vivendo e o sistema que temos hoje. Outra questão é o fluxo regulatório, que também está sendo trabalhado. Então, nós retomamos a questão da Medicina, a definição de estratégias para a retomada da oferta dos cursos de Medicina, tendo em vista o fim da moratória EAD. Hoje nós temos uma demanda grande na Seres para abertura de EAD em Direito, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, e dispomos de uma portaria da gestão anterior propondo a instituição de grupos de trabalhos (GTs) para discutir e levantar subsídios para a elaboração de uma política educacional

no que diz respeito à oferta desses cursos na modalidade a distância. O prazo da portaria para a instituição dos GTs era, se eu não me engano, de setembro 2022, e ela não havia sido instituída e o prazo já estava correndo. O ministro deve assinar essa semana uma portaria que relatamos mais 90 dias de prazo para instaurarmos os GTs e convocar todos os atores para discutir a EAD em todos esses cursos específicos. Dessa forma, essa é uma ação da Seres que já está avançando. Outra questão é que ampliamos, com a presença de especialistas, a respeito da oferta de EAD para essas quatro formações de nível superior. Com isto, a revisão do marco regulatório, que eu já adiantei a vocês, está em estudo e o fluxo regulatório também. Agora estamos organizando e tivemos a feliz notícia da nomeação dos nossos três diretores, como o diretor da Diretoria de Regulação da Educação Superior (Direg), Daniel Ximenes, que já está trabalhando conosco e no fluxo regulatório, organizando-o, tendo em vista que estava paralisado. Temos um passivo enorme na Seres, um quadro de servidores muito pequeno, que havia sido completamente esvaziado, mas estamos reorganizando a “casa”. Então, nesse momento, com a nomeação do diretor da Direg, estamos com a previsão de entregar em março 3.600 processos regulatórios e 1.500 atos regulatórios - é um começo. Nós temos em torno de 20 mil processos e uma equipe reduzida, mas estamos trazendo pessoas, embora seja difícil porque para acesso ao sistema é necessário ser servidor. Então, não dá para trazer terceirizado para essa força-tarefa, existem regras de funcionamento, mas veremos se até junho colocamos “a casa em ordem”. É evidente que fazemos 3 mil e chegam mais, mas

pelo menos ter um passivo menor para entregar é relevante. O próximo ponto interessante é o e-MEC. Eu acredito que todos vocês o conhecem e lidam com ele, mas tem desafios com ele. O e-MEC é o nosso sistema central em todas as operações da Seres e é responsável pela celeridade ou não, e o diálogo dos processos com o público interno e externo a Seres. Hoje em dia, estamos com a nova coordenadora-geral do Sistema de Informação da Seres, Sabine Righetti, que está nos acompanhando aqui, e já fizemos um diagnóstico. É claro que é defasado, pois o sistema é de 2007 e possui uma linguagem computacional obsoleta, mas constatamos, por meio do levantamento realizado, que 20% das demandas do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) referem-se a problemas do e-MEC que não têm solução tecnológica, ou seja, 20% das demandas que chegam ao e-MEC, dentre reclamações e outras, se referem a problemas dentro do e-MEC e que não possuem mais solução tecnológica de tão defasado que está o sistema. Então, nós temos o plano evidente que não envolve só a Seres, mas um projeto maior que envolve outras instâncias do MEC no sentido de desenvolvermos um novo sistema que demandará, evidentemente, recursos não só financeiros, mas de pessoal especializado em tecnologia da informação. Atualmente, a nossa equipe carece de profissionais da área, esse é o tamanho do nosso desafio.

Para não abordar apenas os problemas, nós temos também outras iniciativas que compartilho com alegria com vocês, como a organização de um seminário internacional sobre modelos de regulação de sistemas de ensino superior. Nós

pretendemos contar com a parceria do Inep, da Secretaria de Educação Superior (Sesu), de órgãos internos ao MEC, do CNE, mas também da Câmara dos Deputados, sobretudo dos consultores legislativos, das embaixadas para trazeremos os ministros ou então secretários que atuem em outros sistemas. Contamos também com as entidades representativas da educação superior pública e privada na construção do programa desse seminário. Ano que vem teremos a comemoração dos 20 anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e cabe não só prestarmos as homenagens ao Sinaes, ao que representou em termos de avanço na avaliação e na regulação do sistema de ensino superior, mas também podermos avançar e trazeremos subsídios e inspirações de outros sistemas para podermos avançar no nosso sistema de avaliação e no marco regulatório da educação superior no Brasil, sempre pautados pela qualidade.

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES, falou em nome do setor sobre os pontos colocados pela secretária e apresentou as principais dores das instituições de ensino superior.

Celso Niskier: Eu creio que todos nós acreditamos grandemente nesses princípios que a senhora formulou. Em primeiro lugar, ao falar da diversidade do nosso setor, é importante valorizar isso, pois acreditamos e defendemos essa diversidade. O setor tem faculdades pequenas, médias, grandes, centros universitários, universidades confessionais, comunitárias, privadas, particulares e eu creio que essa diversidade é muito rica - e esses modelos internacionais a serem discutidos no seminário vão mostrar que talvez seja uma

diversidade única no mundo do ponto de vista do que se criou: uma convivência de público e privado, mas um privado tão rico nas suas diferenças. Acredito que essa é uma valorização importante. A senhora comentou dos gargalos, e este ponto que “aperta o nosso calo” porque as instituições sofrem com o gargalo nos processos do MEC, principalmente as pequenas que não possuem autonomia e que dependem da portaria de autorização para iniciar um curso, por exemplo. Porém, a senhora, em boa hora, pretende agir para minimizar, mitigar e resolver. Eu também registrei a palavra “modernização” porque é muito importante uma modernização falando em avanço, pois precisamos avançar nos Sinaes; não só comemorar o que ele nos trouxe. Estamos aqui também devido ao Sinaes, quer dizer, uma grande construção nacional que funcionou, mas que certamente merece reconsiderações e avanços, tal como o e-MEC que sonhamos com a melhora no sistema, principalmente com nossas procuradoras institucionais (PIs), que sabem o que eu digo. É uma dor de cabeça para muitas pessoas. Eu penso até que mais do que esses 20%, nós sofremos bastante com o e-MEC. A sua defesa da modernização do marco regulatório é fundamental. Essa, aliás, é uma bandeira do Fórum das Entidades Representativas levada ao ministro Camilo Santana. É preciso modificar o marco regulatório, principalmente depois de todas as inovações trazidas pela pandemia, mas é preciso ver com cuidado esse crescimento. Como eu disse, inclusive na reunião com o ministro, nós somos contra o excesso de regulação, mas nós somos contra a falta dela. A EAD cresceu, traz um benefício expressivo ao estudante, mas é preciso pensar nesse

crescimento de forma que não se perca a qualidade, de forma que se mantenha a diversidade das nossas instituições, que valorizem as instituições presenciais, porque é a origem de tudo. O EAD não surgiu no nada, surgiu como uma evolução do presencial - e não podemos agora “detonar” a origem do crescimento do EAD, que é a instituição presencial. Quando a senhora fala em modernização do marco regulatório, eu considero oportuno que haja a discussão também sobre essa questão do EAD, valorizando a convivência, a sociabilidade e o que a educação tem de humano, porque muitas coisas o ChatGPT resolverá, mas é importante que pensemos no que há de humano na educação e que valorize a humanidade do processo educacional muito além da tecnologia, pois esta veio para tornar a educação cada vez mais personalizada, humanizada e relevante. E a senhora comentou da relevância da evasão do ensino superior. Essa evasão não é só falta de financiamento, até porque as poucas bolsas oferecidas não são preenchidas. Falamos em avançar com o Fies, mas o que temos não está servindo, então é preciso entender por que o jovem não pensa mais em fazer o ensino superior como há décadas atrás. Como a senhora registrou aqui com muita propriedade, nós podemos tornar o nosso setor relevante. Quero comentar rapidamente sobre os grupos de trabalho tanto para os cursos de Medicina quanto para os cursos regulados em EAD. A ABMES participou no ano passado do grupo de trabalho com relação à revisão dos critérios para os cursos de Medicina, contribuiu com notas técnicas, com uma defesa técnica baseada em fatos e em números, e eu quero registrar que acreditamos na via dupla da autorização.

Acreditamos que deva haver a interiorização, através do Mais Médicos, talvez em uma evolução do Mais Médicos, mas a via da autorização pelo Sinaes é uma via que o MEC dispõe para projetos de excelência e que não deveria abdicar desse caminho duplo também, tanto pela via da autorização quanto pela via do Mais Médicos. Quando o MEC não regula, a justiça entra. A opção pela justiça é o último caminho da instituição, que quer fazer valer um direito básico de oferecer um curso de qualidade para a comunidade; quando o MEC não regula, a instituição vai à justiça. Então, em meu ponto de vista, o que se vê hoje, em relação aos governos anteriores, foi a pouca ação do MEC nessa questão: fecha o protocolo, não resolve o problema. Existe o Sinaes, existem os padrões de qualidade e o MEC pode e deve regular a abertura de curso, tem poder e capacidade para isso, e as instituições que se adequam aos padrões de qualidade que, para a Medicina, eu acredito, devam ser mais rigorosos do que a média, porque é uma carreira extremamente importante, de salvar vidas... Por isso, eu acredito que o MEC, quando se omite, permite que se judicialize um assunto que deveria ser tratado pelos canais administrativos - e em boa hora o MEC pretende rediscutir e reabrir o protocolo dentro de novos critérios de qualidade. Em síntese, eu queria fazer esses comentários a partir da sua contribuição, que eu fico bastante feliz em saber. Quero deixar registrado aqui que a secretária falou em 3.600 processos, mais 1.500 de portarias autorizativas, atos autorizativos até março. Que assim seja, pois sabemos que não é um trabalho fácil, que demandará uma força-tarefa. Estamos à disposição para ajudar, não só para reclamar. Queremos ajudar, esse é o

nosso papel, contem conosco porque, de fato, o caminho para 20 mil processos é longo e tortuoso, mas é possível, com uma equipe competente, motivada, engajada, e com propósito. Tenho certeza de que a sua liderança, como eu falo competente, engajada com o conhecimento do setor, será fundamental para o alcance dessas metas ambiciosas, porém factíveis, que a sua gestão nos traz hoje.

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 4

Perspectivas do Inep para os próximos anos

20/04/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



**Ulysses
Teixeira**

Diretor de Avaliação
da Educação
Superior do Inep



**Lara de
Xavier**

Diretora Executiva
da EDUX21



**Beatriz
Maria
Eckert-Hoff**

Presidente do CRUB

Episódio 4

Perspectivas do Inep para os próximos anos

20/04/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier - Diretor-Presidente da ABMES
Ulysses Teixeira - Diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep
Iara de Xavier - Diretora Executiva da EDUX21
Beatriz Maria Eckert-Hoff - Presidente do CRUB

Firme no compromisso de iniciar o diálogo do setor de educação superior com os gestores públicos do novo governo federal, a ABMES realizou, no último dia 4 de abril, um evento híbrido com a presença do diretor de Avaliação da Educação Superior, Ulysses Teixeira.

Foram abordados temas urgentes para as instituições de educação superior, como o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), a revisão dos instrumentos de avaliação, perspectivas para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre outros.

Ulysses Teixeira começou apresentando em detalhes um panorama do atual cenário do órgão.

Ulysses Teixeira: Tudo que traremos aqui está relacionado ao Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Eu sei que isso não é novidade a ninguém, mas eu destaco que na semana que vem o Sinaes está completando 19 anos, então é um momento que temos para pensar realmente o que nós queremos trazer como resultado. Eu creio que o marco de 2024, com 20 anos, é um marco que nos traz uma janela de oportunidade. Com a nova gestão no Ministério da Educação (MEC), é um momento que nós temos para trabalhar, de fato, em uma oportunidade para trazer vários aperfeiçoamentos. É uma política de avaliação da educação superior, por mais que sejam só 19 anos, é a mais longa que nós temos na história do Brasil, então é uma política que precisamos defender e aperfeiçoar constantemente para que ela possa trazer resultados cada vez mais produtivos. Está relacionada àquele princípio constitucional, sendo a garantia da qualidade do ensino, com várias ações relacionadas à avaliação. Na Lei do Sinaes está

previsto que os cursos das instituições de educação superior serão avaliadas usando procedimentos e instrumentos diversificados. Desse modo, o Inep faz as visitas de avaliação *in loco*, faz o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - naquele calendário trienal que vocês conhecem - e produz vários indicadores da educação superior. Além disso, a legislação prevê mais um “pé” avaliativo, que é aquele conduzido dentro de cada instituição pelas comissões próprias de avaliação na auto-avaliação. Todos esses resultados podem servir para fundamentar políticas públicas e para os próprios gestores educacionais, procuradores institucionais, reitores, coordenadores de curso, e a ideia é que esses resultados sirvam para avaliar os seus processos avaliativos internos e produzir, a partir desse ponto, aperfeiçoamentos.

Apresentarei, primeiramente, o que está sendo realizado hoje e depois quais são as nossas ideias para o futuro. Aqui é o histórico do número de avaliações *in loco* realizadas por ano. Vemos que existia uma certa tendência de 5 a 6 mil avaliações por ano antes do cenário da pandemia, até mesmo porque esta afetou bastante. Há uma queda no gráfico porque, até aquele momento, todas as avaliações eram presenciais. A partir da inovação trazida, a princípio em um cenário provisório devido à pandemia, mas, posteriormente, definido em lei, a lei do Sinaes foi retificada para incluir essa possibilidade, temos retomado. Na verdade, conseguimos ultrapassar bastante o número de avaliações que eram feitas no cenário anterior, com mais de 8 mil avaliações feitas no ano passado. Para o início deste ano, já temos o número de designações realizadas, ou seja, de visitas

marcadas. Tivemos um interstício no começo do ano, quando tivemos alguns problemas com o sistema e-MEC, que não conseguimos fazer as designações. Mas agora estamos, inclusive, superando o número de avaliações que vinham sendo feitas por mês no ano passado. Para maio, por exemplo, nós já temos mais de 1.600 avaliações confirmadas, e isso é uma média de 400 avaliações por semana, só para dar uma ideia da operação de guerra que, de fato, a equipe tem que conduzir lá dentro, ou seja, “a loja não está fechada”, há muitas coisas acontecendo.

Quero trazer algumas informações aqui: já são mais de 4 mil designações feitas para esse ano. Tínhamos um passivo acumulado, que ainda vinha do cenário da pandemia, de aproximadamente 6 para 7 mil avaliações - e o nosso planejamento dá conta de eliminar todo esse passivo ainda neste primeiro semestre. Ainda há algumas dificuldades específicas de alguns cursos, e destaco como exemplo as Ciências Aero-náuticas, que é um curso muito pequeno em números no país, então temos dificuldade em conseguir avaliadores, porque o avaliador não pode ser da mesma instituição, não pode ser do mesmo estado. Então, temos alguns casos que podem ficar um pouco em atraso, mas o planejamento é, de fato, acabar com todo esse passivo até o meio do ano e, a partir disso, entrarmos em um fluxo regular que será bem mais baixo do que vinha acontecendo nos anos anteriores. Temos também outro caso que chama atenção: as avaliações da área da saúde, que são aquelas que ficaram na lei como obrigatoriamente presenciais. Ali já temos designadas para Enfermagem e Odontologia todas as relativas ao passivo.

Para Psicologia ainda faltam duas, mas o nosso maior gargalo é, de fato, a Medicina. Então, aproveito esse momento para reforçar o apelo aos senhores e senhoras: nós temos um número de avaliações a realizar para a área de Medicina e para outras. Vocês devem ter recebido um ofício com o pedido de indicação de avaliadores, mas, como esse gráfico mostra, para a área de Medicina ainda há um número elevado de processos para avaliação, e esses são os processos recebidos até dezembro de 2022. Os processos recebidos em 2023, o planejamento é que eles sejam avaliados no segundo semestre. Com esse passivo dá para fazer uma comparação, em que vemos muitos processos de autorização, de reconhecimento e renovação de reconhecimento. É possível percebermos que estamos priorizando os processos de autorização, mas está chegando, por causa desse *déficit* no banco, um “estrangulamento” das visitas de reconhecimento, o que também pode gerar um problema, ou seja, com os estudantes chegando à formatura, precisamos ter essas visitas concluídas. Então, um reforço do banco é mais do que urgente e é uma iniciativa que nós estamos tendo agora. O cadastro está aberto, sabemos que enfrentamos mais uma dificuldade no sistema e-MEC. Então, no caso dos avaliadores, assim que tivermos um retorno que o sistema está ativo, nós enviaremos mais um ofício para vocês dizendo que receberemos os cadastros das candidaturas até a data tal. A partir dos avaliadores que se cadastrarem até essa data, formaremos uma turma de capacitação para que eles possam começar a atuar o mais rápido possível e, posteriormente, continuaremos recebendo mais cadastro de avaliadores por mais

algum período para formar uma segunda turma. Eu chamo a atenção para o curso de Medicina, mas o ofício abrange várias áreas. Sabemos que a Medicina desperta mais interesse por vocês, mas são várias as áreas em que precisamos de reforço. E com esse banco reforçado, almejamos resolver esse passivo da Medicina e ainda realizar as avaliações que entraram esse ano até o final de 2023.

[9:36 - provável presença de slides]

Das avaliações virtuais, dá para notar que, daquele montante que eu havia comentado, em que tínhamos um pouco mais de 6 mil avaliações no passivo, já temos aproximadamente 4 mil marcadas. Então, desse percentual que falta para designação, a maioria é de reconhecimento ou renovação. Podemos perceber, por exemplo, que as visitas de credenciamento e recredenciamento praticamente já se esgotaram. Portanto, nós não estamos prevendo tanta dificuldade para conseguir realizar até o meio do ano.

Comentando brevemente a respeito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado em novembro do ano passado, para 26 áreas de avaliação. Foi o ano do ciclo vinculado principalmente às áreas das Ciências Sociais, Ciências Humanas, Direito e Administração, com quase 600 mil inscritos, representando quase 10 mil cursos em mais de 1.700 instituições. Agora, em 2023, temos as áreas da Saúde e das Engenharias, principalmente; são 28 áreas. Isso significa que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) precisa elaborar 28 provas este ano,

trabalho considerável que também mobiliza fortemente a comunidade acadêmica. Isto significa que precisamos do apoio dos professores nos processos de elaboração e revisão dos itens e para a composição das comissões que vão montar as provas. Então, esse ano temos essas 28 áreas, uma previsão de aproximadamente 380 mil inscritos de 8.700 cursos e um pouco mais de 1.200 instituições. Desse modo, a divisão das áreas ao longo dos anos está mais vinculada ao número de provas que precisaremos elaborar para, de fato, equilibrar a distribuição ao longo do triênio avaliativo. Por isso essa diferença, existem áreas que têm mais estudantes, então, de um ano para o outro, pode ter mais ou menos cursos envolvidos.

Dos indicadores, eu não vou pedir que ninguém aprenda a calcular o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), apesar de ter sido uma das minhas primeiras tarefas quando eu ingressei no cargo, mas esse aqui é o cenário atual. Hoje nós temos o conceito Enade, que é aquele indicador calculado a partir do desempenho dos estudantes na prova. Ele é basicamente a média dos estudantes daquele curso na prova do Enade. Nós temos o IDD, que é esse indicador de valor agregado, porque a prova do Enade é a mesma no país inteiro, para todos os estudantes daquele curso, e sabemos que os estudantes chegam na graduação em níveis diferentes. Então, o IDD tenta fazer esse equilíbrio, ou seja, os estudantes que chegaram com uma capacidade mais baixa - usa-se as notas do Enem para fazer essa estimativa -, eles possuem uma expectativa de uma nota mais baixa também no Enade e vice-versa. Os que entraram com

a nota mais alta no Enem, possuem uma expectativa de nota mais alta no Enade, então é para tentar fazer essa equalização. Temos também o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que foi divulgado na semana passada e é um indicador que agrega o maior número de dimensões, das características da instituição, que soma o desempenho dos estudantes e o valor agregado, que são insumos que vêm diretamente da prova do Enade e, em conjunto, eles viram 55% do CPC. Junta também o Questionário do Estudante, que é um tipo de avaliação que o estudante faz do processo formativo ao qual ele se submeteu ao longo da graduação, e dados do corpo docente extraídos do Censo da Educação Superior. Calculado o CPC para cada curso ao longo dos três anos do Enade, temos um CPC para cada curso da instituição. Logo, fazemos uma média ponderada dos CPCs, ponderada pelo número de matrículas, e consideramos os conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para os programas de pós-graduação *stricto sensu* nos cursos de mestrado e doutorado - isso gera o Índice Geral de Cursos (IGC) da instituição. Todos esses indicadores, incluindo o Conceito de Curso e o Conceito Institucional, são usados para várias políticas públicas. O uso mais imediato são as políticas de regulação e supervisão. Por consequência, habitualmente, os cursos com um CPC, por exemplo, maior ou igual a 3, são dispensados da visita de reconhecimento de curso, já ficam com um reconhecimento "automático". Mas esses indicadores são também usados como critérios de distinção ou critérios de seleção em outras políticas públicas, inclusive políticas de financiamento, como o Fies, o ProUni,

políticas de indução da qualidade, como o Pibid, que são políticas voltadas para a formação dos professores, que é um tema de interesse especial, que nós vamos tratar daqui a pouco.

Em seguida, o diretor do Inep listou as perspectivas do órgão para os próximos anos, com foco total no aperfeiçoamento das avaliações da educação superior.

Ulysses Teixeira: Comentei sobre as avaliações *in loco*, o Enade e os indicadores. Agora, quero expor o que pensamos que podemos fazer melhor daqui para a frente. Realizamos um estudo de sistematização de todas as sugestões, críticas e reclamações que o Inep vinha recebendo ao longo dos anos, e como elas estão focadas em cada um dos instrumentos ou no fluxo dos nossos processos avaliativos. A partir disso, nós chegamos a algumas direções que parecem importantes. A primeira delas é que precisávamos mostrar um pouco melhor para as instituições, para a sociedade, para o governo e para o MEC como estão essas características de cada instituição ou cada curso de graduação porque, hoje, os nossos indicadores e os que vêm da avaliação *in loco* juntam muitas dimensões da atuação daquele curso ou daquela instituição em um número só, um número final e isso acaba se tornando pouco intuitivo e compreensível. Até existem demandas, por exemplo, de coordenadores de curso questionando o que ocorreu que, em 2015, o CPC do curso era 4 e em 2018 foi 3. Dá para “mergulhar” nos microdados e entender exatamente como foram as respostas dos estudantes no questionário, correlacionar os índices de acerto na prova do Enade com a matriz da prova e verem que tipo de conteúdo ou competência

os estudantes daquele curso específico tiveram desempenho mais baixo. É possível fazer muita coisa, temos muitos resultados à disposição, mas isso pressupõe um trabalho expressivo por parte do usuário desse dado. Portanto, eu não acredito ser razoável exigir, por exemplo, que o estudante que está fazendo o Enem, e quer escolher o curso dele no ano subsequente, faça todo esse trabalho. Essa informação não está bem explicada para todo o público-alvo da nossa avaliação. Podemos avançar em dados que hoje não existem, mas, mesmo com os dados já existentes, é um trabalho de divulgação, de como divulgar esses dados. Então, uma das propostas que eu vou mostrar adiante é da desagregação desses indicadores, mais especificamente de como esse curso tem tais resultados relacionados ao corpo docente, tais resultados relacionados ao desempenho. Valor agregado é isso, infraestrutura é aquilo etc., porque parece que fica mais explicado para o usuário da informação. O Enade eu penso que é o maior dos nossos desafios, justamente porque é muito difícil continuarmos girando a roda e trocar o pneu do carro, concordam? Precisamos modificar o Enade para torná-lo comparável. É evidente que ele não é comparável psicometricamente. Realmente, é uma informação que ele não consegue trazer, mas é claro que as diretrizes de prova são revistas anualmente, mas não mudam tanto assim. Além disso, os professores que elaboram e revisam os itens passam por uma capacitação, e os itens seguem um padrão. As comissões que elaboram a prova são comissões de professores de cursos com bons desempenhos nas edições anteriores do Enade, com variabilidade da categoria administrativa

da organização acadêmica e da região do país onde está o curso. Ou seja, são professores que, obviamente, possuem uma expectativa de desempenho dos seus próprios estudantes. Então, é importante lembrarmos que quando se faz uma crítica à comparabilidade do Enade, não é uma prova aleatória, existe um pressuposto de acerto. De fato, não podemos dizer que o curso que tirou 60 na edição anterior e 65 agora realmente deu um avanço em relação há três anos, mas esse é um estudo que precisamos levar adiante e que eu acredito que nos dará o maior trabalho. Existe um parágrafo, creio que seja o § 8º, do Art. 5º da Lei dos Sinaes (Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004), que prevê que a prova do Enade deveria trazer critérios mínimos de desempenho, conforme a avaliação de um grupo de especialistas. Isso significa que, no mínimo, uma comissão de professores deveria analisar aquela prova e afirmar o que é esperado dos estudantes que passaram por um processo formativo definido por essa diretriz curricular nacional, considerando o grau de dificuldade da prova, que ele vai ter 4 horas para responder, etc. Pelo menos essa régua podíamos indicar.

Além disso, sabemos também que o comprometimento do estudante ao fazer a prova do Enade é uma demanda relevante de vocês. Temos vários dados quando tratamos desses pontos em específico e podemos explicar aqui. Temos explorado a porcentagem de estudantes que entregam as provas em branco; temos visto quais são aqueles que estão entregando só as discursivas em branco, por exemplo, as discursivas só da formação geral, ou do componente específico; temos a intenção de aumentar o período de permanência

obrigatória do estudante na prova a partir deste ano, que sempre foi de 1 hora, deve aumentar para 2 horas para ver melhora um pouco o comprometimento; temos estudado os estudantes que entregam a prova com o resultado muito abaixo de 20, 25, 30 pontos, mas a situação não é tão crítica quanto vocês imaginam. Na verdade, se pegarmos só o ciclo atual (ainda não temos os resultados de 2022, que é o ano 3), o índice de participantes com provas em branco é muito baixo, falamos de menos de 4% dos estudantes. E se pegarmos só as questões discursivas em branco é menos de 1%. Então, há uma participação dos estudantes e eu acredito que precisamos discutir como incentivar isso de uma maneira mais eficiente. Por fim, o último ponto é identificar quais resultados da avaliação servem às políticas públicas de regulação, de financiamento ou de indução da qualidade, isso é até uma crítica interna nossa. Atualmente, o Enade acontece de forma independente, em um calendário que está definido em portaria, mas as avaliações *in loco* estão subordinadas às demandas da regulação, ou seja, não existe avaliação *in loco* hoje por iniciativa própria do Inep, apesar de a Lei dos Sinaes definir e criar um sistema de avaliação e dizer que os resultados servirão como referencial básico dos processos de regulação, e não ao contrário porque a regulação vai demandar todos os processos de avaliação. Desse modo, é importante verificar quais resultados, de fato, precisamos para cada tipo de ato da regulação, pois não podemos também falar em não fazer mais, falar que a Seres “que se vire”, não é essa a nossa proposta, mas precisamos ter informações para todas as demandas das políticas públicas. Entretanto, pergunto a

vocês, porque é um debate inicial ainda, mas será que precisamos de uma visita *in loco* para todos os atos regulatórios? Eu creio que é o que temos de estudar. Da nossa parte, nós estamos caminhando na direção de dar maior transparência. Queremos, por exemplo, publicar microdados da avaliação *in loco*. Precisamos saber o que está acontecendo. Por exemplo, se 99,9% de todas as visitas de autorização estão resultando em conceitos satisfatórios, será que não conseguiríamos pegar esse 0,1% dos casos com outros indicadores e usar melhor a definição dessas visitas? _Então, estamos pensando em movimentações nessas direções, mas, sendo muito transparente com vocês, isso não está desenhado, não estou dizendo que amanhã sairá uma portaria mudando tudo isso. Estou, na verdade, colocando pontos para discussão e, inclusive, convidando vocês a participarem, a darem sugestões, principalmente vocês que estão lá na ponta, recebem essas visitas e os resultados do Enade, e como podemos melhorar a partir do que se faz hoje.

Ele trouxe ainda a proposta de uma nova cesta de indicadores da educação superior, já iniciada.

Ulysses Teixeira: Fizemos uma análise de todos os dados já coletados pelo Inep acerca da avaliação da educação superior. Desse modo, pegamos dados do Enade, inclusive do questionário, dados dos instrumentos de avaliação *in loco* e dados do Censo da Educação Superior. Só com esses dados, que tipo de indicadores mais simples poderíamos divulgar? Percebemos que temos um número de dimensões dessas características das instituições e dos cursos muito superior ao que chega

ao público hoje. Por exemplo, o professor Celso possui um estudo já iniciado sobre a avaliação dos egressos da educação superior. Também consideramos que esse é um indicador muito importante, mas não coletamos dados sobre egressos hoje, então seria um estudo separado. Aqui eu abordo só dos dados que já coletamos, então, a partir disso, já poderíamos trazer informações um pouco mais detalhadas.

[26:31 - presença de slide, identificado pelo próprio palestrante Ulysses]

Ulysses Teixeira: Não significa que todos esses indicadores vão, de fato, ser calculados, mas é só uma ideia para mostrar, por exemplo, que em uma instituição X poderíamos mostrar indicadores, cada cor seria uma daquelas dimensões que estavam no *slide* anterior. E o que eu quero dizer com isso é que há a possibilidade de mostrarmos as especificidades dos cursos e das instituições. Hoje, o CPC ou os instrumentos circulatórios de visita são os mesmos para todos os cursos, então estamos usando uma “régua” que está fazendo um cálculo inspirado em um modelo único. No CPC, por exemplo, estávamos valorizando o regime de trabalho integral e doutorado para todos os cursos, mas será que todos os cursos precisam de professores com essas características? Isso aqui mostraria de maneira diferente, podemos até calcular e mostrar qual é o regime de trabalho e qual é a titulação dos professores de todos os cursos, mas esse uso pode ser diferente e conseguimos mostrar, por exemplo, que determinado curso ou instituição possui mais ênfase em estar nessas ou naquelas dimensões, porque está diretamente relacionada à

missão institucional ou às características do curso. Cursos superiores de tecnologia não precisam ser iguais ou serem avaliados de maneira igual a cursos de bacharelado ou licenciatura. Instituições comunitárias também têm diferenças, não são universidades públicas. Institutos federais possuem as suas especificidades; instituições com e sem fins lucrativos possuem as suas especificidades. Isso significa que o Inep não estaria mais dando um conceito final, afirmando que esse curso é nota tal e aquele é 0,02 maior do que esse, porque tudo depende do interesse do usuário - o usuário pode ser o estudante que vai ingressar na graduação ano que vem e este pode fazer um filtro e reforçar que é importante ser um curso presencial, porque não deseja sair da casa dos pais; pode dizer que ficou impactado na pandemia e quer se tornar pesquisador da área da saúde, então quer um curso que seja intensivo em pesquisa, que tenha professores doutores, que tenha programas de iniciação científica e é isso. O estudo faz esse filtro por região e lista as opções. O usuário pode ser também a Seres. Podemos pensar com as instituições e as secretarias do MEC quais desses indicadores são mais adequados para essa ou aquela política pública. Hoje, por exemplo, vou fazer outra crítica ao nosso CPC: o cálculo do CPC, que é um resultado relativo, ou seja, a posição do curso depende da posição dos demais cursos que foram avaliados naquela área. Então, calcular esse indicador relativo, dizer que serviu como um filtro e, a partir disso, eu vou visitar aqueles que obtiveram um desempenho mais baixo, para mim, faz todo o sentido. Entretanto, usar esse mesmo indicador para políticas de financiamento significa que naquelas áreas que

tiveram a média mais alta, os cursos que tiveram CPC 1 e 2 podem ter qualidade superior aos cursos que tiveram CPC 4 em uma área onde a média foi mais baixa. Então, o indicador não está ajustado à necessidade da política pública. _Desse modo, eu acredito que esse é um estudo que precisamos avançar; quais dados servem de maneira mais adequada a quais políticas?

O que foi apresentado foi só para uma visualização gráfica, não significa que são esses indicadores ou que serão essas as dimensões, ou que será nesse formato a divulgação, mas é só para vocês entenderem o caminho que estamos pensando. Daquela lista de dimensões, já levamos para a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) esses indicadores possíveis, e esta, por sua vez, no colegiado, fez algumas escolhas estratégicas, como iniciar os estudos e os cálculos por determinados indicadores. Escolheram primeiro o trabalho no perfil docente, então já calculamos e mostramos a eles o número de cursos vinculados a cada docente naquela instituição, indicadores relacionados à titulação e regime de trabalho e trabalhamos agora no número de estudantes por docente e o tempo de vínculo do docente naquela instituição. Eu sei que existem instituições centenárias no Brasil e não possuímos dados que alcançam o início dessas instituições, mas, desde 2009, o Censo da Educação Superior possui o CPF dos professores. Então, do ano citado para cá, conseguimos calcular, por exemplo, o tempo que esse professor permaneceu vinculado ao curso, se a rotatividade de professores é alta e isso tudo conseguimos começar a visualizar. A ideia é que todos esses indicadores

passem a ser publicados como estatísticas, simplesmente, e não estou falando de uso regulatório, de uso no financiamento, nem nada do tipo. Enquanto esses estudos são realizados, o CPC e o IGC continuam existindo no modelo atual. Acredito que dada a limitação de mão de obra, a ideia é não alterá-los e usar o esforço disponível para esses novos indicadores. É dispormos de uma cesta mais completa de forma que dê para utilizar os dados para avaliação de fato, e não somente para estatística publicada pelo Inep. Pode ser, por exemplo, que o CPC e o IGC percam a necessidade de existência.

Ulysses pontuou ainda que o Inep conta com o apoio das instituições para que essa cesta de indicadores passe a divulgar também dados produzidos pelas comissões próprias de avaliação.

Ulysses Teixeira: Estamos falando que existe uma comissão que fez uma visita *in loco* e trouxe esses resultados; têm os estudantes que preencheram o questionário e apontam esses resultados; têm a própria instituição que fez a sua autoavaliação e aponta esses resultados. Muitas vezes, as dimensões de cada um desses processos vão conversar, então é importante termos tudo isso e, talvez, a ansiedade de vocês seja maior do que a nossa, mas temos essa percepção de que os dados da autoavaliação estão sendo subutilizados e que eles poderiam estar mais públicos. Na ideia, na formulação dos princípios da Lei do Sinaes, eles compõem um dos pilares e deveriam estar mais bem representados. Algumas ideias, por exemplo: temos conhecimento de que comissões próprias de avaliação estão fazendo avaliações dos egressos. Elas podem estar

trazendo dados de programas de extensão que não estamos captando hoje, dos programas de iniciação científica, ainda em mais detalhes do que coletamos. Então, a chamada de colaboração é nesse sentido de que, de repente, vocês conseguem identificar uma determinada instituição que, de fato, possui uma iniciativa muito legal da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e que poderíamos trazer para passar a coletar esses dados nacionalmente, porque precisa ser padronizado, não pode ser um PDF de 400 páginas, precisa ser algo mais objetivo para nos ajudar a compor esse painel. Desse modo, enquanto vocês tiverem sugestões, também é uma direção que temos muita vontade de caminhar.

Os cursos de licenciatura, em foco na atual gestão do Ministério da Educação, também fizeram parte da fala do diretor.

Uma das ideias é que na avaliação da educação superior nós tragamos o foco para a avaliação dos cursos de licenciatura. Na terça-feira passada, quando esses resultados foram divulgados, o ministro assinou uma portaria nomeando um grupo de trabalho, que vocês devem fazer parte, mas que ainda não foi nomeado e terá um prazo de 60 dias para dar as indicações. Para a avaliação, já levamos algumas propostas. Para o Enade, por exemplo, entendemos que é interessante avaliar os modelos de itens e matrizes de avaliação mais adequados à avaliação dos cursos de licenciatura, e digo aqui que “o céu é o limite”. Podemos concluir que, por exemplo, para avaliar melhor as competências de um bom professor, precisamos sair da prova do papel, é uma possibilidade. O maior foco na prova do Enade para as competências docentes, por assim dizer, é nos ajudar a

chegar a uma conclusão: esses indivíduos ou esse curso está formando indivíduos que serão bons professores? Mais do que saber matemática, saber dar aula de matemática. Estamos avaliando também a periodicidade da aplicação: se ela está adequada, se poderia ter intervalos menores e a questão de trazer os resultados comparáveis e os desempenhos mínimos. Na avaliação *in loco* devemos pensar também se esses instrumentos de avaliação estão adequados para captar a formação dessas competências docentes. Há também uma demanda forte, trazida principalmente pelo presidente Manuel, de começarmos a identificar mais detalhadamente informações sobre os estágios supervisionados que os estudantes de licenciatura estão fazendo. Hoje, existe um questionário para os estudantes do Enade, e os estudantes de licenciatura ainda preenchem algumas questões extras. Temos também os questionários dos coordenadores e poderíamos revisar esses questionários para coletar essas informações e, de repente, aplicar questionários para as redes de educação básica municipais e estaduais, onde os estudantes de licenciatura estão fazendo seus estágios. Há a possibilidade de trazer os resultados da avaliação também para os sistemas de ensino, apesar de a distribuição de cursos e de estudantes entre a rede pública e privada não ser a mesma quando passamos a ver só os cursos de licenciatura. As instituições públicas federais têm grande parte dos cursos e dos estudantes e, para esses casos, vale a pena termos, inclusive, alguns indicadores diferentes que medem a eficiência, porque esta é uma questão diferente para a rede privada e para a rede pública. Se a rede privada não preencher uma turma,

isso é mais fácil de resolver do que na rede pública. Na pública, a capacidade já está instalada, já tem as salas de aula, os professores já estão contratados e as turmas com dois, três estudantes. Mostrar isso é um dado importante, inclusive para as políticas de financiamento da rede pública. Trazer essa cesta de indicadores também pode, de repente, chegar mais perto das características dos cursos de licenciatura.

Aqui foi um dado que trouxemos justamente para avaliar essa eficiência. Percebemos que para os cursos de licenciatura perdemos professores em vários momentos do processo formativo: primeiro no recrutamento - existe uma capacidade instalada para receber tantos mil estudantes e estamos recebendo 15% dessas vagas, então não estamos recrutando bem. O recrutamento está relacionado às perspectivas da carreira e significa mexer em muita coisa. Em seguida, é durante a trajetória - a relação dos concluintes por ingressante: só 47% daqueles que entraram é que estão concluindo. Se compararmos com o número de vagas, na verdade, só 7% das vagas estão gerando concluintes, e isso aponta para um grau de ineficiência bem expressivo. Pegamos outro dado de todos os concluintes que participaram do Enade 2017 em cursos de licenciatura. Foram 280 e tantos mil no total. Desses, só 95 mil estavam no Censo da Educação Básica em 2022 como docentes. Desses 95 mil, aproximadamente metade já era docente em 2017, ou seja, estamos tendo um aproveitamento, de fato, muito menor. Perdemos no recrutamento, na trajetória e na entrada da carreira. Desse modo, precisamos encontrar soluções para todos esses pontos.

Por fim, Ulysses ressaltou que o Inep quer levar esse debate até as instituições, por meio de encontros regionais.

Ulysses Teixeira: Temos uma proposta não agendada de levar essas discussões às instituições. Queremos ouvir, de fato, quem está lá na ponta - na sala de aula, os professores, as comissões próprias de avaliação, os PIs, e a ideia é fazer alguns encontros regionais. Queremos levar os resultados dos estudos que tiverem sido desenvolvidos, mas também escutar as instituições, conhecer melhor os processos de autoavaliação, como estão sendo realizadas, avaliadas e monitoradas as atividades de extensão de iniciação científica, as ideias de acompanhamento do processo e ouvir, em especial, depoimentos dos coordenadores de curso. Acredito que isso é importante para nos ajudar a melhorar as nossas devolutivas. Como os resultados da avaliação estão sendo utilizados? O Inep produz um relatório para cada área de avaliação do Enade, mais um para cada instituição, mais um por curso. Estamos falando de 10 a 15 mil relatórios anuais, o que dá um trabalho gigantesco, mas eles estão sendo realmente usados? Tem algum outro tipo de informação melhor que poderíamos trazer ali? Então, tudo isso é algo que gostaríamos de ter mais interação com as instituições para conhecer e saber como está sendo a recepção das comissões de avaliação *in loco* por lá, ou seja, são coisas que precisamos ouvir para, de fato, termos subsídios para melhorar.

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES, logo após a apresentação do diretor do Inep, falou em nome do setor sobre os pontos colocados e destacou as principais dores das instituições de educação superior.

Celso Niskier: A fala do Ulysses foi muito importante, com muito conteúdo e novidades do que está sendo construído. Ele nos explicou que aqui são ideias que ele está colocando também para nós como debate construtivo.

Primeiro, ele ressaltou a importância de valorizar o Sinaes, com 19 anos de existência, mas também a necessidade de aperfeiçoar esse modelo. É evidente que, depois de 19 anos, há muitos aperfeiçoamentos que podem ser feitos. Com certeza esse vai ser um debate importante. A secretária Helena também, quando aqui esteve, comentou da realização de debates sobre o Sinaes e o que nós podemos construir.

Em seguida, Ulysses comentou da importância de reforço no banco de avaliadores, especialmente no curso de Medicina. Quero reforçar e ratificar o convite para as instituições associadas à ABMES indicarem avaliadores especialmente para a área de saúde, para áreas de Medicina, para que os processos possam andar com maior fluidez.

Outro ponto comentado foi sobre desagregar os indicadores, dando ao Enade uma capacidade maior de comparabilidade. Essa ideia é muito importante, inclusive da cesta de indicadores, que foi muito abordada aqui e é fundamental para reconhecer a diversidade do nosso setor. Nós precisamos reconhecer essa diversidade também nos instrumentos de avaliação.

Ulysses relatou também sobre a importância de incentivar mais a participação dos estudantes. É evidente que ele mostrou números que mostram que existe um compromisso dos estudantes com a

prova, mas sempre se pode aprimorar esse engajamento.

Comentou sobre como a avaliação *in loco* pode ser otimizada, quem sabe servindo para a atualização de vários cursos, não repetindo uma visita para cada ato em si. Essa é uma bandeira não só da ABMES como do Fórum de simplificar o processo de autorização e reconhecimento de cursos.

Ele falou também do melhor uso de dados da CPA. Aqui eu encaixo aquilo que ele mencionou, que é o projeto de indicador de empregabilidade que a ABMES promove com a Simplicity. Com o compromisso das instituições que participam dessa iniciativa e incluem esses indicadores no seu relatório da CPA, o resultado da segunda edição sairá em junho. É evidente que precisamos pensar no formato da CPA mais estruturado para que, inclusive, os dados possam ser usados para avaliação pelo próprio Inep.

Por fim, ele mencionou a importância dos cursos de licenciatura. Queria confirmar: a ABMES foi convidada e fará parte do grupo de trabalho criado pelo MEC para discutir a formação de professores. Eu, pessoalmente, participarei como titular. Convidei a professora Patrícia Villas-Boas para ser a minha suplente, ela que é especialista nessa área também, com tantos anos de trabalho, inclusive no próprio MEC, e ela topou. Em breve teremos informações sobre essa discussão tão relevante de como melhorar a qualidade dos cursos de licenciatura. Por fim, reforçando as falas iniciais, nesses encontros regionais contem com a nossa participação e incentivo, até

para atrair as instituições participantes. A ABMES possui o propósito de aproximar mais os gestores de políticas públicas e os formuladores de políticas públicas da realidade, da vida do mantenedor, do chão de fábrica, da pequena instituição do interior e da instituição grande. Nós temos essa característica: somos de todos e para todos e, portanto, nós falamos com essa diversidade que caracteriza também o nosso setor.

Ulysses, muito obrigado e obrigado a toda a sua equipe. É um plano de trabalho fabuloso, eu diria ambicioso, mas factível porque vocês possuem todas as condições de competência de dados e de apoio que terão, seguramente, do setor para fazer um bom trabalho nessa nova gestão.

Beatriz Maria Eckert-Hoff, presidente do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras (CRUB), também compôs a mesa e sua fala começou pela questão da avaliação das instituições de ensino superior e da necessidade de melhorar o treinamento dos avaliadores.

Beatriz Maria: Vou comentar alguns pontos que o Ulysses levantou, alguns deles que o Niskier também levantou. Primeiramente, foi muito bem informada e reforçada essa constituição urgente do banco do BASis, mas eu quero levantar uma questão que sentimos bastante como gestores nas IES nos momentos de avaliação: às vezes, talvez, um critério maior de análise de seleção se faz também importante pensar. Eu sempre digo que o banco de avaliadores é um trabalho louvável desses professores que contribuem com a avaliação e com a melhoria da educação brasileira. Mas,

todos nós sabemos, não podemos negar, não é novidade o que digo, que nós temos avaliadores e avaliadores. Então, fica como uma sugestão para pensarmos o critério de análise e as capacitações mais frequentes, pois já ocorreram situações, por exemplo, de precisarmos explicar a diferença entre parcial e integral para um avaliador. São professores que são especialistas naquela disciplina, mas, talvez, possamos melhorar bastante esse critério com uma análise mais rigorosa. Sentimos bastante quando, por exemplo, o processo passa por uma impugnação. A nota é 5, mas a justificativa daquilo é tão mínima, que é impugnada. São alguns exemplos e podemos trazer outros vários. Percebemos que a questão desse reforço é urgente, mas também desse perfil de conhecimento.

A questão do Enade, que o Ulysses colocou muito bem... São 19 anos do Sinaes, são duas décadas. Antigamente, na minha geração, em duas décadas a mudança não era tão grande, mas hoje não. As gerações possuem outro olhar. Então, se pensarmos em 20 anos neste momento atual, são muito mais do que 20 anos, até pela questão da pós-pandemia, dos desafios do século, inteligência artificial entrando com tudo... Esses 19 anos precisam realmente ser bem olhados para revermos todas essas políticas.

A questão do Enade, como o Niskier muito bem pontuou, precisamos trabalhar cada vez mais no engajamento, porque estamos na mão do estudante nesse sentido de engajá-lo. Ele precisa estar engajado, caso contrário acontece o que você trouxe, e eu sei que é uma discussão antiga. Mas, se pensarmos no Enade, em um certo ponto,

ele é um componente curricular, mas não é tratado como tal. O estudante não tem nenhuma consequência direta. Então, talvez, seja um ponto para levantarmos ao nível de Conselho de Reitores - a ABMES, as entidades - porque isso é realmente uma questão que todos nós, gestores, discutimos há algum tempo. Fazemos todo um trabalho de engajamento, mas, por ele ser um componente curricular e não ser tratado como tal, sem nenhuma consequência, também não existe essa "obrigatoriedade". São consequências indiretas, carregam o título para a vida toda de uma instituição, de um curso com nota "X", mas as consequências não são diretas ao estudante. Então, pensar nisso também e nesses percentuais. Vou levantar um ponto talvez polêmico, mas que me chama bastante a atenção: os 35% do IDB. Talvez essa composição de porcentagem possa ser revista, ou 30% do Censo. Talvez, essa composição dos percentuais também possa entrar na mesma pauta de discussão das diretrizes das provas que foram levantadas pelo Ulysses.

Sabemos muito bem que quanto aos instrumentos atuais, considerando o histórico dos instrumentos, o instrumento hoje é muito claro, você prevê exatamente aquilo que você pode alcançar. Se não entrar nenhum problema no meio da avaliação subjetiva, você tem como dimensionar e prever os resultados, mas é evidente que é uma política de 19 anos. Então, ficamos felizes que isso está sendo revisto. Você chamou de "cesta", então depois eu entro neste ponto para retornar a este assunto.

A questão que você levanta da indução de qualidade, das visitas *in loco* nos atos regulatórios, também precisamos olhar mais

para isso. Como você muito bem trouxe, e que isso seja realmente um instrumento de gestão, de gerar novas políticas públicas. Penso que as nossas entidades têm muito a contribuir nessa discussão por estarmos “no chão da fábrica”, sentindo no dia a dia essas questões, e eu acredito que existem vários pontos para levantarmos e discutirmos, além de pensar que o CRUB, por ser um Conselho de Reitores, é uma instituição diferente, é dos diversos segmentos. Então, a diversidade é muito grande, e pensar isso não só para os cursos, mas para as instituições, pois são regiões, culturas e demandas diferentes, conforme a inserção social. De novo, penso que não é fácil trabalhar com essa diversidade de cursos, a exemplo daqueles da área de tecnologia que você deu como exemplo. Sabemos muito bem que é a área que mais avança e muda rapidamente com todos esses adventos do século XXI, da inteligência artificial, enfim. Será que é necessário regularmos ele igual a outro curso da saúde, da licenciatura etc. em várias questões, e uma das questões é no perfil do professor. Desse modo, eu acredito que trazer esse assunto para discutirmos nunca é fácil, é sempre mais fácil ter um instrumento único. Trabalhar com essa diversidade, não só de cursos, mas de IES dos diferentes segmentos também... Então, eu penso que esse é um grande desafio e seria um avanço caminhar para que os instrumentos deem conta um pouco dessa diversidade, e daquilo que hoje ele não mede. E isso foi levantado por você quando mencionou as “cestas”, ou seja, quando se traz essa nova cesta de indicadores, se traz a avaliação de egressos em empregabilidade, me ocorreu algo que até discutimos antes, na sala da presidência, hoje. Com toda essa mudança

que enfrentamos, a discussão cada vez mais voltada à saúde mental, para as *soft skills*, as competências emocionais e, hoje, nós não somos medidos por isso. Talvez, mais uma questão para olharmos para essas competências, é onde entra, de fato, o humano, o professor... A posição do professor está passando por um momento de transformação muito significativa. Aquele professor que continua passando o conteúdo somente em sala de aula está desatualizado, pois o ChatGPT e outras coisas já dão conta disso. Então, qual é o papel do professor? É neste ponto, em decorrência desse momento de transformação, que entra o aspecto humano. Apesar de olhar e medir isso não ser simples, é algo que podemos construir juntos.

Quero trazer também a CPA, pois sabemos que uma CPA que funciona bem em uma IES é um instrumento de gestão riquíssimo para o reitor, e é sempre avaliação, replanejamento, a partir dos dados da avaliação. Você nos trouxe também que a CPA olha para essa avaliação dos egressos, programas de extensão... Acredito que isso também não é olhado hoje e com a curricularização da extensão não tem como fugir disso. Então, os programas de extensão e tudo o que envolve isso, o impacto que esses programas causam na sociedade, sendo a essência da universidade, de que forma ela impacta na formação de pessoas, de profissionais, na sociedade, e eu penso que os programas de extensão serem olhados no leque e no nível de profundidade nesse sentido.

A iniciação científica que você apontou, eu penso que esse desenvolver na formação, esse olhar de questionamento,

de investigação, é o que forma o questionador ou crítico. Então, eu não consigo ver ensino destoado de fazer ciência. Não só levar conteúdo, mas também produzir, e você coloca outras ações das IES pouco captadas. Penso que aqui entra a nossa discussão: ouvindo o Inep, o Inep ouvindo as entidades. Que outras ações são essas que podem ser captadas? O Celso já colocou a ABMES disponível para isso e também o CRUB e o Fórum. Ele me tirou do lugar quando mencionou a CPA e eu pensei: “Poxa, eu acredito que é um grande desafio para o CRUB levantar essas boas práticas”. Podemos unir as forças nos segmentos que compõem o CRUB e levantar esse painel de boas práticas que você solicitou. Acho que podemos fazer um trabalho colaborativo das entidades nesse sentido, e me coloco à disposição justamente para isso que você fala: dar indicações, pautar, porque sabemos muito bem que as políticas só se implementam quando elas vêm de uma necessidade, de algo real. Acredito que esse diálogo que vocês estão abrindo com quem está lá no dia a dia, na base, com as entidades, com o Conselho de Reitores é louvável, é bom e eu parablenizo vocês por isso.

Eu quero abordar um dos pontos que você, professor Ulysses, coloca lá na “cesta” e eu acredito que é algo que todos estão encabeçando, todas as entidades, que é a formação de professores. É um ponto que me exige bastante esforço também enquanto pesquisadora, seja no mestrado, doutorado, pós-doutorado. Toda a minha pesquisa, que está no âmbito da análise do discurso, tenho produções na questão da formação de professores e acredito que é uma discussão que precisamos encabeçar agora.

Quanto à discussão da formação de professores, o problema maior não está na modalidade, mas na regulação e na qualidade dessa formação. Sabemos que existe toda uma expectativa quando se entra em um curso superior, então o problema do futuro da carreira existe. A Esther falava do quanto temos dados estatísticos de que tal curso EAD, ainda hoje, por exemplo, a Pedagogia, permite ser a primeira graduação da família. Então, a questão não está na modalidade. No meu entender, ela está na regulação e no trabalho que se faz com a formação de professores. Hoje vemos professores que saem das licenciaturas e que não sabem ler e escrever, não possuem a base do cálculo da matemática. Quem não tem isso, fará o quê, pensando em licenciatura com ensino fundamental e médio? Desse modo, a grande questão, que você levantou também Ulysses, e que eu venho me questionando há tempos como reitora, professora e pesquisadora nessa área, é a questão dos estágios e os problemas, por exemplo, que a Capes e o Pibid possuem em residência pedagógica. Sabemos que quem detém esses programas nas IES possui o fortalecimento da relação prática com o aluno, e isto é um diferencial. Ainda precisamos realizar um levantamento e uma pesquisa sobre isso, e com isso entra a grande questão: eu acredito e considero um legado que podemos deixar enquanto educadores frente à gestão das entidades em ter o olhar para a formação de professores. Eu tive conhecimento de uma experiência muito rica na Coreia do Sul: o país se transformou em 30 anos porque acreditaram e investiram na educação; mas investiram na educação não só enquanto Estado, mas enquanto

família e sociedade, e os melhores alunos do ensino médio são recrutados para ingressarem nas licenciaturas - toda essa transformação realizada em pouco tempo. São várias outras experiências existentes, mas eu comento da Coreia do Sul por chamar mais a minha atenção, pois se você pensar na Alemanha, Finlândia, Dinamarca, já existe toda uma cultura e uma história propícia a esse investimento, mas na Coreia realmente ocorreu uma transformação. Eu observo e penso na Medicina e na saúde em geral. Por que os estágios da saúde são tão rigorosos e nas licenciaturas muitos estágios são muito sérios, mas muitos são “proformas”, sem muito acompanhamento, sem emissão de relatórios? Eu afirmo, com muita tranquilidade como educadora, como batalhadora pela educação, que nós precisamos olhar para esse ponto e pensar em novos programas, não só depender dos programas da Capes, inclusive idealizar programas institucionais de residência pedagógica, trabalhando com a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade das licenciaturas. Na saúde, fazemos isso com clínicas integradas para que a pessoa saia com uma formação com mais especialidades. Vejo essa integração também nas licenciaturas, dentro das suas IES e, mais do que isso, eu acredito que a nossa maior luta e busca nisso tudo é integrar os sistemas de ensino em colaboração. A Medicina, por exemplo, integra com os campos de estágio, sendo os hospitais que fazem essa parceria de residência. Eu vejo, evidentemente, em outra instância e com as suas especificidades, que se a licenciatura caminhar para isso, do estudante realmente vivenciar no seu estágio com orientação prática, formaremos

melhores profissionais. Discutimos a grande questão das vagas no CRUB, por termos os diferentes segmentos por lá. Por exemplo, geralmente temos a preocupação de captação só nas instituições particulares, mas essa preocupação precisa existir também nas públicas. É o que já foi comentado: existe toda uma estrutura pronta, mas não há alunos. Eu estava conversando com o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sobre a grandeza e a magnitude da instituição, mas os cursos de licenciatura estão esvaziados. É evidente que existe a questão da profissão e valorização. O que também me chamou a atenção foi uma reitora, no nosso Fórum de Presidentes, de uma comunitária do Rio Grande do Sul, dizer, depois da apresentação dos resultados do CPC no MEC: “Sim, nós tiramos 5, nós somos 5 em Pedagogia, mas a sala de aula está vazia”. Então, temos uma grande questão para tratar.

Outro ponto que quero trazer, e ainda falta eu estudar, pois não possuo muitos elementos para comentar, é de algo curioso que ocorreu na instituição da qual eu sou reitora no Distrito Federal. Quando reabrimos os cursos de Pedagogia, em 2016, formamos diversas turmas, quatro matutinas e quatro noturnas. Foi um fenômeno que ainda não conseguimos pesquisar o porquê, mas ocorreram transferências do EAD para o presencial. Ainda não conseguimos concluir a pesquisa, mas acredito ser um dado interessante para olharmos.

Novamente: eu acredito que a questão não está na modalidade. Nós estamos com todo esse avanço, um retorno não tem volta.

Iara de Xavier, assessora da Presidência da ABMES, destacou em sua fala a importância da Lei do Sinaes e trouxe ao debate as contribuições da ABMES sobre o novo modelo para a educação superior brasileira.

Iara de Xavier: A ABMES escreveu uma nota técnica, da qual eu participei, o Bruno que estava aqui conosco participou, a Patrícia também, a convite do professor Celso Niskier. Nós montamos um grupo coordenado por ele e escrevemos uma nota técnica que foi apresentada e demandada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e entregue ao governo anterior, apresentada pelo professor Celso Niskier. Essa nota técnica possui um conjunto de princípios e diretrizes que partem do mundo filosófico, como o respeito à diversidade e a valorização da criatividade. Não dá mais para pensar em educação padronizada. Nós não podemos mais padronizar, nós precisamos personalizar. Cada região é uma região, cada instituição é uma instituição, tem um histórico, uma missão, valores e intenções diferenciadas, ou seja, nós precisamos cada vez mais sair da padronização.

Agora, focando no Sinaes, e em todas as modalidades avaliativas, é preciso garantir que a criatividade da IES esteja presente nesse processo. O Inep precisa ser um incentivador e indutor para que as instituições saiam daquela avaliação 5, porque eu já domino as dimensões, entendem? Isso já saturou. Precisamos incentivar a criatividade e a inovação, concordando com o que foi apresentado pela professora Beatriz, foi ótimo ela ter falado antes. Nós precisamos ter um novo olhar para esse banco de avaliadores. Nós precisamos

trabalhar o banco de avaliadores quantitativamente, mas também qualitativamente, porque há avaliadores que não acreditam na inovação, e isso é evidente, acontece em qualquer situação. Não é uma crítica ao banco de avaliadores, mas há necessidade de repensar os critérios e as próprias capacitações.

Iara de Xavier: Aqui estão os princípios que utilizamos nesta nota técnica para que chegássemos a um conjunto de proposições e sugestões para podermos trabalhar juntos a partir de uma pauta construída coletivamente, envolvendo prioritariamente o Inep e a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), com o CRUB, com a ABMES e com todos nós.

Iara de Xavier: Aqui temos a primeira questão que é fortalecer a autoavaliação, implantar na avaliação externa indicadores que cumpram o papel de caracterizar individualmente as instituições, sair da padronização, ou seja, sair de uma régua comum. Estabelecer uma transversalidade que permita ter indicadores comuns, mas, ao mesmo tempo, indicadores que possam ser construídos a partir daquela IES e daquele curso, como foi muito bem pontuado aqui. Com isto, pensar em criar indicadores especiais que vão advir dos dados fornecidos pela autoavaliação e criar mecanismos que comprometam efetivamente os estudantes com os processos de avaliação do Sinaes, não só o Enade. Sempre falamos do Enade porque é o mais urgente, mas comprometer o estudante com todas as modalidades avaliativas do Sistema Nacional de Avaliação. Comprometer com a avaliação externa e institucional, com a avaliação de curso,

com o Enade e com a autoavaliação. O estudante precisa estar comprometido porque entendemos que existe uma dificuldade legal, ou seja, há um impeditivo na Lei do Sinaes de dizer de quem é aquela nota. A nota não é publicada individualmente, o que se publica é a nota do curso, o conjunto das notas obtidas por aquele grupo de estudantes. No entanto, isso é um impeditivo que pode ser revisitado agora, que pode ser rediscutido porque os números que o Dr. Ulysses nos trouxe de provas em branco, de questões discursivas não respondidas, são números insignificantes frente ao problema que enfrentamos nas três edições do Enade. Eu fiz três edições do Enade: primeira, segunda e terceira. Eu saí em 2007, então em 2004, 2005 e 2006, na Daes, nós fizemos as três e tínhamos altos números de “boicote”, de questão em branco. Penso que o Inep veio trabalhando nesse processo e as instituições também, apoiadas pelas entidades, e isso foi se diluindo nesse processo histórico e temporalidade. Desse modo, cabe-nos discutir formas, muitas vezes não mexer na Lei, mas de garantir, talvez em um decreto, alguma coisa que possamos incentivar esse comprometimento do estudante com o Sinaes.

Iara de Xavier: Aqui estão as ações que constam desta nota técnica. Eu trouxe exatamente como está, inclusive na apresentação que o professor Celso Niskier elaborou ao CNE e foi muito bem acatada pelo próprio CNE e toda a equipe. Nós estamos pensando na implementação efetiva da Comissão Única de Avaliação, que está prevista na Portaria 23 de 2017. A ABMES teve um papel importantíssimo junto da Seres e do Inep trabalhando essas

questões, e já está previsto. Então, qual é a dificuldade de implantar uma comissão mista? Eu vou relatar um fato muito rápido: em 2005, nós implantamos a Comissão Única de Avaliação, isso deve estar lá no Inep, como um projeto-piloto que foi um sucesso. Não começamos pela autorização, começamos pelos reconhecimentos e pelos credenciamentos. Fizemos mais de 300 avaliações com comissão única, em 2005, com a Ana Rettl, que hoje é presidente da Conaes, minha grande amiga há muitos anos, com o Marinho, que saiu da Conaes recentemente, um grupo grande... Estabelecemos a Comissão Única de Avaliação. Nós entendemos que o problema é o e-MEC; este tem um problema para isso se viabilizar, então é necessário ajustá-lo e ajustar os sistemas. Naquela época foi mais fácil porque tínhamos apenas dois sistemas - o Sapiens e um sistema só do Inep - e operávamos com o sistema só do Inep, então foi mais tranquilo fazer isso.

Outra questão é garantir a atribuição automática de autonomia universitária nos *campus* das universidades, ou seja, tentar garantir essa autonomia. Efetivar o credenciamento institucional único. É compreensível que o credenciamento não dê para ser único, mas o credenciamento nós escrevemos uma proposta mostrando que dá para começar por ele. É uma “loucura” você receber dois credenciamentos, um de EAD e um presencial, sendo que é o mesmo instrumento e o mesmo banco de avaliadores. Por que não um único credenciamento, que você consiga ir uma única vez à instituição, fazer um *preview* talvez até mais longo, olhar a instituição na totalidade e aquele relatório abastecer o credenciamento presencial

e o credenciamento a distância? Para a instituição é uma mão de obra, é um custo não só financeiro, mas custo de papel, por exemplo. A natureza agradece, a ecologia agradece. Nós estamos em um período de sustentabilidade ambiental importantíssimo, sendo o mote desse governo trazer a educação verde para o contexto das diretrizes curriculares da avaliação. Então, pensar isso na questão da racionalidade e não ter retrabalho, pois esta é uma questão que desmotiva a todos nós. Então, vamos começar por um credenciamento que contemple as duas, enquanto as duas existirem, porque eu penso que quando começarmos a pensar em um sistema nacional de avaliação, essa discussão acaba.

Iara de Xavier: Aqui é a curto prazo. A médio prazo temos de ampliar as hipóteses de dispensa de visita *in loco*, como muito bem o Dr. Ulysses apresentou. Será que todo processo precisa demandar uma avaliação *in loco*? Se a instituição é 5, se tem *stricto sensu*, já está contemplada em uma série de avaliações, precisará voltar para avaliar um CST, seja virtual ou presencial? Há essa necessidade com essa cesta de avaliação de indicadores? Revisar CPC e IGC? A ABMES defende o seguinte: CPC e IGC são conceitos provisórios, o nome já indica, Conceito Provisório Preliminar de Curso (CPC). Tudo que é preliminar indica que nós teremos um indicador mais consistente. Então, tentar nas políticas públicas, a partir desse governo, valorizar o CC e o II porque estes são, de fato, conceitos de curso e de instituição e deixar o CPC, ou IGC, ou o que vier como indicador de transição que demanda uma ação de monitoramento e acompanhamento, introduzindo avaliação externa, processos e sistemas

remotos de avaliação. Felizmente, foi um marco a avaliação virtual, é de aplaudir. O Sinaes possui esse marco e, com certeza, agora na sua gestão, outros marcos virão com muita competência e propriedade para reconstruir o sistema.

Iara de Xavier: A longo prazo, revisar a periodicidade máxima do Enade. Esse Enade precisa ser três anos? Fazemos o Enade sem nem saber o resultado do ano anterior. As instituições entram no Enade sem saber qual foi o seu desempenho no ano anterior. O Sinaes é tão importante e tão rico que, cada vez que eu leio, eu me encanto mais. Mas já dá para agora, em determinadas áreas, não estou falando de maneira universal, ampliar para cinco, seis anos. Um curso com cinco, seis anos, precisa voltar a cada três anos para ser avaliado novamente? Isso contribui muito pouco para o sistema e para a própria qualidade da educação superior. Então, ao pensar em padronizar por grandes áreas, quais são os momentos de fazer novas avaliações na questão do Enade? Porque se torna algo habitual e burocrático, entra naquela roda que perde a essência da instituição. A instituição é uma academia e a questão da academia é produzir conhecimento.

Iara de Xavier: Em seguida, redefinir a regulamentação em torno da possibilidade da oferta, com foco na modalidade. Pensar nisso quando nós ainda temos modalidade, e valorizar cada vez a metodologia híbrida. Precisamos enfrentar esse debate. Depois da pandemia, não tem volta, como vocês disseram. Precisamos discutir a questão do Parecer 14, que está no gabinete do ministro para ser homologado, trocou de

nome, que trata da questão do híbrido, do sistema híbrido e da metodologia híbrida. Lembrando que a melhor metodologia, na minha opinião, é o professor. Não há metodologia melhor do que o corpo docente, do que o professor, pois é ele que imprime qualidade, que fideliza e que dá ritmo ao processo de ensino-aprendizagem, mas nós precisamos também pensar nessas metodologias que vão agregar valor a todo esse processo.

Iara de Xavier: Por último, qual é o nosso grande desafio? Transformar o sistema educacional brasileiro para ser coerente, adequado às necessidades e especificidades do século 21, pautado em gestão de alto desempenho, com vistas à qualidade. Nesse contexto, pensar o Sinaes e aperfeiçoá-lo. Nesse pensar do sistema, precisamos ter a seguinte preocupação: ter vagas coerentes com matrículas. Como o próprio Ulysses disse, temos muitas vagas, mas não temos matrículas. Então, precisamos pensar: i) que a formação

oferecida precisar estar coerente com a formação almejada pelos estudantes, lembrando que esses estudantes vêm da Geração Z; ii) na formação exigida pela sociedade e pelo mercado de trabalho na era pós-digital, da inteligência artificial e na Quarta Revolução Industrial. Ou seja, se conseguirmos pensar um sistema educacional (e vamos conseguir, evidentemente e coletivamente), que consiga pensar uma formação acadêmica, seja na graduação, na pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, que junte essas três variáveis. Eu penso que já é um bom começo para nós debatermos.

O que você achou do primeiro diálogo do setor privado de educação superior com a nova diretoria do Inep? Nós estamos animados!

Episódio 5

Como seria o Fies ideal?

04/05/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-presidente
da ABMES



**Ricardo
Martins**

Consultor Legislativo da
Câmara dos Deputados



**Bruno
Coimbra**

Assessor Jurídico
da ABMES

Episódio 5

Como seria o Fies ideal?

04/05/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier - Diretor-Presidente da ABMES

Ricardo Martins - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Bruno Coimbra - Diretor Jurídico da ABMES

Desde a campanha, o atual governo federal fala da importância de resgatar o caráter social do Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies, principal programa de inclusão social na educação superior. Em um novo tempo, com novos modelos de ensino, de emprego e com uma economia diferente, é preciso repensar o Fies: um novo Fies para um novo tempo. Mas, como seria esse programa? É possível equilibrar os desejos de todas as partes envolvidas - alunos, governo e instituições de ensino superior?

Sabemos que o Fies é um financiamento de inclusão social importante e possui uma repercussão também importante na educação brasileira.

Celso, segundo a ABMES, sabemos que desde 2015 vem ocorrendo a retirada desse caráter social do Fies, transformando este em algo estritamente financeiro e fiscal. Desse modo, você pode

contextualizar brevemente como está a situação atual e o que tem ocorrido ao longo desse período?

Celso Niskier: Carol, você sintetizou a nossa preocupação quando, a partir de 2015, o governo começou a fazer ajustes no modelo do Fies atual, tendo como objetivo “garantir a eficiência”, o retorno financeiro e a própria compatibilidade fiscal, o que é uma iniciativa justa, pois, afinal de contas, o governo precisa garantir isso, mas o resultado concreto foi que o Fies começou a ficar desinteressante ao estudante. Não existe mais, por exemplo, o Fies 100%, as regras ficaram mais rigorosas, o próprio processamento atual do Fies é burocrático, e o jovem precisa desse impulso na carreira dele.

A seguir, o Dr. Ricardo, especialista no assunto, comentará, mas antecipo que começamos a transformar o Fies, de alguma forma, em um financiamento como

outro qualquer e esquecemos da importância social do programa. Eu costumo dizer que mesmo que muitos alunos não consigam pagar esse financiamento, ainda assim o retorno para o país é assombroso, porque é um profissional que produzirá renda, pagará impostos, criará empresas que recolhem tributos, então o retorno, muitas vezes, é muito maior do que meramente a correção financeira do valor que ele pagou. Esse é o caráter social que eu tenho muita esperança que esse novo governo, que anunciou isso durante a campanha, possa resgatar. Já se fala do novo Fies e nós, da ABMES, queremos contribuir com ideias e sugestões, mas, principalmente, que o Fies seja compreendido como uma política social e não meramente como uma operação financeira.

Bruno, em sua visão, o Fies também perdeu esse caráter? Existe algum motivo especial? Acredita que realmente foi a inadimplência? O que poderia ter alterado tanto o Fies na sua virtude?

Bruno Coimbra: Carol, nós temos uma percepção que é como você bem comentou na pergunta: o ano de 2015 iniciou, de certo modo, com uma diminuição do financiamento e do contingente de alunos atingidos na dimensão do Fies. Em 2017, passamos por uma revisão. Até por isso, desde o início de 2018, falamos de um novo Fies. Agora, o presidente Lula fez algumas sinalizações a respeito do resgate e remodelagem do programa. É preciso enxergar o Fies como investimento do país, e não é demais lembrar que o Fies foi muito importante em um determinado momento como política pública que compartilhava a responsabilidade, por assim dizer, com o próprio ProUni. Desse modo, às vezes, o aluno

que conseguia meia bolsa do ProUni, conseguia financiar os outros 50% pelo Fies, e tanto o aluno do ProUni quanto o aluno do Fies são alunos comprometidos, pois historicamente possuem um desempenho do Enade relevante. Então, de fato, o acolhimento dos resultantes é uma entrega para toda a sociedade porque, inclusive, mesmo tendo passado recentemente por uma pandemia, o Fies é a única alternativa para diversos estudantes; sem o financiamento, eles não acessarão a educação superior, ou seja, a inexistência de uma política pública é uma barreira de entrada. O ProUni é importante, precisa ser visto com muito carinho, mas o Fies é, muitas vezes, a única alternativa de acesso à educação superior.

Professor Ricardo, como você enxerga a remodelagem? O que precisa melhorar para voltar a ter inclusão social? Com o governo, falamos também de uma questão orçamentária do país, não podemos ignorar isso. Desse modo, sabemos que existe um aporte financeiro em programas sociais como esse, mas eu gostaria de ouvir do senhor qual é a percepção de todo esse cenário?

Ricardo Martins: É uma pergunta muito instigante. Eu gostaria de começar dizendo que, certamente, a discussão do Fies é absolutamente importante, mas eu penso que ela não pode ser realizada de maneira isolada. Precisa ser feita dentro da discussão de uma política ampla, em geral, de financiamento da educação superior no Brasil, sob a ótica do estudante. Isto implica não só no financiamento para o setor público como para o setor privado da educação superior. Só para ter uma ideia, no setor privado existe uma multiplicidade

de caminhos de financiamento: ProUni, Fies, Sebas, Proies. Também existe a renúncia, ou seja, a questão dos descontos do imposto de renda, enfim, existe uma multiplicidade de fatos.

Atualmente, o Fies, embora já tenha sido a mais importante porta de entrada daqueles que necessitam do aporte do governo federal para cursar a educação superior, é secundário. Se observamos o Censo de 2021, havia mais ou menos 490 mil bolsistas pelo ProUni e 223 mil contratos ativos pelo Fies. Então, com relação a isso, há uma diferença substantiva que mostra que o Fies precisa ser revisado.

Gostaria de chamar a atenção de duas coisas na minha primeira intervenção: a primeira é quem é o público ao qual esse tipo de financiamento deve ser destinado? Sabemos que é um público que precisa e quer entrar na educação superior, mas possui um nível de renda muito baixo, e as chances de retorno para o pagamento de um empréstimo também são bastante modestas tendo em vista, inclusive, as dificuldades em encontrar emprego. Inclusive, existe um círculo vicioso que a pessoa não consegue emprego, não consegue pagar a dívida, ela é negativada, não consegue emprego, e temos uma das principais raízes da inadimplência. E há dados surpreendentes também: os estudantes que poderiam ter feito negociação dos seus contratos ao nível de 92% de desconto, o percentual foi extremamente modesto, e esses são os estudantes que estão no CadÚnico. Desse modo, temos algo importante, o qual é o seguinte: o Fies é para aqueles que precisam, mas que, talvez, tenham condições de fazer o retorno do

investimento de forma mais sustentável. Aqueles que são mais pobres, que estão na base da pirâmide social, talvez precisem encontrar novos instrumentos de política que permitam o acesso à educação superior. Da mesma maneira como tem a gratuidade do setor público, ter a gratuidade no setor privado, mas que não sejam esses aqueles que estão fazendo empréstimos, porque, na verdade, para eles será muito difícil.

É importante mesmo contextualizarmos essa situação do Fies na totalidade. O professor Celso comenta a participação da ABMES nessa vontade de querer contribuir para um novo modelo de financiamento.

Então, professor Celso, eu pergunto: na sua visão, o que seria o Fies ideal? Como contemplaria todos os envolvidos nesse processo? Estamos falando de governo, de instituições e alunos. Será que é possível termos esse equilíbrio?

Celso Niskier: Carol, o Fies ideal é um ProUni.

Eles possuem requisitos semelhantes, certo?

Celso Niskier: Na verdade, o Fies ideal é pegar todo o montante dedicado ao financiamento do modelo antigo e transformar em bolsas, porque o ProUni é o programa mais eficiente que nós temos em termos de custo-benefício, é um sucesso. Mas é evidente que o Fies precisa atender aquele público que pode pagar, principalmente naquelas carreiras com maior perspectiva de empregabilidade.

Uma das sugestões que a ABMES tem levado ao governo é que o Fies seja

destinado para aquelas carreiras com o maior índice de empregabilidade, inclusive é um critério para o repasse de recursos nos Estados Unidos que as instituições tenham comprovada a empregabilidade. Nós, da ABMES, criamos um indicador de empregabilidade, que já está indo para a segunda edição. Nós percebemos que existem áreas que, de fato, compensa financiar o estudo tanto da parte do jovem quanto da parte do governo. São áreas com grande carência de profissionais, como a área de computação, por exemplo, que tem 85% de taxa de empregabilidade. Outras áreas não possuem a mesma empregabilidade, mas não podemos esquecer que certas áreas, como formação de professores, devem ser incentivadas como políticas públicas. Assim, como o Dr. Ricardo pontuou muito bem, em um contexto de políticas públicas de incentivo à formação docente de qualidade. Em suma, uma das sugestões da ABMES é que o financiamento possa estar atrelado aos indicadores de empregabilidade.

O segundo ponto, que me parece que nos faz muito sentido, é que esteja atrelado à renda futura do aluno. o que está alinhado com o primeiro ponto. Que o aluno possa pagar uma proporção máxima da sua renda e, no momento em que ele perder a renda em alguma situação eventual de desemprego, por exemplo, ele possa suspender o pagamento. Eu penso que essas condições darão, digamos assim, mais “segurança” ao próprio estudante para tomar esse empréstimo. O que nós vemos hoje é que as vagas não são preenchidas porque muitos estudantes não querem fazer um financiamento se eles não conhecerem claramente as condições de

pagamento e, principalmente, se eles não tiverem expectativa de aumento de renda. Então, eu penso que isso tornará o Fies mais atraente para o estudante e faz sentido para nós como um aprimoramento desejável para o novo Fies.

Desculpem por minha parte leiga, eu vou perguntar ao Bruno: para fazer um novo Fies teria que ser por meio de uma lei ou o próprio governo, por meio do MEC, consegue fazer essas alterações? Gostaria de saber também, o professor Celso comentou assim: “Todo o repasse do Fies deveria ser remanejado para o ProUni”; seria o fim do Fies?

Bruno Coimbra: Carol, excelente pergunta.

Celso Niskier: Carol, só interrompendo o Bruno. Eu fiz uma brincadeira e obviamente não queremos desaparecer com o programa, queremos adequá-lo às características do público. Um dos estudos que estamos desenvolvendo, com a ajuda do Dr. Ricardo, mostra que existe uma classe de pessoas que, hoje, financiam os estudos, mas que seria melhor para todos, para o estado e para os próprios beneficiários, que fosse dada em bolsas e não em financiamento. Então, a minha intenção aqui foi dizer que o Fies precisa se adequar melhor à renda do estudante que busca o financiamento, mas não desaparecer com o Fies, para que não me entendam mal.

Devidamente explicado, obrigada. Estamos aqui para isso!

Bruno Coimbra: Mas eu penso que cada uma das políticas tem o seu lugar próprio na sua importância de ampliação do

acesso à educação superior. Inclusive, detalhamento de perfil socioeconômico, questões étnico-raciais, cada uma dessas políticas possuem o seu enfoque, mas, objetivamente respondendo à sua pergunta, sim, precisa de uma mudança na lei. O Fies é um programa governamental que possui ancoragem em uma lei ordinária. Desse modo, qualquer alteração e aprimoramento precisa, sim, passar pelo Congresso Nacional. Já temos notícias de que, provavelmente, o nosso parlamento já inicia um trabalho dialogado com o Executivo, inclusive, a informação é do ministro Camilo Santana, alinhado com o presidente Lula, de que eles já criaram um GT de revisão de aprimoramento do Fies,. Pode iniciar por um projeto de lei ou, até eventualmente, uma medida provisória, a depender das circunstâncias. Mas, como toda política pública, tocando no segundo ponto, pensando no Fies ideal, o Dr. Ricardo concordará comigo, eu acredito, porque é meu professor nessa temática: toda política pública depende de implementação e diagnóstico, de você avaliar como essa política pública foi implementada, fazer as críticas, inclusive o próprio Tribunal de Contas é aliado nesses diagnósticos, e as reformatações, como vimos acontecer em 2017. A grande premissa, todos vão se lembrar, foi criar cultura de pagamento. Trazia algumas características de modelagem de outros países, e fizemos ali o que pareceu adequado em 2017 para avançar. Hoje, em 2023, fazendo diagnósticos, entendendo como foi aquela sistemática, quais os eventuais gargalos, o que ficou em descoberto, o aluno que não foi atendido, qual o país que somos depois da pandemia, com esse reflexo de empregabilidade que o

professor Celso comentou, então, talvez, em tom provocativo, o Fies perfeito nunca será alcançado. O que precisamos sempre estar atentos nos aprimoramentos é que a política pública atenda o nosso estudante. O que vemos atualmente é um Fies que, às vezes, o aluno, até por *déficit* de informação, não acessa o financiamento ou, quando ele acessa, percebe que talvez não seria interessante e, com isso, a instituição perde a captação desse aluno. Então, é sempre nesse constante trabalho de uma política pública propriamente dita. Talvez estejamos diante de uma grande oportunidade, porque esse governo que cria o financiamento estudantil, claro, vem até de uma lógica de um embrião anterior, mas é nessa tônica de um diagnóstico para podermos fazer os melhores aprimoramentos.

O professor Ricardo, que é da Câmara dos Deputados, pode nos falar melhor com relação à avaliação da política pública do Fies, correto? E é exatamente isso, Bruno, é difícil chegar ao perfeito e ao ideal, e é isso, tudo é fase de testes, passando pela realidade, vendo, de fato, o que o estudante está passando, o que a instituição está passando e tentar, evidentemente, pensar no melhor para o futuro a fim de aprimorar. Concorda, professor Ricardo?

Ricardo Martins: Sem dúvida. Eu chamo a atenção apenas para o fato de que o que estou colocando aqui são ideias que eu defendo, não necessariamente são as ideias do Poder Legislativo, embora, obviamente, encontremos pessoas que pensem isso. Não posso falar pelos parlamentares, mas eu penso que são pontos de vista da perspectiva de um Fies ideal, se bem que, obviamente, sempre definimos que

ideal é um grande ponto de interrogação. Estamos sempre distantes do alcance, mas estamos sempre perseguindo. Eu penso que, na verdade, é preciso definir com clareza o público-alvo dos diferentes instrumentos de política de financiamento. Aqueles que são originários das camadas mais carentes da sociedade, que possuem direito ao acesso, provavelmente, pelos dados que vamos encontrando, eles não são os destinatários ideais para o financiamento estudantil. Para esses precisaria ser uma política de bolsas, o ProUni, alguma outra, ou então nós teríamos que ver o que seria possível em termos de legislação. Seria necessário, inclusive, até mesmo uma revisão constitucional do dispositivo constitucional do Artigo 213. Para aqueles que possuem algum recurso, mas esses não são suficientes para financiar os cursos que são necessários à sociedade brasileira, que são necessários ao desenvolvimento do país, que são estratégicos, que são cursos relevantes, o Fies, talvez, possa se encaixar de uma maneira mais adequada. Então, nesse caso, eu penso que deveria ser ampliada a faixa de renda *per capita*, ou renda bruta familiar *per capita*, que hoje chega a três salários mínimos, é o teto. Teria que ser ampliado para alcançar um número maior, e isso é possível hoje no P-Fies, mas que, pelo visto, não tem muito sucesso, ou quase nenhum. Dessa forma, a ampliação dessa faixa no Fies para uma parte da população, cujos filhos precisam ter acesso à educação superior, mas possuem dificuldades de financiar e com isso teriam condições de fazer um empréstimo, com muito cuidado, porque há questões operacionais no Fies que não estão resolvidas aqui no Brasil. Por exemplo, quando se

fez a reforma em 2017, nós participamos, acompanhamos a discussão na comissão mista e depois no plenário. Pegamos uma parte da modelagem australiana e trouxemos ao Brasil, o chamado “empréstimo condicionado à renda”, só que o perfil de renda da população brasileira é muito diferente da australiana, então é outro tipo de coisa. Uma grande parte dos estudantes está concluindo os cursos, mas, como nós estamos vivendo uma conjuntura ainda resultante de crise econômica e pandêmica, a empregabilidade, como o professor Celso comentou, anda muito baixa. Além disso, temos o problema da cobrança. Na Austrália, é a autoridade fiscal que realiza essa cobrança, e converteram esse tipo de pagamento em tributo. No Brasil, não. Tampouco o pagamento é tributo, a nossa autoridade fiscal, que seria a Receita Federal, não tem mandato para fazer isso. Então, há outra questão operacional importante que gera impacto na operacionalização do novo Fies e aumenta os índices de inadimplentes, fazendo com que grandes empresas, grandes mantenedoras, estejam se afastando do Fies e as pequenas estejam enfrentando problemas sérios de manutenção e permanência. Porém, essa é outra questão operacional e não vou entrar neste ponto do depósito do fundo do Fies, que é outra questão que também precisa ser operacionalizada no redesenho do Fies.

Em suma, eu penso que o público precisa ser mais bem definido para que o Fies seja mais eficiente no atendimento às necessidades da população. É evidente que nos preocupamos com a sustentabilidade financeira do fundo, lógico, pois há aportes, recursos públicos e a

coparticipação das instituições. Mas eu preciso ter um público definido para atender e, certamente, o público dos mais pobres seriam outros instrumentos - ProUni e outros - que pudessem ajudá-los a financiar de uma maneira mais rápida. Desse modo, eu volto a dizer que precisa ocorrer uma discussão dos diferentes instrumentos, e não isoladamente procurando encontrar a modelagem mais adequada, conforme a experiência do país A, B ou C porque, como eu já disse, fazendo a nossa modesta comparação com a Austrália, há diferenças. Acabei de ler um artigo que aponta que vários estudantes da Austrália estão com dificuldade de obter financiamentos para outras coisas da sua vida em função dos débitos que eles possuem com o financiamento estudantil. Não conseguem comprar a casa própria, não conseguem financiar o carro. É um artigo muito interessante publicado recentemente no jornal a respeito do assunto em questão.

Excelente, Ricardo. É sempre bom entendermos melhor esse panorama, ter uma visão comparativa com outros países, assim como o Celso comentou lá dos Estados Unidos. Entendemos que trazer modelos ao Brasil não necessariamente dá certo, porque são realidades completamente diferentes. O senhor tocou também em alguns pontos interessantes no sistema do Fies na totalidade, que até então só pensamos que é o estudante recebendo um valor e repassando à instituição, e não é bem assim, existe toda uma complexidade nesse processo.

Celso, estamos falando do novo Fies, uma articulação muito forte da ABMES, das instituições de ensino superior junto

ao governo federal, aos parlamentares. O que se espera daqui para frente?

Celso Niskier: Eu posso dizer que é uma articulação em múltiplas frentes. Primeiramente, nós estamos em constante diálogo com as lideranças políticas no Congresso, especialmente agora à frente da Comissão de Educação, deputado Moses (Rodrigues), que é um conhecedor profundo da problemática da educação privada e do Fies, também o deputado Átila Lira, que é da diretoria da ABMES, está bem próximo dessa discussão política sobre o novo Fies. Nós estamos também participando, como a ABMES, do Fórum Nacional de Educação, que será o local onde nós vamos pensar, por exemplo, quais são as novas metas do futuro Plano Nacional de Educação e, certamente, metas que só poderão ser atingidas se houver as necessárias e devidas políticas públicas, incluindo a de financiamento estudantil. Estamos também em contato direto com o FNDE, com o Ministro da Educação, a quem já levamos até como Fórum das Entidades a nossa defesa de um novo financiamento estudantil mais adequado ao perfil do estudante, do país. Então, essas são as frentes que hoje a ABMES atua com outras entidades que compõem o nosso Fórum das Entidades Representativas, e é uma luta de médio prazo. A intenção política do governo é de pensar em um novo Fies, mas nós precisamos garantir que, de fato, funcione. Portanto, o nosso esforço como Associação, para sermos ouvidos, já que em última análise esses alunos financiados passam pelas nossas instituições e, obviamente, contam com a nossa colaboração para que essa política pública dê certo.

Indicações do episódio:

- E-book: “Investimento Federal e Ensino Superior Privado: análise estratégica e desdobramentos para políticas sustentáveis e inclusivas de financiamento” - ABMES
- Estudo: “Novo modelo regulatório para a educação superior privada” - Leonardo Mira - <https://bit.ly/41TfJ7M>

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 6

Combate ao assédio sexual nas instituições de educação

18/05/2023

CONVIDADOS:



**Renata
Caciquinho**

Professora de Direito
da Universidade
Paulista (Unip)



**Carlos
Magno**

Advogado, especialista
e mestre em Direito do
Trabalho

Episódio 6

Combate ao assédio sexual nas instituições de educação

18/05/2023

CONVIDADOS:

Renata Caciquinho - Professora de Direito da Universidade Paulista (Unip)

Carlos Magno - Advogado, especialista e mestre em Direito do Trabalho

Assédio sexual é um tema importantíssimo de ser debatido em qualquer espaço. Recentemente, foram publicadas normas a respeito de assédio sexual no contexto das relações de trabalho, contemplando, necessariamente, as instituições de ensino superior (IES).

O tema vem ganhando contornos especiais e vem sendo tratado no âmbito de um programa federal, que dispõe sobre diretrizes específicas de prevenção, tratamento e combate sobre o assédio sexual. O que a sua instituição precisa fazer sobre esse tema?

Vamos começar com a definição de assédio sexual. Quando falamos em legislação, o que diz a lei? Professora Renata, poderia nos explicar melhor?

Renata Caciquinho: É muito importante que passemos pelos conceitos, pois o óbvio precisa ser dito, é assim que construiremos a superação de todas as

dificuldades sociais. O assédio sexual vai tratar sobre a violação do consentimento de liberdade sexual, então é toda conduta indesejada de natureza sexual que restringe essa liberdade sexual da vítima, sendo que a reiteração dessa conduta é desnecessária para a caracterização (a exemplo dos casos de assédio moral). Então, mesmo que ela aconteça de uma forma pontual, o assédio sexual se faz presente.

Doutor Carlos, quando falamos em assédio sexual, já remetemos que é do homem sobre a mulher, mas também acontece o contrário, certo?

Carlos Magno: Exatamente. Dados de 2021, uma pesquisa da CNN informou que, aproximadamente, 75% dos assédios acontecem efetivamente do homem contra a mulher, sendo que, geralmente, para a conotação de assédio sexual há uma predominância nos casos em que

existe relação de hierarquia dentro das relações de trabalho.

Renata Caciquinho: O assédio é uma violação de direitos democrática e ocorre de formas diversas dentro do ambiente de trabalho, então pode acontecer tanto de homens em relação a mulheres quanto de mulheres em relação a homens, de superiores em relação aos subordinados ou de forma horizontal.

Nós estamos vendo esse assunto em destaque na mídia e notamos que as pessoas estão usando principalmente as redes sociais para se manifestarem sobre as situações de assédio que passam. A minha pergunta é: isso sempre aconteceu, mas agora está ficando mais evidente justamente em virtude dessa voz que as pessoas estão conseguindo via redes sociais?

Carlos Magno: Infelizmente o assédio sexual está marcado nas relações de trabalho. Pela dificuldade de apuração, muitas mulheres (uso as mulheres como exemplo porque elas são os alvos em potencial) deixaram de denunciar esse assédio justamente com medo de represália, demissão ou até mesmo de serem estigmatizadas ao não conseguirem provar aquele assédio. Mas, atualmente, há uma maior conscientização, o que faz com que as pessoas denunciem esses casos e encorajarem outras a fazerem o mesmo. Foram divulgados na mídia recentemente casos de assédio sexual por parte do então presidente da Caixa Econômica Federal, também do então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que culminaram no afastamento desses gestores. Essa punição, principalmente

para essas figuras de altas patentes, acabam modificando esse sentimento de impunidade e estimulando naturalmente novas denúncias. A imprensa também está desenvolvendo um papel de sucesso com o dever de informar, trazer o conceito e exemplos concretos, inclusive ao noticiar sobre as celebridades envolvidas em caso de assédio sexual, como vimos recentemente o caso de atores e diretores de televisão aqui no Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. Outro ponto que também devemos destacar é que a imprensa está desenvolvendo esse papel de criar e estimular as empresas a criarem canais para receberem denúncias de assédio sexual que funcionam como uma espécie de ouvidoria, o que auxilia de maneira bastante efetiva na apuração e divulgação de casos de assédio. Dessa forma, penso que o principal fator é justamente a informação e a conscientização das pessoas.

Professora Renata, nós, como mulheres, escutamos muito que o jeito de nos vestirmos é fator determinante para o assédio; eles jogam a culpa para cima de nós. Como podemos fortalecer o entendimento de que essa presunção não está certa e a mulher é livre para se vestir como ela quiser, isso não somente nas relações de trabalho?

Renata Caciquinho: A primeira coisa que precisamos colocar em pauta e deixar de uma forma explícita é que isso jamais decorre da conduta da vítima, do seu comportamento ou vestimenta. Essa presunção é um fator cultural e resultado da conduta e comportamento do agressor, ainda que essa vítima não combata de forma expressa a conduta de assédio porque, às vezes, ela não faz, como o doutor Carlos

disse, por vergonha, desconhecimento dos seus próprios direitos, desconhecimento de que é uma conduta de assédio ou mesmo por medo de represália. Sendo assim, a conduta da vítima nada tem a ver com o assédio sexual. Ela é, inclusive, uma causa dele, porque as questões culturais como o patriarcado, essa cultura de que existe um lugar específico da mulher na sociedade e um comportamento que deva reportar num ambiente social faz com que esse tipo de estereótipo seja construído e permita ainda mais a reprodução de condutas assediadoras, que violam a liberdade sexual dessas mulheres em sua maioria.

No caso do ambiente universitário, o que se observa, doutor Carlos? O que fazer para evitar assédio sexual?

Carlos Magno: Na verdade, apesar do assédio sexual estar geralmente imerso em vários tipos de relações de trabalho, ele também está presente nas instituições de ensino, um ambiente plural em que a educação deveria prevalecer. Existem inúmeras leis no Brasil que possibilitam a reparação de vítimas de assédio há décadas, mas, nem por isso, há, na verdade, o seu estancamento no âmbito das corporações. Dessa forma, a universidade, justamente por ser esse ambiente inclusivo, deve promover medidas efetivas de enfrentamento, pois, como a professora Renata explicou, existem vários tipos de conceituação de assédio sexual, e o que acontece na maioria das vezes é a relação hierárquica, por exemplo, de um diretor em relação a um subordinado, como um professor ou um agente do corpo administrativo.

Professora Renata, qual a importância de se fazer um trabalho de conscientização e educação dentro das universidades sobre o assédio sexual?

Renata Caciquinho: O que nós podemos fazer enquanto instituições de ensino superior para a superação desse tipo de comportamento, considerando que ele advém de práticas sociais que retomam os ambientes acadêmicos e universitários naturalmente, por serem práticas, hábitos e valores que comumente nós trazemos dos nossos grupos sociais, a primeira coisa a ser feita é colocar o assunto em pauta, tirá-lo da invisibilidade para podermos discuti-lo abertamente, porque essa invisibilidade é essencial na reprodução da conduta negativa do assédio sexual. Dessa forma, podemos desenvolver várias condutas. Os colegas, por exemplo, podem oferecer apoio a essa vítima e se disponibilizarem como testemunhas, saindo assim daquele campo de neutralidade. Além disso, eles também podem denunciar a pessoa assediadora ao setor responsável, ao superior hierárquico ou mesmo à entidade, sendo que na própria entidade devem ser oferecidos canais de denúncia, responsabilização do agressor e acolhimento da vítima, a exemplo de ouvidorias e comissões de ética específicas para a oitiva dessa pessoa.

Ainda há um papel que deve ser disponibilizado ao conhecimento para utilização pela própria vítima, porque um grande problema existente, apesar de não ser responsabilidade alguma da vítima, é o silêncio dela. O seu silêncio, seja por conta do medo, vergonha ou desconhecimento dos seus direitos, faz com que aquela conduta assediadora não seja repelida e não acarrete

consequências práticas, fazendo com que ela se repita ao longo do tempo. Sendo assim, a vítima também pode e deve utilizar esses canais, procurar trazer à luz todos os atos sofridos, oferecendo, assim, a informação às instituições para que elas possam atuar de forma efetiva. Obviamente, para que isso aconteça, a vítima precisa sentir segurança nesses canais. Então, as instituições devem oferecer canais seguros para que a vítima possa se manifestar e ocorra o seu acolhimento, além da responsabilização institucional do agressor.

Doutor Carlos, quando iniciei o podcast, eu comentei da criação de um programa federal, falando das diretrizes específicas de prevenção, tratamento e combate ao assédio sexual. Por isso, eu pergunto: do ponto de vista da legislação, a lei hoje deveria ser mais ampla? Ela contempla suficientemente todas essas observações que a Renata acabou de fazer?

Carlos Magno: Nós falamos no início que os casos de assédio foram aumentando gradativamente, então, mesmo diante da existência de várias leis (inclusive, o assédio sexual é apenado como crime pelo Código Penal, prevendo pena de 1 a 2 anos de detenção), não é a existência delas que combate efetivamente o crime, mas medidas efetivas. Programas trazidos pelas Leis n.º 14.457, de 2022, e 14.540, de 2023, instituem medidas efetivas de enfrentamento ao assédio sexual nos âmbitos público e privado, o que contempla, naturalmente, a instituição de ensino superior. Eles trazem, por exemplo, que toda empresa que possua uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) que, em regra, são as empresas com mais de 20 funcionários, deve desenvolver um plano estratégico

de conscientização de toda a entidade com algumas abordagens específicas relacionadas ao conceito de assédio sexual e o conjunto de situações que o caracterizam, o procedimento para que as denúncias sejam recebidas, acompanhadas e apuradas, sempre garantindo à pessoa denunciante o anonimato e também deixando claro para ela que o trâmite desse processo sigiloso não exclui, naturalmente, o direito da vítima de procurar o judiciário para fazer valer os seus direitos.

Além disso, um ponto fundamental específico da lei que penso que rompe com todas essas diretrizes anteriores é que, agora, a lei impõe a realização anual de uma capacitação de orientação e sensibilização dos empregados de todos os níveis hierárquicos dentro da empresa por intermédio de um modelo que a própria empresa vai instituir, com uma conscientização acessível, que seja “*top-down*”, para atingir todos os níveis hierárquicos da corporação. Portanto, dessa vez, dispomos de um plano constante e específico em relação ao combate ao assédio sexual.

Doutor Carlos, suponhamos que eu esteja em uma sala de aula e o professor chegue e fale assim: eu só vou te dar uma nota boa se você sair comigo essa noite. Isso é considerado assédio sexual?

Carlos Magno: Sem dúvida alguma.

A partir do momento que eu faço a denúncia, como eu consigo comprovar que ele falou isso para mim?

Carlos Magno: Isso é bastante complicado do ponto de vista da prova porque, muitas vezes, a pessoa assediadora e a vítima

estão em um ambiente fechado e a sós. Então, o que as decisões judiciais e cartilhas recomendam é que sempre sejam realizadas, quando possível, gravações telefônicas e *print* das telas com esses tipos de insinuações. O relato de testemunhas também se faz muito importante, pois muitas vezes o assediador cria situações específicas para estar sozinho com a vítima, além das filmagens de todas essas situações em que possam configurar o crime.

Professora Renata, uma pergunta pessoal: você já sofreu algum tipo de assédio sexual?

Renata Caciquinho: Eu penso que isso faz parte da vida profissional de todas as mulheres. Alguns homens com certeza já sofreram, mas todas nós mulheres temos alguma história para contar de alguma conduta que violasse o nosso consentimento e que não fosse considerado um flerte dentro da nossa carreira. Uma complementação em relação ao que o doutor Carlos falou a respeito da produção de provas, algo que podemos utilizar também, e é feito com frequência, é o depoimento de uma ação em repetição. Por exemplo, às vezes eu não consigo provar que um professor, por exemplo, me assediou, mas como ele tem a prática de fazer isso com diversas alunas, então esses depoimentos em repetição e detalhados se alinham e servem como provas importantes. Sendo assim, conhecer outras vítimas e dar visibilidade também é uma prova relevante, além de todas aquelas digitais que conseguimos fazer atualmente, as quais são muito efetivas.

Qual a diferença de elogio para assédio sexual? Se eu disser “você está bonita hoje”, isso pode ser considerado um assédio sexual?

Renata Caciquinho: Há uma diferença muito grande entre o assédio sexual e o elogio, o flerte, que, naturalmente, fazem parte da nossa vida social e dentro do ambiente acadêmico, porque ali existem pessoas transitando entre aqueles espaços. A grande diferença está no consentimento. O flerte pressupõe consentimento, interesse e uma participação ativa daquelas duas pessoas, mas no assédio sexual não ocorre esse consentimento e participação ativa em nenhum momento. Pelo contrário, há uma pessoa incomodada pelo fato de a sua liberdade sexual estar sendo violada, ainda que ela mantenha uma conduta de inércia, por vários motivos que já citamos, e não se manifeste nesse sentido.

Carlos Magno: Complementando, você não tem uma conversa indesejável sobre o sexo com alguém que não deu essa liberdade. Você não solicita nenhum tipo de favor com esse tipo de conotação sexual para uma pessoa que você não tenha intimidade. Não solicita algum tipo de contato físico e nem o realiza em uma pessoa que você não possui esse nível de proximidade.

Renata Caciquinho: Um ponto importante é a questão do condicionamento: quando está havendo um flerte, você não condiciona aquela abordagem a nenhum resultado. Então, esse condicionamento vai deixar de forma explícita que não estamos tratando de um flerte, mas, efetivamente, de uma conduta de assédio sexual.

Doutor Carlos, em relação à legislação que você citou, do ponto de vista das IES, além do trabalho de conscientização e prevenção, como a professora Renata havia dito, no que elas devem ficar mais atentas? Na sua opinião, o que precisa ser o maior objetivo das IES atualmente?

Carlos Magno: Acredito que elas precisam fazer essa orientação periódica de todo o corpo de colaboradores; ministrar cursos; realizar seminários e fazer uma previsão expressa em um código de conduta, dando ciência inequívoca a todos os colaboradores; elaborar uma cartilha sobre o assédio sexual; instituir um canal de denúncias efetivo, que possua uma pessoa do outro lado treinada para receber, acompanhar, investigar e orientar a pessoa denunciante sobre o funcionamento do processo, quais as etapas e como a denúncia pode, inclusive, resultar em um processo de sindicância. Além disso, há todo esse programa desenvolvido e implementado pela Lei n.º 14.457, que traz o mecanismo de um treinamento a cada 12 meses, que acredito ser uma forma de acultramento das pessoas sobre as práticas de assédio sexual dentro da instituição.

Professora, você como docente de Direito da Unip, observando o seu dia a dia, qual conselho daria para as IES de todo o país?

Renata Caciquinho: Eu concordo com o doutor Carlos. A lei não traz inovações no sentido da existência do assédio e da necessidade de combate, mas sim a visibilidade sobre o tema e uma convocação de construção de um ambiente de trabalho saudável para todas as pessoas. Então, ela pauta o assunto e traz de forma objetiva as ações que devem ser conduzidas para

a construção desse mundo melhor. Dessa forma, o que podemos fazer enquanto instituição e membros dela (pois a instituição é dinâmica, todos nós fazemos parte da construção desse corpo) é desempenhar uma conduta social exemplar. Nós, enquanto professores em sala de aula, devemos nos mostrar abertos à conversa porque, às vezes, o aluno vai sentir mais facilidade de conversar com o professor, que é a pessoa ali mais próxima, que lida com ele todos os dias, do que levar isso para uma ouvidoria, onde ocorre um constrangimento muito grande, pois vivemos em uma sociedade em que há uma represália dessas condutas em relação à vítima. Então, essa abertura dada pelos próprios professores, que podem levar adiante, acolher essa vítima e ensinar a ela os caminhos a seguir é muito importante.

Os professores poderão atuar de forma objetiva em relação a isso desde que possuam a devida instrução, e é isso que a lei traz e o doutor Carlos disse. Por isso, o professor necessita estar habilitado para conhecer os canais de denúncia e os outros caminhos para saber orientar uma possível vítima ou em caso dele mesmo precisar. Por isso, acredito que todos nós, enquanto comunidade acadêmica, sejamos professores ou funcionários administrativos, precisamos estar preparados para lidar com essas circunstâncias, acolher essa vítima, encaminhá-la da melhor forma e dar, inclusive, um suporte emocional ao dizer a ela que a responsabilidade não é dela e que a instituição está comprometida com a solução desse tipo de problema. Esse “vestir a camisa” por meio de uma instrução adequada é muito importante porque construiremos uma comunidade

que rechaça comportamentos assediadores e estabeleça boas práticas, bons hábitos, bons valores e condutas éticas efetivas no seu dia a dia.

Carlos Magno: Inclusive, nessa linha, a posição da instituição de ensino também deve ser intransigente em relação ao assédio sexual, no sentido de aplicar uma punição na esfera trabalhista que, caso provado o assédio sexual, deve provocar a demissão por justa causa da pessoa assediadora, além de assessorar a vítima a procurar a autoridade policial ou o Ministério Público, visando também a punição na esfera criminal. Essa posição da instituição no caso de uma apuração de assédio sexual pode resultar em redução do valor financeiro em caso de eventual condenação ou até mesmo a absolvição da instituição, caso seja demonstrado que ela não concorreu para aquela prática.

Então quer dizer, doutor Carlos, que, se por acaso, eu fui assediada em uma sala de aula, eu posso processar tanto o assediador quanto a instituição de ensino?

Carlos Magno: A regra é que em uma eventual reclamação trabalhista o processo será contra a instituição de ensino, porque esse crime ocorre em decorrência de uma relação de trabalho. O assediador, como funcionário da corporação, responde, mas quem responde primeiro é aquela pessoa que está a frente da instituição. Mais um motivo da necessidade de treinamento, fiscalização e aplicação de medidas efetivas em favor da prevenção do assédio sexual.

Quando falamos em assédio sexual, entramos muito nas áreas do Direito e

das Ciências Humanas. A instituição pode criar uma disciplina extra, dentro das suas competências, somente para tratar das condutas que acontecem no nosso dia a dia?

Renata Caciquinho: Normalmente, as instituições fazem esse tipo de conscientização em diversos níveis, sobre diversas questões, no espaço das atividades complementares. Esse espaço serve para ser preenchido com a amplitude do currículo para além daquele currículo básico que precisamos cumprir (que é uma obrigação seriamente cumprida pelas instituições). Nós utilizamos o espaço, por exemplo, para ministrar palestras que vão trazer essas informações, debates com a exposição de vídeos, de uma forma mais lúdica e exemplificada, o que torna o assunto mais possível de ser discutido, além da visita a instituições que fazem esse tipo de combate, o incentivo a clube de livros de leitura, entre outros.

Carlos Magno: Essa é uma cultura que deve estar presente em todas as corporações que possuem práticas sociais, ambientalmente responsáveis e possuam diretrizes de comportamento em suas políticas, a denominada pauta ESG (do inglês *environmental, social and governance*, em português ambiental, social e governança). Por isso, esse espaço de diálogo e treinamento, o marketing social promove a imagem do empregador perante o consumidor, o parceiro, o investidor e a sociedade na totalidade. Então, isso, necessariamente, deve ser um norte da instituição de ensino no caso do assédio sexual.

Renata Caciquinho: Algo importante em relação a isso é que quando as empresas cumprem os objetivos da ESG (no sentido que o doutor Carlos mencionou), pode-se observar mais uma novidade muito importante: o meio ambiente do trabalho seguro e saudável foi elevado ao 5º princípio fundamental da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dessa forma, cumprir os objetivos não é mais uma opção do Brasil, mas uma imposição, mesmo que não tenhamos ratificado as convenções, sendo os tratados internacionais relativos ao tema. Quando a empresa segue os princípios, ela se mostra responsável socialmente e construtora de um mundo melhor do trabalho, que é uma responsabilidade de todos nós, inclusive, prevista na agenda 2030 da ONU, que é uma agenda à qual o Brasil aderiu e todos nós, enquanto comunidade, sociedade política e sociedade civil, devemos nos esforçar para o seu alcance.

Indicações do episódio:

- Livro: Mulher, roupa e trabalho: como se veste a desigualdade de gênero - Mayra Cotta e Thais Farage
- Livro: Assédio sexual laboral - agente causador de doenças do trabalho reflexos na saúde do trabalhador - Maria de Lourdes Leiria
- Livro: Cartilha do Tribunal Superior do Trabalho: <https://bit.ly/3pIK9LH>

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 7

Especial CBESP | O apoio do CNE na modernização do ensino superior

01/06/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-presidente
da ABMES



**Janguê
Diniz**

Vice-Presidente
da ABMES



**Alysson
Massote
Carvalho**

Presidente da
Câmara de Educação
Superior do Conselho
Nacional de
Educação (CNE)



**Henrique
Sartori
Prado**

Conselheiro da
Câmara de Educação
Superior do Conselho
Nacional de Educação
(CNE)

Episódio 7

Especial CBESP | O apoio do CNE na modernização do ensino superior

01/06/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier - Diretor-Presidente ABMES

Janguê Diniz – Vice-Presidente da ABMES

Alysson Massote Carvalho – Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Henrique Sartori Prado – Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Este episódio foi gravado diretamente da 15ª edição do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), o principal congresso da educação superior do Brasil.

Reunimos representantes do CNE para discutir sobre o apoio e o papel do Conselho na modernização do ensino superior.

Eu, Celso Niskier, terei o prazer de conduzir essa conversa. Começo com uma pergunta em relação ao ensino superior: qual é a pauta do momento dentro da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação?

Alysson Massote Carvalho: Em nome do CNE, particularmente dos nossos colegas da Câmara de Educação Superior (CES), nós agradecemos a gentileza do convite. É um prazer estar aqui com vocês e com

o conselheiro Henrique, que possui uma longa experiência. Eu não tenho tanta experiência assim, mas já que a provocação inicial é sobre pauta, você, Celso, teve a oportunidade de participar conosco de uma sessão há dois meses. Neste momento, a nossa pauta está sendo mediada pelos diálogos, ou seja, a CES tem procurado ouvir todas as instituições representativas do ensino superior neste país, dos mais diversos matizes e formas de organização, tanto do setor público quanto do setor privado. Fechando esse ciclo de escutas e diálogos, nós consolidaremos, no plenário das CES, pontos de encaminhamento em relação ao ensino superior.

Se me permite outra provocação, você falou em modernização e eu penso que antes de falarmos do disruptivo, talvez tenhamos que falar em transformação.

Vocês apresentaram o Mapa do Fórum, os 10 pontos. Se eu não estou equivocado, eu me lembro deles. Nós temos pontos importantes a serem tratados na avaliação; que dizem respeito a um diálogo com o Inep; pontos importantes a serem tratados na regulação; que dizem respeito, principalmente, ao diálogo com a Seres; e nós temos também pontos importantíssimos a serem tratados com a sociedade, da qual vocês são uma representação importantíssima em temas que estão diante de nós. Por exemplo, pegar a proposta do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) de criar uma graduação para funcionar em 2024 integrando Matemática, Ciência de Dados e Ciências da Computação. Há, ainda, outras iniciativas que nós temos discutido, como a Ilumina, ligada ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, lá em Campinas, que estão mostrando que, se enquanto Estado, nós não formos rápidos, a sociedade criará um descompasso que provocará uma necessidade urgente de transformação. Desse modo, precisamos ajustar algumas coisas que dizem respeito à regulação atual, mas, muito mais do que isso, precisamos pensar no futuro imediato que já chegou nesse momento disruptivo que vivemos. Como vamos trabalhar com a questão da educação híbrida? Apesar do termo ter adquirido conotação meio pejorativa no Brasil, nós precisamos tratar da formação de professores no novo modelo enquanto política de Estado e não apenas de governo, e tratar das diretrizes curriculares. Eu creio que esse é um ponto que o Conselho e a CES, particularmente, precisam se movimentar, e têm se movimentado rápido, mas para que as diretrizes sejam diretrizes e não engessamento

semelhante àqueles que havia na época do antigo Conselho Federal de Educação.

São muitos os desafios. Antes de passar ao Janguê, parabênzo a iniciativa, professor Alysson, de diálogo com as entidades representativas. De fato, estivemos lá enquanto Fórum e ABMES, e apresentamos sugestões. Inclusive, a modernização do marco regulatório é o primeiro daqueles 10 pontos que apresentamos. Então, parabênzo e agradeço por essa atitude de diálogo muito importante que eu penso que seja também a atitude do presidente Curi em relação ao papel que o Conselho Nacional de Educação deve ter nesse momento.

Alysson Massote Carvalho: Essa semana, colegas, eu vi uma frase que considerei muito interessante. Ela diz o seguinte: “O governo pode não ser a solução dos nossos problemas, mas ele não pode ser um problema para as nossas soluções”.

Janguê Diniz: Eu quero fazer uma pergunta ao Sartori em relação a duas questões atualmente em voga: a primeira é em relação ao financiamento estudantil e a segunda sobre a questão das Medicinas, da necessidade de mais médicos no Brasil. Sabemos da necessidade de mais médicos no país, principalmente em muitos municípios, pois poucos possuem a quantidade necessária de profissionais. Desse modo, como está o encaminhamento de estudos, junto ao CNE, sobre o novo financiamento estudantil e/ou sobre a abertura de protocolos no MEC para a criação de novos cursos de Medicina?

Henrique Sartori Prado: Eu gostaria de

agradecer, professor Celso, imensamente pela deferência do convite de participar desse bate-papo juntamente com o professor Janguê Diniz e o professor Alysson. Todos aqui somos, ou pelo menos nos enquadrados, nessa discussão de educação, cada um na sua propriedade e conhecimento. Estar ladeado aqui também pelo conselheiro Alysson é motivo de orgulho e é um motivo de orgulho também poder participar de mais um CBESP. Desde 2016, eu tenho acompanhado esse evento. A minha primeira participação no CBESP deve ter sido em Gramado e, desde lá, tenho acompanhado todas as edições com muita alegria.

E não querendo deixar a fala do conselheiro Alysson dissonante, mas, talvez, pela humildade que ele sempre apresenta de forma tão sábia, mas a Câmara de Educação Superior (CES) também possui uma demanda estratégica, só para pegar o gancho com o mote do nosso Congresso, e é uma encomenda do conselheiro dentro desse processo de ouvir e dialogar com as entidades, traçar o planejamento estratégico de ações da Câmara de Educação Superior. Então, eu fico muito feliz em ladeá-lo nesse momento e saber que ele também pensa estrategicamente como papel preponderante não só de ouvir as instituições e associações, mas também trazer a prática daquilo que realmente podemos entregar.

Eu costumo dizer, Janguê, em resposta aos seus questionamentos, que se você não possui um planejamento, você está inserido no planejamento de alguém. Dessa forma, que tenhamos o nosso e, obviamente, concomitantemente, com o

do Ministério da Educação. Basicamente, sobre os dois pontos questionados, nós temos duas comissões que versam sobre o financiamento estudantil, não propriamente dito o Fies, mas das modalidades de financiamento. Agora, nas definições que nós estávamos aguardando por parte do governo federal, da composição tanto do comitê gestor do Fies, quanto do ProUni, quais seriam os dirigentes envolvidos nessa temática, passaremos para uma discussão propriamente dita de um modelo de ouvir e de diligenciar para entender qual será o formato, havendo também o constante diálogo com o Congresso Nacional, pois há projetos de lei que foram recentemente protocolados, para nós entendermos o que, no papel do Conselho Nacional, nós podemos atrair de oportunidades estratégicas tanto para quem vai buscar esse financiamento, seja o estudante, a família, quanto para as instituições. Dessa forma, é importante não ficarmos somente na questão financeira, mas também saber o que podemos agregar em matérias de avaliação, regulação e qualidade no ensino, uma vez participando das formas de financiamento que estão por vir ou do resgate de políticas exitosas que nós já tivemos. Em matéria da Medicina, igualmente, nós temos uma comissão formada por membros da Comissão da Educação Superior, a qual estamos nos debruçando sobre aquilo que foi objeto da Portaria 328, que era a formação de uma política de educação médica no Brasil, que, infelizmente, nós não tivemos. Agora temos a Portaria 650, que foi objeto da nova configuração governamental e aguardamos também as orientações do Ministério da Educação para saber, naquilo que nós podemos agregar em relação ao debate sobre a formação

médica e no monitoramento constante do que acontece hoje, de fato, no sistema, sendo os protocolos de Medicina abertos por via judicial. O Conselho não pode se omitir e eu acredito que a orientação tanto do nosso presidente Cury quanto do presidente Alysso é para o acompanhamento e monitoramento constante para que isso possa refletir em qualidade e segurança de oferta, pois não adianta somente cumprirmos os requisitos obrigatórios que as diretrizes da Medicina apontam, mas também dar segurança na oferta desses cursos que já estão, inclusive, sendo autorizados. Então, nós temos que acompanhar para que o estudante e a instituição estejam seguras nesse processo.

Ótimo. Importante dizer que nós, como Fórum, temos defendido a via dupla da autorização, ou seja, que haja, de fato, o chamamento, no caso que se julgar conveniente, municípios que precisam desse atendimento, mas não se pode impedir que bons projetos, projetos de excelência, deem entrada normalmente com seu pedido junto ao MEC. Por exemplo, quem pode impedir um projeto de excelência no Sírio-Libanês, em São Paulo? Desse modo, não se deve criar nenhum tipo de restrição a bons projetos, pois senão perdemos a chance de melhorar a qualidade que nós já temos.

Janguê Diniz: Parece que o Sírio-Libanês foi autorizado.

Henrique Sartori Prado: Foi credenciado uma faculdade, nota máxima.

Mas na área de saúde.

Janguê Diniz: Mas já saiu a de Medicina?

Henrique Sartori Prado: Não.

Janguê Diniz: Mas, provavelmente, sairá por protocolo.

Henrique Sartori Prado: Ou em adesão ao novo edital que possa vir, se ele se enquadrar nos requisitos que nós ainda não conhecemos.

Perfeito.

Alysson Massote Carvalho: Mas essa questão não é somente da Medicina. No CNE estão acontecendo comissões específicas que tratam de cursos, como, por exemplo, a Medicina, e temos a comissão geral que trata dos cursos da área da saúde, porque nós estamos recebendo uma série de demandas que são pertinentes não apenas ao curso de Medicina, mas também a Odontologia, Psicologia e Enfermagem. Então, o que nós vamos fazer? Existe uma estrutura macro que baliza e situa as especificidades de cada área dos cursos da saúde, e considero esse um ponto importante a ser colocado.

Outro ponto, em um evento do CBESP que ocorreu ano passado, se eu não estou equivocado, o tema era: "É sobre o aluno, sim!". Era uma chamada nesse sentido, e sobre financiamento. Precisamos entender que o que vai garantir a permanência do aluno porque não adianta nós termos financiamento apenas para o *ticket*. Temos que dar condições ao estudante para que ele permaneça e que tenha condições de estudar para ter uma boa formação. Em minha opinião, eu entendo que isso precisa ser um suporte ao estudante que não tem o público ou o privado rotulado

em sua indumentária. Ou seja, nós temos que pensar em uma política que independentemente deste aluno estar vinculado a uma instituição pública ou privada, tenha suporte para realizar uma boa formação.

Perfeito. Eu quero saber do conselheiro Alysson, qual o enfoque e o produto que a Comissão espera, a Comissão que verifica a necessidade de atualização da Resolução 7/2017 sobre os cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Existe algo que se pode esperar do resultado dessa comissão?

Alysson Massote Carvalho: Essa Comissão tem se reunido quase todo o mês; é presidida pelo conselheiro Aristides Cimadon, nosso vice-presidente; e tem como relator o nosso presidente, conselheiro Luiz Roberto Curi. Acredito que nós estamos na fase final, nos 75%, por um encaminhamento após os ajustes com a atual presidência da Capes. Nós tivemos a presença de uma série de representantes de pós-graduação na última reunião presidencial, no mês de maio, e debatemos principalmente a questão da forma como os programas estão sendo avaliados e a subsistência dos programas, principalmente em relação às parcerias interinstitucionais. Então, nós precisamos incentivar, mas de maneira que as instituições “nucleadas” também possam adquirir um estado, uma robustez, para que, por sua vez, possam auxiliar outras instituições. Esse é um pequeno *spoiler*, certo? Aguardem as cenas dos próximos capítulos.

Aproveitando que falamos da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, existe alguma intenção do Conselho de repensar o critério mínimo de mestrados e doutorados para virar universidade? Eu digo isso porque quando o ministro Paulo Renato implantou a nova LDB, aprovada pelo Congresso, ele tinha notoriamente no espírito a ideia da universidade especializada, e o caso que estava na cabeça dele era a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM/UNIFESP), e isso se perdeu com a exigência mínima de quatro mestrados e dois doutorados. Não está na hora de rever isso e pensar novamente no modelo de universidade especializada para o Brasil?

Henrique Sartori Prado: Sim, e está mais do que presente, Celso. Às vezes, eu gosto de provocar isto, mas isso é previsto na LDB, o credenciamento de universidade específica da área do saber. Nós não temos a tradição regulatória nem de abrir para esse tipo de discussão, ou pelo menos nos últimos anos isso não aconteceu, e nem de incentivar instituições de ensino que se vocacionem naquele itinerário e oferta de área específica. O conselheiro Alysson falou de algumas iniciativas na área da tecnologia, nós temos outras instituições vocacionadas à gestão que atualmente são referências de excelência no Brasil ou, pelo menos, “ilhas de excelência” que nós temos em várias áreas do conhecimento. Então, está mais do que na hora de patrocinar ou pelo menos acompanharmos essa discussão para que a regulação possa evoluir para esse caminho porque a universidade especializada por campos do saber é prevista em lei, e falta responsáveis para condicionar ou, pelo menos, repensar a resolução, e há algumas obrigatoriedades que travam o sistema.

É a Resolução do Conselho que estabelece o mínimo.

Alysson Massote Carvalho: Por esse motivo que fiz a provocação de precisarmos falar em transformação. Na minha opinião, por trás dos critérios mínimos para se credenciar uma instituição enquanto universidade, nós temos que pensar qual o modelo de ensino superior queremos para esse país. Desse modo, mantermos a referência como modelo das universidades públicas que prestam serviços à nação, é um ponto. Agora, nós precisamos entender que não teremos condições, precisamos admitir isso com muita humildade, de atender a todos no mesmo parâmetro. Temos demandas e necessidades específicas e o Conselho vai rever essa questão. Inclusive, esse assunto já foi conversado na reunião, só não podemos adiantar, mas tenho certeza de que haverá mudanças com relação a esse quesito.

Janguê Diniz: Eu quero saber a opinião dos dois, no que tange ao processo de modernização que está ocorrendo, sobre os pareceres do CNE de aprendizagem híbrida, que ainda não foi homologado. De que forma isso pode mudar a lógica-metodológica da educação superior?

Alysson Massote Carvalho: Professor Janguê, fazer essa pergunta na frente do Celso é complicado [risos]. Nós tomamos uma decisão em uma comissão bicameral, que trata da educação básica e da superior. Por conseguinte, aprovamos uma parte com esse desmembramento e a outra já está pronta, porém pretendemos alterar o termo “educação híbrida” porque o nosso presidente, conselheiro Curi, em todo lugar,

quando ele fala sobre isso, as pessoas não entendem e ele brinca que, às vezes, parece que ele está conversando em outra língua e explica o que significa. Como resultado, haverá a alteração do termo, mas por que fiz a provocação com nosso presidente Celso? Porque ele sempre defende a referência dos quadrantes híbridos, ou seja, a sincronia temporal não precisa necessariamente ser acompanhada por uma sincronia presencial, e este é um modelo. Um desafio que advém dele é fazer a concatenação desta nova perspectiva com aquilo que já temos de regulação para educação superior, no caso da educação a distância. Eu acredito que a concatenação e sinergia devem acontecer, e na Resolução continuaremos a utilizar, por enquanto, o termo “educação híbrida”. Acredito que ela possibilitará uma nova estratégia metodológica para trabalharmos com a educação superior.

Janguê Diniz: Educação é educação. Híbrida, on-line e presencial são instrumentos.

Henrique Sartori Prado: E eu acredito, de uma forma bastante progressista da matéria, que está mais do que na hora não só de uma reflexão. Refletimos e conversamos bastante, mas, às vezes, acabamos entregando pouco. Eu falo em termos de governo, conselho, instituições de ensino. Então, por que não promovermos uma discussão terminativa sobre as duas modalidades - presencial e a distância? Por que não podem estar empregadas nos PDIs das instituições como uma coisa só? Assim, cada instituição, seja pública ou privada, possa fazer sua escolha de oferta, seja em uma disciplina, proposta curricular,

estrutura curricular, assim proposta, conhecendo o que está disposto no Artigo 80 da LDB, por exemplo, que é a mediação, o uso de uma ferramenta, e não por si só precisa ser uma ideia única, ou uma segregação, ou uma dicotomia de modalidades.

Concordo inteiramente. Inclusive, nós também defendemos o credenciamento único, pois quando 40% das instituições no Brasil possuem o credenciamento, as outras 60% que não o possuem sofrem uma “concorrência desleal” em comparação àquelas dotadas, enquanto elas poderiam, depois da pandemia, com dois anos de oferta das atividades remotas, oferecer os seus programas para que, no mínimo, possam se defender daquelas que já possuem o credenciamento EAD e expandiram suas redes de forma mais intensa, até para criar uma certa “equiparação” entre as instituições.

Alysson Massote Carvalho: Essa é uma excelente demanda para um novo marco regulatório. O novo marco, que esperamos que esteja pronto quanto antes, precisa contemplar essas necessidades que não estavam postas há 4 anos.

Janguê Diniz: Mas será que não é o caso de o Conselho enviar contribuições?

Alysson Massote Carvalho: Nós já enviamos, professor Janguê. Já completa 2 anos que conversamos quase que mensalmente com a Seres sobre isso.

Janguê Diniz: Eu penso que o Conselho representa políticas de Estado, enquanto a Seres representa políticas de governo.

Alysson Massote Carvalho: Sim, mas nós temos conversado não somente com a Seres, mas com o Inep sobre os instrumentos e formas de avaliação. Muitos conselheiros possuem aquilo que denominamos de “experiência de chão de avaliação”, então temos conversado. Nesta semana, por exemplo, conversamos com o diretor da Seres até tarde sobre uma série de processos para caminharmos dentro deste marco regulatório ao acordo, mas já pontuando as demandas que existem para o novo marco. Agora, tem uma pergunta que vocês não fizeram: vocês falaram de educação híbrida, então dentro da questão das mudanças e transformações, a Resolução sobre extensão tem sido vista, na minha opinião, de uma forma muito negativa. Mas a Resolução possui um ponto de inflexão, de mudança muito interessante porque permite sairmos das estruturas curriculares para a educação, pois há outra forma de trabalhar disciplinas em uma perspectiva interdisciplinar, multiprofissional, e é exatamente isto que o mercado está demandando. Então, fazemos com que os profissionais saiam dos seus quadrados e possam, em uma disciplina, ter uma interação entre várias áreas do conhecimento dentro daquele caso específico de formação e contribuir para outra formação profissional.

Inclusive, conselheiro Alisson, quando estivemos com o ministro, apresentamos a ideia de usar a extensão como ferramenta e espaço curricular para recuperação de aprendizagem de jovens da educação básica, principalmente os alunos das licenciaturas. Precisamos ter a visão da extensão como um espaço de possibilidades, e não como mais uma burocracia.

Henrique Sartori Prado: Assim como o presidente Alisson já recebeu alguns questionamentos, eu também recebi algumas dúvidas em relação à extensão que recai naquilo que acabamos de pontuar: a extensão pode ser presencial ou a distância? Pode utilizar ferramentas híbridas ou não? Precisa acontecer no local da sede onde o aluno faz o curso, caso ele estude na modalidade a distância? São vários questionamentos que precisamos avançar.

Nós entendemos, pela Resolução ainda em vigor, que a extensão é presencial, até na modalidade de ensino a distância.

Alysson Massote Carvalho: Aguarde o mês de junho.

Vocês precisam ouvir o podcast da ABMES. É uma fonte de informações e até de antecipações.

Henrique Sartori Prado: São vários *spoilers*.

Alysson Massote Carvalho: É, mas eu não comentei qual, indiquei com o “aguarde”.

Ficha técnica:

- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 8

Especial CBESP | Vamos falar sobre o Novo Ensino Médio?

15/06/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-presidente
da ABMES



**Amábile
Pácios**

Vice-Presidente
da Federação
Nacional das Escolas
Particulares (Fenep)



**Antônio
Eugênio
Cunha**

Diretor da Federação
Nacional das Escolas
Particulares (Fenep)

Episódio 8

Especial CBESP | Vamos falar sobre o Novo Ensino Médio?

15/06/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Amábil Pácios – Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

Antônio Eugênio Cunha – Diretor da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

Mais um episódio gravado durante a 15ª edição do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP). Eu diria que é o principal congresso da educação, uma vez que aqui também debatemos, muitas vezes, a educação básica e a relação entre a educação básica e educação superior.

Neste episódio discutiremos sobre o Novo Ensino Médio, que está com a sua implementação suspensa pelo novo Governo Federal e tem incitado debates por todos os lados.-

Eu, Celso Niskier, conduzirei essa conversa. Começarei com o tema mais comentado nos últimos tempos: o Novo Ensino Médio. Já debatemos o assunto nesse podcast, mas, agora, vamos tentar entender o porquê de estar sendo revisto. Amábil, o que está acontecendo com algo que nem chegou a ser totalmente implan-

tado e já está sendo revisto?

Amábil Pácios: Diretamente a sua resposta, por que o ensino médio foi questionado? Sabíamos que, do jeito que vinha, o ensino médio não satisfazia ninguém. Havia, de fato, uma evasão, os alunos estavam muito chateados com a proposta, os professores também precisavam de uma reforma e desenhamos essa reforma. Eu vou comentar muito rapidamente, mas isso demorou alguns anos, e a reforma foi escrita por especialistas e analisada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Eu mesma, representando a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), participei de 10 audiências públicas que o Conselho fez. Eu não estava no Conselho na época, e chegamos a esse texto que, obviamente, defendemos. Ele tem alguns nós para o nosso setor, mas sabíamos que em algum momento precisaríamos fazer uma revisão. A previsão era de implantação e chegando no Enem, porque a

escola particular tem um interesse muito forte no Enem, então a culminância seria no Enem de 2024, quando fomos surpreendidos pelo pedido de revogação. Eu quis saber o porquê pediram esta revogação, se era uma questão apenas ideológica ou se existia alguma razão. Eu ouvi nas audiências que o CNE organizou e nas representações que temos escutado: na realidade, o grande questionamento são as 1.800 horas da educação básica e as 1.200 horas do itinerário. Por conseguinte, as pessoas alegam que 1.800 horas para formação de educação básica é pouco e, na realidade, você está retirando do aluno alguns conteúdos que seriam importantes ter. As 1.800 horas fizeram com que as escolas públicas passassem por uma redução de disciplinas como Física, Matemática, Biologia e o aumento, obviamente, nos itinerários. Porém, estes não saíram bem como pensaram os idealizadores da reforma, então você tem pessoas substituindo ou colocando os itinerários, como, por exemplo, “brigadeiro *gourmet*” ou então “como tratar um pet”. Evidentemente, quando pensamos em qualidade da educação que um aluno recebe, pensamos que o estudante precisa de uma educação forte, porque o pensamento está em escola pública, e nessas escolas temos vulneráveis. Então, o estudante precisa de uma boa formação, uma relação consolidada e tiramos aquilo que faz parte da base dessa formação e passamos para isso de fazer um brigadeiro *gourmet* e, conseqüentemente, há uma perda de carga horária. Então, são duas coisas que, de fato, “balançam”.

Mas o fato de existir algo que precisa ser melhorado justifica revogar toda uma iniciativa importante para a sociedade?

Amábil Pácios: Neste caso, trata-se de um discurso mais ideológico, talvez até partidário, porque não justificaria. Com certeza, a melhora que o ministro Camilo tem anunciado, que tem buscado com o grupo de trabalho, além dos debates e oitivas, o que imaginamos é que haverá uma mudança. Então, eu, Amábil, acredito que vão mexer na carga horária do núcleo comum, da formação geral, devendo passar de 1.800 para 2.200-2.400, o que não pode ser feito por lei, porque se for por lei não sabemos o que vai sair. Então, eu acredito que haverá um aumento na carga horária nessa formação e os itinerários também vão sofrer um redirecionamento, que dependerá um pouco do que ouvirmos com relação à nova matriz do Enem, mas acredito que terá mudança também no CNE. Defendemos que não seja por lei, então, talvez, seja o próprio CNE que faça essa mudança.

Mas é importante, Eugênio, que a atitude do governo parece ser a do diálogo, mesmo tendo suspenso a implantação, o que talvez tenha sido uma medida extrema. Eu tenho visto e lido a posição do ministro sobre aprimoramentos e a intenção de melhorias no projeto e, obviamente, o CNE deve ser ouvido, assim como outras entidades. Em sua opinião, Eugênio, o que precisa ser melhorado no Novo Ensino Médio?

Antônio Eugênio Cunha: Vamos fazer a seguinte análise: há algo que precisa ser melhorado? Evidentemente. Está em implantação? Está. É uma lei e precisamos cumpri-la? Sim. O fato de suspender quando todos já começaram a agir, até mais timidamente o Estado do que o setor privado, mas já começamos. Nós estamos criticando antes da implantação e de

uma possível análise do desdobramento. Vamos tratar desses dois pontos: “tratar de pet” e “fazer brigadeiro”. São dois exemplos que não podem ser generalizados, a maioria não realizou o curso de brigadeiro e esse curso é o que está sendo comentado como o maior pecado existente. É lógico, abriu-se demais e há um quantitativo de itinerário que é impossível de o avaliador conseguir trabalhar, é verdade. O que precisamos, na realidade, é definir como que esses itinerários devem estar construídos e que caminho deve percorrer: se é por área de aprendizado, por profissão... Então, precisamos desse norte, mas não são todos os alunos, tendo em vista que a escola particular está desempenhando um papel brilhante, algumas com dificuldades, outras com menos, mas há um avanço e não podemos generalizar um processo em detrimento daquele que está certo.

Eu concordo e acredito que essa é a atitude correta e que possamos superar essa discussão ideológica, que tem atrapalhado o país em geral, não só nessa questão do Novo Ensino Médio. Particularmente, tenho uma experiência, através do Instituto Êxito de Empreendedorismo, onde desenvolvemos, na liderança do Janguê Diniz, um material muito interessante com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). São 20 lições de empreendedorismo para jovens do ensino médio que podem ser dadas durante um semestre. Pois bem, isso faz parte do projeto de vida e carreira do jovem e está sendo implantado na prefeitura de Bezerros, em Pernambuco, no 9º ano do ensino fundamental, e como opção aos alunos do ensino médio, e a outros municípios que pretendem também

implantar em outros estados. E eu vejo como esse Novo Ensino Médio pode enriquecer a vida do jovem, tornando o ensino médio mais atraente, coisa que era a grande questão. Qual é o papel do ensino médio? É só um vestibulo, ou seja, uma passagem até o vestibular ou ele pode ter uma função mais importante? Eu penso que essa foi a discussão que motivou o Novo Ensino Médio e que está se perdendo nessa questão específica de itinerário A, B, C ou carga horária. Então, é importante essa atuação do Conselho. Amábile, você, com certeza, estará à frente desse debate como presidente da Câmara, para podermos retomar o bom senso nessas discussões do Novo Ensino Médio.

Amábile Pácios: Na escola particular, Celso, existe aderência do ensino médio com o Enem. Desse modo, se conhecermos a matriz da formação básica, ficará bem mais fácil trabalharmos a formação. Agora, existe uma proposta que a Fenep fez para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério de, dentro dos itinerários, criar um núcleo comum. Dessa forma, pensaríamos o que seria importante para um trabalhador, alguém que estivesse saindo do ensino médio e fosse para o mercado de trabalho saber. Hipoteticamente, pode ser uma planilha Excel, entende? Então, nós concentraríamos o Enem dentro desse núcleo comum dos itinerários e seria uma forma de se poder fazer avaliação porque, da forma como está, o Inep também não consegue fazer, não há dinheiro para realizar essa avaliação e o nosso país precisa aceitar essa ideia. Então, nós fizemos essa sugestão, a Fenep fez essa sugestão de se criar um núcleo comum dentro dos itinerários

e que no Enem fosse exigido e cobrado esse núcleo comum.

Antônio Eugênio Cunha: Faz sentido. Referendando o que a Amábile comentou, todos já sabiam e sabem que o antigo ensino médio não deu certo. Vemos pelo número de evasões, desistências, alunos nada interessados naquilo desenvolvido em sala de aula. O volume de disciplinas e de conteúdos em cada uma delas, além daquilo que é necessário a um jovem da idade que cursa o ensino médio, tornou-se desestimulante. Quem passou a ser culpado foi o aluno, taxado de incompetente, que não quer nada e a verdade não é essa. Está tudo errado e agora temos a oportunidade de construir um novo governo. Há dificuldades, algum erro, mas vamos consertar e continuar no caminho, porque isso não é invenção, concorda, Amábile?

Amábile Pácios: Concordo. Os especialistas que escreveram o texto são 200, quer dizer, são professores das universidades federais e estaduais do Rio de Janeiro, de São Paulo...

Esse trabalho não pode ser descartado. Aprimorado, sim, mas revogado, não.

Amábile Pácios: De acordo. E há duas coisas, Celso, que para a escola particular acabou caindo muito bem e precisamos defender para que elas permaneçam nessa reforma: o projeto de vida e o 5º itinerário profissionalizante técnico. O projeto foi muito legal e está funcionando. Algumas escolas trouxeram e anteciparam para o 6º ano, então não podemos perder isso. O 5º itinerário profissionalizando técnico, particularmente, considero

muito importante no nosso setor particular. Normalmente, pensamos que o segmento que atendemos não teria esse olhar ou essa vontade de fazer um profissionalizante técnico, mas nos deparamos com outra realidade: no momento em que as escolas implantaram, houve muito sucesso e aderência neste 5º profissionalizante e técnico. Ou seja, não podemos perder nem um e nem o outro.

Antônio Eugênio Cunha: Se visitamos países que não possuem o tamanho do Brasil, e esse projeto de ensino médio já está bem implantado, não igualmente do que estamos fazendo aqui, e deu certo. Então, não estamos copiando, mas estamos usando como exemplo, isso é muito importante. Não estamos inventando um negócio que é só brasileiro e há algo muito importante que quero trazer: nós fizemos uma pesquisa na Fenep, que saiu no dia 13 de junho, que mostra que das escolas de educação básica que fornecem o ensino médio, 97,9% delas já estão implantadas ou em implantação.

Amábile Pácios: São 8.500 escolas e mais 180 na área rural.

E ficou tudo suspenso agora?

Amábile Pácios: Não. A Fenep está guiando os sindicatos para orientar as escolas. Eu mesma tenho falado para seguir adiante, até mesmo porque, Celso, algumas secretarias estaduais de educação emitiram, inclusive, nota, decreto, dizendo: "Aqui não mexeremos, continuem implantando".

Eu diria que é uma resistência civil justificada, certo?

Amábil Pácios: Só a Bahia ainda não fez a homologação do currículo.

A lei não foi revogada, então ela continua em vigor. Não há motivo para parar, certo?

Amábil Pácios: Sim. Existe um Projeto de Lei (PL) que entrou exatamente na semana passada, fizeram protocolo três partidos da esquerda - Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e não me recordo do outro. As pessoas ficaram muito assustadas e pensaram que revogaria, mas um PL tem um caminho muito difícil e longo, o rito dele é complicado e na passagem desse rito muita coisa pode acontecer, e estamos trabalhando também.

Muito importante acompanhar de perto esse debate, até porque esse PL pode, de repente, dar margem a essas melhorias em vez de revogar. Podem sair, de repente, aperfeiçoamentos na direção do que vocês estão trazendo a respeito da preservação do projeto de vida e do itinerário profissional técnico.

Agora, eu não consigo não pensar na questão do professor, porque isso envolve o papel das instituições universitárias e nós, do setor privado, formamos cerca de 70% dos novos professores no Brasil, então temos uma responsabilidade muito grande com a qualidade da educação básica. Como a implantação do Novo Ensino Médio vinha sendo alinhada com as diretrizes curriculares das licenciaturas, havia uma Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que teve o prazo de implantação adiado... Como está esse assunto, Amábil?

Amábil Pácios: Ainda existe a Resolução, n.º 219. Esse assunto é bem polêmico.

Antônio Eugênio Cunha: Eu acredito que levantarei a bola para você dar continuidade...

Amábil Pácios: Pode deixar, eu faço o gol.

Antônio Eugênio Cunha: A grande queixa na escola particular, o professor vai perder a carga horária e teremos várias pessoas recebendo uma sub-remuneração ou vai perder espaço. Nessa pesquisa que realizamos, 64% das escolas aumentaram a carga horária dos professores e 34% permaneceram com a mesma. Nós estamos gerando mais renda ou mais postos de trabalho.

Muito importante esse número para destacar as fakes news porque, muitas vezes, as batalhas políticas são travadas na base de informações falsas.

Antônio Eugênio Cunha: Sim. Em cima disso, eu passo a bola à Amábil.

Amábil Pácios: Pois é, temos a 2/2015 e a 2/2019, e a 2/2019 foi suspensa por dois anos. Agora existe uma grande força querendo revogar e voltar à 2/2015, o que seria um retrocesso para nós, a meu ver. Então, nós estamos participando de um grupo de trabalho no Ministério da Educação (MEC), comandado pela professora Isolda, e, evidentemente, tem Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), o próprio Fórum Nacional etc. No CNE, eu sou a presidente e o Curi é o relator. Nós estamos ouvindo a comunidade novamente, temos uma conselheira que fez um estudo muito

interessante sobre as duas Resoluções (a 2/2015 comparada com a 2/2019) e estamos trabalhando nessa questão para poder oferecer às IES, aos alunos, aos professores, ao MEC, uma oportunidade de melhoria à questão da formação do professor, atender à formação continuada do professor e poder, realmente, ter uma coisa mais concreta e com mais segurança.

Excelente. É uma pena não termos todo o tempo do mundo para dar continuidade a um debate tão importante. Então, já na linha do encerramento, eu quero perguntar a vocês como nós podemos aumentar a integração da educação básica com educação superior? Parecem ser dois mundos distintos quando, na verdade, eles se inter-relacionam de várias formas: formação docente, Enem, deficiências que o ensino superior recebe de alunos mal formados pela educação básica. Então, na opinião de vocês, como podemos fazer uma integração maior entre esses “dois mundos” da educação básica e superior?

Antônio Eugênio Cunha: Veja bem, nós passamos muito tempo sem esses dois setores, até porque também existe um engessamento do MEC de como montamos o curso de licenciatura. Existe uma matriz curricular e, se você estiver fora dela, você já não consegue a aprovação. Então, a primeira coisa é obedecer aquela matriz rígida, depois ser bastante criativo (a) para ver quais são os novos caminhos que você pode adotar para formar um bom profissional da educação. O Brasil tem passado por uma temporada muito ruim, como a crise entre 2014 até 2018, onde as empresas particulares e o Estado precisaram continuar a exercer o seu serviço de formação de pessoas, e quando, em 2019,

começamos a querer sair da crise, em 2020 tivemos a pandemia. Então, parece que o Brasil fica carregando vários momentos que não nos ajudam e, naturalmente, nos levam a pensar em outras coisas. As universidades e faculdades precisaram criar uma barreira de interação de ensino da educação básica e nós também pensamos estar do lado de conflito, oposição, entre uma coisa e outra. Então, o momento de mudarmos tudo isso é agora. Vamos nessa oportunidade integrar o setor a partir do Fórum, dos sindicatos etc. e entender qual é a composição que precisamos levar em favor do Estado, porque a educação pública é de todos, não importa quem faça, se é o setor privado ou o estatal, temos que fazer entender que falamos de Brasil.

Sim, a educação é um bem comum e nós que somos empreendedores educacionais da livre iniciativa temos um papel muito importante. São quase 16 milhões de estudantes, somando os da educação básica com aqueles da educação superior. Nós provemos qualidade, diversidade, inclusão, inovação e é isso que queremos levar para o Brasil, cada vez mais inclusão e qualidade em uma ação integrada, na educação básica e superior.

Amábil Pácios: Eu penso que nós já estivemos em uma situação tão pior que eu já estou bem feliz de estar onde estamos e de continuarmos. Foi necessário que algumas pessoas cruzassem os caminhos para entenderem que somos uma coisa só, e que a educação ocorre ao longo da vida, começa quando somos bem pequenos e termina quando morremos. Então, pensando na educação ao longo da vida, essa integração é a coisa mais importante que existe, por isso estou bem feliz.

Eu quero compartilhar dessa felicidade, o que ouvi no encontro de reitores na Espanha. O que se fala hoje é de uma aprendizagem para toda a vida. Essa barreira de “tempo de formação”, por exemplo, entrou em uma escola e acabou, depois entrou em uma faculdade e acabou, isso desapareceu, as barreiras acabaram. E eu acredito que esse “abraço” que a educação básica e superior se dão é o futuro real para o país. Fico muito feliz, como você, de celebrarmos neste CBESP uma integração cada vez maior da Fenep com as instituições de educação superior, com o Fórum. Obrigado e sucesso na batalha, e quero dizer que o Fórum se posicionou claramente contra a revogação do Novo Ensino Médio, a favor das melhorias e isso, inclusive, foi alvo de um manifesto do Fórum que, quem quiser, pode acessar pelo site do próprio Fórum.

Ficha técnica:

- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 9

Especial CBESP | Bate-papo com o Inep

29/06/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-presidente
da ABMES



**Ulysses
Teixeira**

Diretor de Avaliação
da Educação
Superior do Inep



**Iara de
Xavier**

Diretora-Executiva
da EDUX21



**Ester
Macedo**

Assessora do Inep

Episódio 9

Especial CBESP | Bate-papo com o Inep

29/06/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Ulysses Teixeira – Diretor de Avaliação da Educação Superior

Iara de Xavier – Diretora-Executiva da EDUX21

Ester Macedo – Assessora do Inep

Este episódio foi gravado durante a 15ª edição do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), principal congresso da educação superior brasileira.

Neste episódio falamos um pouco sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Inep, algumas atualizações desde as últimas reuniões e as perspectivas para os próximos anos.

Eu, Celso Niskier, vou conduzir essa conversa com muita alegria. Eu quero começar, Ulysses, lembrando que em abril deste ano você esteve lá na ABMES e apresentou diversas perspectivas de ações do Inep, e eu quero te perguntar se já temos algum avanço e como estão os processos e políticas de avaliação da educação superior.

Ulysses Teixeira: Levantamos vários temas de interesse e algumas iniciativas que

estavam planejadas. Temos feito, a partir daquela iniciativa, por exemplo, da cesta de indicadores, fizemos aquele levantamento de quais dados o Inep já coleta, o que tem no Censo da Educação Superior, o que tem no Enade, tanto na prova como no questionário do estudante, o que tem nos instrumentos de avaliação *in loco* e quais indicadores a mais poderíamos passar a divulgar para conseguir trazer um retrato mais detalhado da atuação dos diferentes cursos e instituições de educação superior no Brasil. Esse trabalho tem sido feito. Temos discutido, primeiramente, no âmbito da Conaes. Levamos os resultados porque são muitos dados. Discutimos, decidimos que alguns são mais estratégicos, outros são muito parecidos e não precisamos dos dois, algo assim, e com isso fechamos uma cesta e começamos a divulgar estatísticas mais diversificadas.

Além disso, avançamos um pouco no

planejamento daqueles encontros regionais que havíamos prometido. Já estamos com um programa interno bem definido sobre o que abordaremos e já entramos em contato com a Universidade Federal do Pará. Faremos o primeiro encontro em Belém, data ainda a ser definida, e, em sequência, anunciaremos encontros em outras regiões do país. A ideia que temos é conhecer as instituições de educação superior daquela região. É menos para falar e mais para realmente ouvir. Queremos saber o que elas fazem diferente, como usam os resultados da nossa avaliação, qual o tipo de atuação que possuem e que não está sendo captada pela avaliação, enfim, se elas possuem alguma contribuição, se têm grupos de pesquisa, estudos que podem nos ajudar a aperfeiçoar nossos instrumentos de avaliação. Então, acredito que isso será uma experiência legal também para que ao longo deste ano consigamos trazer.

Por fim, quero lembrá-los que encaminhamos também, desde aquele último encontro, em abril, um convite para as associações, para que esse mapeamento de grupos de iniciativa seja encaminhado pelo Inep para podermos fazer esse filtro e começar a chamar essas pessoas para, de fato, chegar em um ponto mais prático das mudanças.

O prazo vai até o dia 30 de maio. Parabênito o Ulysses pela iniciativa. Lembro que a ABMES organiza o evento ABMES Regional em várias regiões do país, quem sabe poderíamos coincidir com o calendário de vocês, inclusive o próximo será em Belém do Pará. A lara sempre participa, quem sabe podemos aproveitar e

fazer isso em conjunto, já que convocamos cerca de 80-100 instituições que normalmente participam conosco desse evento. Mas, parabéns, é uma boa iniciativa e que bom que as coisas já começaram a andar na sua diretoria no Inep.

lara, você que conhece muito bem esse tema que o Ulysses trouxe, da atualização dos referenciais de qualidade - e relembro a todos que a professora lara de Xavier é uma das artífices criadoras do Sinaes há quase 20 anos, participou da discussão da implantação do Sinaes -; desses quase 20 anos, você considera que o sistema já merece uma revisão?

lara de Xavier: Antes de tudo, parabênito também o professor Ulysses pela brilhante palestra que ele acabou de proferir aqui no nosso evento.

Quero dizer o seguinte: como a primeira coordenadora-geral do Sinaes, eu tive a honra de ter sido indicada para o Inep em 2004, fiquei lá até 2007 implantando o Sinaes, enfim, construindo todo esse arcabouço, tirando do papel a lei e trazendo para as ações e procedimentos dentro do Inep. Eu penso que o Sinaes deu uma contribuição ímpar não só para a avaliação, mas para a educação superior na totalidade. Como foi mencionado, antes do Sinaes, nós não tínhamos uma política de avaliação específica para graduação. O que nós tínhamos era uma política de avaliação do *stricto senso*, implantada e trabalhada pela Capes, mas a avaliação na graduação ainda eram projetos muito pontuais, mais voltados às federais ou para alguma outra natureza. Mas, como um sistema e uma política de Estado, essa foi a primeira experiência no Brasil. Apesar dos

20 anos que nós teremos agora em 2024, eu atribuo como uma política, como o próprio Ulysses comentou, jovem, mas muito robusta e que tem dado uma contribuição muito importante para a educação superior no Brasil.

É evidente que, após toda essa experiência, estamos em um momento importante de repensar e não romper as bases filosóficas, os princípios e tudo o que consta enquanto princípios e diretrizes do sistema, pois me parece que são ainda bem atuais. Na verdade, o que precisamos trabalhar, e essa tem sido a mensagem da equipe do Inep, que está à frente da avaliação e da DAES (Diretoria de Avaliação da Educação Superior), a política pode ser mantida - os princípios, a base filosófica -, porque é muito apropriada, até porque foi pensada em 2003-2004, no primeiro mandato do presidente Lula. Então, existe ainda muita afinidade, mas, na verdade, parece ser agora uma reformulação muito operacional, de como operar esse sistema e trazê-lo para mais próximo à realidade atual. Ulysses, como estamos com a agenda de reformular esse sistema tão poderoso, que é uma referência nacional e internacional?

Ulysses Teixeira: Sim, eu concordo com a sua fala, professora Lara, e eu penso que esses 19 anos do Sinaes é uma oportunidade e precisa ser comemorado pela importância, pela cultura de avaliação criada, pelos resultados que tem trazido, mas é o momento do repensar, do que podemos melhorar e adaptar aquele sistema que foi pensado há algum tempo, mas que já se aplica a uma realidade das instituições de educação superior que é diferente de 2004. Então, todas as

propostas que temos trazido ao debate e as contribuições que colhemos me parece que nenhuma delas exige uma mudança da lei, os princípios são os mesmos, o que significa que dá para fazermos muita coisa que ninguém nos barrará. A dificuldade é só chegar a um consenso, porque nós não queremos “tirar da cartola” uma solução mágica e dizer que a partir de agora vai ser assim, só porque nós queremos mudar. Queremos, de fato, conversar com as instituições, conhecer melhor a diferença que ocorre nos últimos anos e o que cada instituição tem de específico a fim de conseguir, de fato, começar a reconhecer essas missões institucionais e dar o espaço autônomo para as instituições agirem dentro das diretrizes curriculares nacionais, sem que a avaliação engesse o trabalho desenvolvido pelas instituições.

Excelente.

Lara de Xavier: Como contribuição, eu acredito que também foi uma fala do professor Ulysses em outros eventos, e aqui também conosco, é que a autoavaliação não se sobressaiu. É incrível, pois quando nós estávamos trabalhando naquela comissão em 2003, pensando as bases de um novo sistema de avaliação, a autoavaliação chegou como uma grande novidade porque o Enade tem uma inspiração no antigo “provão”, e nós sabemos disso. Mudou alguma lógica com o “provão”, mas ele tem uma aproximação. A avaliação de cursos também já acontecia, não para autorização, mas o reconhecimento já se movia muito nessa lógica, e a avaliação institucional também. Então, naquele momento, o que vinha muito como uma novidade no sistema era exatamente a autoavaliação, e esta veio como uma atividade inerente à

própria instituição a partir da constituição das CPAs. Naquela ocasião eu me lembro que havia um debate de como implantar as comissões próprias de avaliação em todas as instituições públicas e privadas. Já fazendo uma análise prospectiva, nós observávamos que isso poderia cair em um espaço burocrático que acabou se confirmando, a autoavaliação assumiu uma característica muito burocrática. Na tentativa de isso não acontecer, recuperando o debate de 2003-2004, pensávamos que a CPA fosse um *locus* de produção de conhecimento sobre avaliação, que a CPA não ficasse exclusivamente se dedicando à elaboração de relatórios de autoavaliação, mas nós chegamos, inclusive, a pensar em uma parceria com a Capes para trazer algumas comissões próprias de avaliação para oferecer mestrados profissionais sobre avaliação e produzir conhecimento. Quer dizer, a elaboração do relatório seria uma dessas atividades e até decorrente desse espaço, então transformar a comissão própria de avaliação em um espaço privilegiado de produção de conhecimento sobre avaliação, incluído bolsa e tentar, junto à Capes, que aqueles espaços que tivessem maior aderência com *stricto sensu* pudessem, inclusive, ofertar mestrados profissionais sobre avaliação.

Inclusive, existe um mestrado profissional de avaliação no Rio de Janeiro, da Fundação Cesgranrio, inclusive associada da ABMES, excelente, nessa linha de produção de conhecimento.

Iara de Xavier: Sim. Isso tiraria da CPA essa característica de burocrática. Nesses três anos que estivemos lá, pensamos e constatamos que teremos que colocar a produção do conhecimento na CPA porque, senão,

os próprios professores perderão o encantamento; a própria sociedade, os alunos, porque fica uma atividade muito mais trivial, não que não seja importante, mas muito mais trivial, e o que leva o professor a ter essa garra e paixão pela avaliação é a produção do conhecimento. Então, se nós pudessemos, não sei se todos, mas CPAs referenciadas com espaço de construção de conhecimento sobre avaliação, eu acredito ser um “braço” importante do Inep dentro de cada instituição.

Eu quero pegar um gancho na dica da Iara. Essas visitas regionais que o Inep quer fazer, eu acredito que poderiam estar focadas nas CPAs, talvez eles pudessem ser ouvidas nessas visitas e essa ideia é excelente. Que tal, Ulysses?

Ulysses Teixeira: É o ponto principal do nosso interesse, Celso. Eu não conhecia essa proposta do início do Sinaes, de um mestrado profissional em avaliação para formar as equipes. Eu considerei fenomenal e é uma ideia que pode ser retomada.

Iara de Xavier: Você vai trazer doutor e mestre ao contexto das CPAs e com isso você vai ter, na verdade, em minha opinião, um “braço” do Inep nessas instituições, principalmente nas universidades públicas e privadas, e nos centros universitários.

Ulysses Teixeira: Eu acredito que é algo que estamos precisando. Estamos realizando avaliações. Você contextualizar a criação do Sinaes como um sistema que trouxe esses elementos que já existiam em outras iniciativas pontuais de tentativa de avaliação da educação superior, mas agora como parte de um conjunto, somada

à atuação das CPAs com a autoavaliação e, de fato, essa sensação que é comum do nosso lado também, de que as atividades das CPAs têm ficado muito burocráticas. Um documento PDF de 400 páginas, anexo no e-MEC em um dia certo do ano, que está sendo pouco utilizado. Então, queremos realmente conversar mais com as CPAs, conhecer iniciativas de autoavaliação para perceber e identificar que tipo de dados podemos coletar para subsidiar melhor as nossas decisões, e que eles passem a ser divulgados, inclusive com os resultados do Inep.

Iara de Xavier: E evitar a padronização. Eu penso que hoje a palavra que marca muito, além da convergência, é a não padronização, porque cada CPA possui a sua lógica e sistemática vinculadas à missão e aos valores institucionais. Desse modo, é pensar a CPA naquele contexto regional e institucional com, evidentemente, um protocolo de trabalho, mas que ela tenha muita liberdade para flexibilizar e transformar esse espaço em produção de conhecimento.

Ulysses Teixeira: Sim. E com a vantagem de que a CPA chega bem mais no detalhe que o Inep consegue chegar, e com uma frequência muito maior. Então, é a chance de obtermos as informações mais detalhadas e atualizadas.

Ester Macedo: É, eu acredito que um ponto também da apresentação que estávamos elaborando daquelas cinco recomendações é a questão de apostar na tomada de risco com responsabilidade. Eu penso que essa característica da burocratização, de fazer só pró-forma, porque aquilo garante

esses critérios, porque está lá na lista e eu consigo um conceito 3, ou o conceito 4, acaba engessando também. Dessa forma, precisamos pensar em todas as esferas de influências que temos, seja do Inep, seja da ABMES, mas seja todos os pontos que temos. Como incentivaremos a sair dessa “caixinha” do confortável é o que vai ser avaliado, é o que garante no credenciamento para como podemos inovar e adaptar para algo que seja relevante para o nosso círculo, comunidade. Então, eu acredito que pensar nessa customização de criatividade, de ajustar e adaptar para as necessidades locais, que são muito particulares.

Sobre isso, eu quero compartilhar que acabamos de ouvir a participação do professor Luiz Cláudio no evento e ele trouxe a experiência de um ranking que considera os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e olha que interessante: a instituição é um objetivo, todas têm que participar da avaliação que conduz ao ranking, e três ela escolhe. Com isso, volta a ideia da cesta de indicadores. Isso fica coerente porque a instituição, se houver, digamos assim, um conjunto de objetivos que precisam ser medidos, alguns que são efetivamente obrigatórios para todas e outros que a instituição define “eu quero ser forte no ensino”, “eu quero ser forte de pesquisa”, “eu sou forte em responsabilidade social”, “eu quero ser forte no impacto na comunidade” etc., fica mais fácil avaliar quando permitimos esse tipo de customização, de personalização da experiência. Eu gosto muito dessa ideia como um modelo de evolução da cesta de indicadores de livre escolha.

Ulysses Teixeira: Passa a ser avaliado naquilo que se propõe a fazer.

Ester Macedo: E eu acredito que temos espaço para isso. Mais do que isso, temos tecnologia para isso e temos essa necessidade. Eu penso que, mais do que nunca, o professor Luiz Cláudio estava falando de Netflix, Spotify etc. Estamos em um momento que permite uma customização da nossa experiência, necessidade, busca de conhecimento que nos permite esse tipo de trabalho. Já não estamos mais naquele modelo que tinha que ser padronizado, igualzinho para todos, porque o “todo mundo” era poucas pessoas, mas, agora, o “todo mundo” é mais amplo e diverso, e conseguimos trabalhar com isso, e isso enriquece a todos.

Eu concordo. E surge uma pergunta que até estava programada: e os recursos tecnológicos à disposição do Inep para realizar essas avaliações? Porque, hoje em dia, eu penso que dá para saber se uma instituição está indo bem ou não com o monitoramento a distância. Muitas vezes, se a instituição preenche determinados formulários... Vamos usar o exemplo do imposto de renda: a pessoa preenche e caso saia lá na curva, cai na malha. Eu acredito que o processo de avaliação com base em visitas *in loco* já ficou para trás, porque saturou. Nada contra que algo seja verificado, mas a instituição preenchendo os requisitos, e estes em uma expectativa estatística, se sair da curva, algo estiver incorreto, faz uma visita. Porém, eu penso que essa ideia da visita como instrumento de coleta de informação já ficou defasada e os modelos preditivos, como análise de dados com estatística, os modelos de

aprendizagem de máquina, já permitem identificar aquelas instituições em maior risco a partir de um conjunto de indicadores verificados por autopreenchimento. Desse modo, eu penso se isso é uma realidade muito maluca para o futuro ou se já é possível pensar, em um futuro próximo, em algo do gênero, dos recursos tecnológicos do Inep, que estão prontos para isso.

Iara de Xavier: Quero corroborar com o que o Celso explicou dizendo que isso, inclusive, diminuiria muito a subjetividade, porque esse é um grande problema que nós sabemos que existe. Há muita subjetividade quando o humano se coloca no processo de avaliação. Então, eu acredito que em todos esses 20 anos, com toda essa série histórica que o Inep já tem, e aqui eu abro outro parênteses... Fui avaliadora durante 10 anos antes de ir ao Inep, penso que até por isso tenha chegado o convite a mim, pois eu avaliava curso e instituição. Sabemos que há um olhar subjetivo no processo de avaliação que não deve ser desprezado e precisa ser considerado, mas, enquanto você, hoje, com todo o recurso tecnológico que está à disposição, que não tínhamos em 2004, você pode não eliminar, mas minimizar essas características. O olhar mesmo em dupla, ou três pessoas avaliando o institucional, muitas vezes essa subjetividade impede que a *selfie* seja tão próxima da realidade, e nós que fomos avaliadores sabemos disso. Também há uma série de pré-conceitos que, muitas vezes, por mais que sejam capacitados, e há capacitação e seleção do Inep, mas é do humano... Então, há sempre um preconceito, algumas influências externas, que muitas vezes podem interferir no processo final da avaliação, ou seja, esse “casamento” da tecnologia com

o próprio humano possibilitará resultados mais objetivos.

Por que essa preocupação da ABMES e do Fórum? Respondendo brevemente como assessora do presidente Celso aqui, porque dessa avaliação depende a vida daquela instituição. Também não é uma avaliação que está só para o mundo da avaliação. A avaliação, segundo a Lei do Sinaes, é a base da regulação. Desse modo, gera um impacto do processo avaliativo no dia a dia da instituição, dos alunos, dos professores e do próprio curso, então isso também precisa ser considerado. Enquanto esse “casamento” da inteligência artificial com tudo que hoje nós temos à disposição e com esse humano podendo trabalhar nessa dualidade, diminuindo e minimizando tanto o tecnológico quanto humano, talvez tenhamos um retrato mais fiel da realidade, partindo da premissa que a realidade é dinâmica e contraditória, além de dialética. Mas, mesmo assim, conseguiremos chegar mais próximos porque, lamentavelmente, o Inep não pode acompanhar de perto todas essas avaliações.

Ulysses Teixeira: Um comentário sobre esses pontos relatados. Iniciando pelos recursos tecnológicos, eu penso que o Inep deu um salto importante com as visitas virtuais, mas não foi um salto tão disruptivo porque, no final das contas, ainda é utilizado o mesmo modelo de avaliação. A modalidade mudou e ajudou, estamos diminuindo, “há luz no fim da fila”. Há, pelo menos, a expectativa de conseguir zerar a fila e isso, inclusive, libera a equipe para pensar em um aperfeiçoamento etc.

Além disso, na parte dos recursos tecnológicos, uma notícia que eu acredito que vocês também ficariam felizes, é que estamos com um projeto para a construção de um novo sistema para toda a fase do fluxo avaliativo, desvinculando do e-MEC. Se vocês têm muita dificuldade com e-MEC, nós temos muito mais. Não há um prazo ainda definido, mas tudo isto está relacionado a outra discussão que tem sido realizada com a Seres e a Conaes, que é repensar o fluxo regulatório e como, de fato, conseguiríamos passar a tratar a avaliação como um processo separado da regulação. Dessa forma, o Inep realiza a avaliação, a Seres precisa de informações para tomar decisões; essas informações vêm de visitas, algumas vezes sim e outras não. Podemos ter essa cesta de indicadores, acompanhado por um monitoramento de risco e, a partir disso, define se em determinado caso precisa e em outro não. Verificar se precisa para todo ato de entrada, enfim, pode ser uma faculdade antiga, pode ser apenas um curso novo, o PPC é analisado a distância, a infraestrutura já foi analisada... Então, eu acredito que é possível racionalizar da melhor forma a aplicação dos instrumentos, e não só da visita, inclusive das provas. Eu comentei que precisamos verificar em que medida o Enade está adequado. Eu não quero acabar com o Enade, eu acredito que é importante ter a prova, mas será que uma prova escrita é a maneira mais inteligente de avaliar os estudantes de cursos superiores de tecnologia, por exemplo? Defendo que isso precisa ser discutido. Qual é a saída? Não sei, por isso que eu preciso da ajuda de vocês.

Ester Macedo: Sim, e eu acredito que comentamos sobre esse ponto também

naquela reunião em abril na ABMES, em que alguém havia perguntado no *chat*: “Mas os novos instrumentos de avaliação não iam sair agora?” e respondemos: “Não, precisamos pensar na totalidade primeiro. Eles estão prontos para sair, mas eles ainda saem nesse modelo”. Se estamos olhando para a floresta e se temos essa janela de oportunidade de repensar qual é o direcionamento que queremos levar, então podemos, em vez de realizar apenas ajustes, podemos pensar em mudanças estruturais mais significativas que não são uma ruptura, mas são mais adequadas à realidade que temos agora, porque o grau de maturidade é outro, tanto do Inep quanto do sistema universitário brasileiro.

Concordo. E eu faço só uma recomendação que, por acaso, fiz recentemente também à secretária Helena. Eu acredito que todo o processo de evolução é bem-vindo nesse momento, mas o princípio que eu considero importante é: “o ótimo é inimigo do bom”. Muitas vezes, na busca de algo melhor, não fazemos nem o mínimo que já poderia significar uma evolução. Então, que vocês possam - é só uma recomendação - trabalhar uma evolução que não precisa ser radical, pode ser em etapas, mas ela já será bem-vinda. Quer dizer, aproveitem esse momento de mudança de novo governo, de vontade da sociedade e do setor privado de ajudar e promovam mudanças paulatinas na direção, obviamente, de uma visão. Penso que, às vezes, esperamos para existir o modelo perfeito, mas tal modelo perfeito nunca acontece e não faz nem aquilo que já é necessário imediatamente. Então, é uma recomendação meio pretensiosa, mas que eu considero importante para quem gere a coisa

pública. Há um momento bom para vocês promoverem mudanças, há um diálogo bom com o setor e há uma expectativa boa da sociedade, que votou por mudanças. Eu reforço que aproveitar esse momento, o qual eu penso não vigora muito além desse ano, já que é o momento inicial de qualquer governo. Aproveitem esse momento, pois é uma oportunidade única que vocês possuem para fazer aquilo que seria, digamos, uma evolução do sistema de avaliação sem romper aquilo que é ótimo.

Quero elogiar o Sinaes, que dura há tanto tempo sem necessidade de mudanças e é a prova do sucesso da Lei. Quero também elogiar a equipe do Inep porque, muitas vezes, participamos de debates com o setor em que o Inep fica na “berlinda” porque demorou, porque teve subjetividade, porque vai para CTA e demora. Mas há uma equipe fantástica e a Lara participou dessa equipe. Eu admiro à distância e precisamos valorizar porque é um patrimônio do Brasil ter montado um sistema de avaliação que não tem muitos iguais no mundo em termos de qualidade e alcance.

Lara de Xavier: Eu quero aproveitar a presença do professor Ulysses e pedir que ele comente brevemente a brilhante exposição que ele realizou no painel do 15º CBESP e que me encantou demasiadamente. Há muito tempo eu não escuto uma fala tão própria, moderna, disruptiva. Então, a liderança para a DAES é a fronteira da razão e da paixão?

Ulysses Teixeira: Recebemos essa encomenda da fala sobre como formar lideranças para as organizações educacionais e foi uma encomenda boa, que causa

incômodo, mas aquele incômodo bom para pensarmos, de fato, como que as nossas ações estão relacionadas a esse aspecto tão importante de atuação das instituições e para o desenvolvimento nacional. A partir disso, começamos a discutir com essa frase, que as pessoas até aprendem pela razão, mas elas se inspiram pela emoção. No âmbito das organizações educacionais, precisamos olhar como está sendo praticado no cotidiano das instituições, em especial nos cursos de licenciatura. Trouxemos dados sobre o que os estudantes de licenciatura pensam e como eles estão se comportando tanto nas avaliações quanto ao longo do curso. Tem alguns pontos de atenção que precisamos “jogar luz” como o recrutamento dos estudantes, a trajetória, se eles estão conseguindo acompanhar o curso, se eles estão acompanhando o curso, conseguindo concluir, se eles estão, de fato, ingressando na profissão, na carreira docente. É evidente que não é só porque ele cursou licenciatura que ele precisa virar professor, mas temos uma demanda para professores e são esses cursos que estão formando os futuros profissionais. Desse modo, acredito que se trata de um olhar fundamental que precisa existir sobre o trabalho que está sendo realizado em cima desses estudantes para mantê-los apaixonados, porque eles mudarão o nosso futuro.

Ester Macedo: O amor é importante, mas não é só amor, é necessário pagar as contas, precisa ter qualificação e qualidade.

E Ester, eu gosto muito dessa imagem. Nós precisamos trabalhar nos três Cs: o cérebro, sendo a razão; o coração, a emoção; mas há um terceiro C, que é a coragem de transformar em ação aquilo que desejamos. Quer dizer, não adianta só pensar e ter emoções, precisamos transformar isso em ação concreta, e eu tenho certeza que vocês, com essa brilhante palestra, possuem todas as condições de colocar a razão a serviço da emoção e, com coragem, promover as transformações que o Inep precisa.

Ficha técnica:

- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 10

Especial CBESP | Como ser um gestor inovador dentro da instituição de ensino?

13/07/2023

CONVIDADOS:



**Débora
Guerra**

Vice-Presidente
da ABMES



**Luiz
Cláudio
Costa**

Reitor do Centro
Universitário IESB



**Daniel
Castanho**

Vice-Presidente
da ABMES

Episódio 10

Especial CBESP | Como ser um gestor inovador dentro da instituição de ensino?

13/07/2023

CONVIDADOS:

Débora Guerra – Vice-Presidente da ABMES

Luiz Cláudio Costa – Reitor do Centro Universitário IESB

Daniel Castanho – Vice-Presidente da ABMES

Este episódio foi gravado durante a 15ª edição do CBESP, principal congresso da educação superior brasileira.

Abordamos sobre a gestão inovadora dentro das instituições de ensino superior.

Luiz Cláudio, para você, qual é a importância da liderança inovadora numa instituição de ensino?

Luiz Cláudio Costa: A liderança inovadora é fundamental, principalmente nos tempos de hoje. No passado, nós pensávamos na universidade como um ser estático e usávamos como referência o conceito de Harvard e USP, por exemplo, mas isso passou, essas instituições são legados. Hoje, com a velocidade do mundo, o desenvolvimento tecnológico e as aspirações dos jovens, é necessário pensarmos não somente na tradição. Então, sem liderança inovadora, as universidades não irão avançar. Nós estamos na quarta geração de

universidades e é fundamental esse olhar inovador que entenda que a projeção para as instituições não é mais para 20 e sim para 3 anos, pois a velocidade do avanço tecnológico está exponencial, e por isso precisamos de gestores inovadores com visão exponencial também.

Daniel Castanho: O que eu digo, muitas vezes, é que nós não ensinamos o que sabemos e sim o que somos. Pensando nisso, no mundo de hoje é indiscutível que todo mundo necessita de adaptabilidade, que não significa buscar ser a pessoa mais rápida, mais forte ou mais inteligente, mas ser aquela que possui grande capacidade de mudança. No mundo em que estamos vivendo, a capacidade de integrarmos e sermos fluidos em relação às mudanças significa ampliar a diversidade, possuir a capacidade de escutar o outro de forma genuína e aprender com ele. Então, se a universidade precisa formar esse tipo

de pessoa, ela precisa ser isso, até para ocorrer a gestão do conhecimento dentro dela. Eu também sempre digo que cargo não entra em reunião, caso contrário, somente os superiores seriam as pessoas que tomariam as decisões, mas a necessidade é de ampliar efetivamente a diversidade. Quando falamos hoje na governança corporativa sobre a diversidade, não é somente para as pessoas diferentes estarem presentes como se fosse uma obrigação das organizações, mas, caso isso não ocorra, o resultado é a perda da capacidade de ser permeável em relação à sociedade, e a universidade que prepara para o passado, aquela que não inova, ela está pecando em relação ao ESG (sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa), pois ela não está desenvolvendo as pessoas, é como se estivesse poluindo, ou seja, ela está “matando” a coisa mais nobre do ser humano que é a capacidade de sonhar, se realizar e ser útil para a sociedade.

O que vocês estão falando é muito interessante porque, quando olhamos para o que está acontecendo hoje, percebemos que tudo ocorre de forma acelerada, mas, quando voltamos para uma instituição de ensino vemos tudo parado: conteúdo, programa, cumprimento de regra, prova... E nos questionamos qual é o significado disso, como despertaremos nos alunos de hoje a inovação, a criatividade e ruptura no sentido de todo dia precisar resolver um problema real e urgente, sendo que a realidade é que ainda estamos focados nas agendas semestrais, semana acadêmica etc., coisas tradicionais. Como podemos “quebrar” isso e colocar essa inovação no nosso cotidiano?

Luiz Cláudio Costa: Toda a minha carreira foi feita em universidade, principalmente federal. Eu comecei entre os anos 1970-1980 a dar aula e digo que durante 30 anos não mudou quase nada. Comecei a ver alguma mudança no final, pois antes as instituições me pediam os melhores estudantes das turmas, mas, no final, já perguntavam qual o estudante que mais fazia trabalho social, por exemplo. Existe um livro muito interessante que uso muito, que é do Peter Diamandis, criador da *Singularity University*, e que diz que o futuro é mais rápido do que pensamos. Então, pensando no que aconteceu nos últimos 10-20 anos, creio que em 5 anos olharemos para 2023 e veremos que éramos “pré-históricos”. Não dá mais para ter a mesma universidade, a mesma gestão. Um conceito que trago muito da arquitetura, mas que eu gosto muito, é o da forma e a função: a forma de você fazer gestão depende da função e a função da universidade nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010 mudou, mas, lamentavelmente, a forma de gestão e avaliação ainda é a mesma. Um exemplo: você quer melhorar o trânsito de uma cidade. Dessa forma, começar a fazer blitz para verificar se todo mundo está com o pneu ou farol bons vai contribuir para a melhoria. Isso é uma melhora residual. Caso queira realmente melhorar, é necessário analisar quais são as outras maneiras de transporte passíveis de investimento. O mundo inteiro está fazendo uma avaliação do passado e não está olhando para o futuro, o que acarretará um custo muito grande e que não induz a uma melhoria da qualidade. Recordo-me de que entrávamos na universidade e os livros utilizados serviam como fonte de conhecimento após a formatura. Hoje, isso acabou, pois o que aprendemos

no primeiro semestre já se transformou. Se nós temos o ChatGPT que responde a qualquer pergunta que fazemos, por qual motivo nós faremos essa pergunta para o estudante?

Daniel Castanho: Pegando o “gancho” sobre a forma e função, a grande questão é: “qual é a proposta de valor da escola?”. Há 20 anos essa proposta era entregar conteúdo, formar pessoas com o desenvolvimento das habilidades específicas para determinada área, mas, hoje, não é mais somente entregar conteúdo, cobrar uma prova para saber se o aluno aprendeu realmente aquilo ou não (prova essa que hoje é muito mais memorização e “decoreba”) e dar um certificado que ateste que, de alguma maneira, ele aprendeu aquilo que foi definido como o que ele precisaria aprender. Dessa forma, na minha opinião, a proposta de valor da escola de hoje, para mim, é a mentoria, é ajudar o aluno a descobrir qual o seu maior potencial. A proposta de valor é desenvolver o autoconhecimento da pessoa para assim desenvolver autoestima, para que ela não tenha medo e seja protagonista da própria história. No modelo que vemos até agora, é somente o professor quem fala e o aluno é passivo, fazendo com que ao chegar no mercado de trabalho ele espere ser demandado. Por isso, para que ele tome a rédea da própria vida e carreira, enxergo necessário que não somente entre em um curso de Administração, Direito ou Engenharia, por exemplo, mas que ele entre na universidade e enxergue um conjunto de competências (sejam elas experiências, *bootcamps*), presenciais ou EAD, mas que ofereçam *cases* para escolher, de forma possibilite o autoconhecimento e a convicção de onde se quer chegar. Quando

nós estávamos formando, o entendimento era da necessidade de estudar uns quatro anos e, talvez, um mestrado, doutorado ou especialização, que nos fizessem terminar os estudos com uns 30 anos, sendo que a expectativa de vida era de 45 anos. Hoje, a expectativa de vida é de 100 anos, então ele nunca vai parar, será algo permeável e fluído entre a universidade, a sociedade e o mercado de trabalho ao ponto de que ele não saiba quando estará estudando, aprendendo, trabalhando ou produzindo, pois será algo muito integrado. Forma e função: se a função é essa, a pergunta que fica é qual a forma de liderança.

Qual é a forma de liderança, quais as habilidades e competências (*soft skills*) de nós, líderes nesse processo, e das pessoas que trabalham nas instituições e que estão ali, dos professores, enfim, quais são as habilidades e competências desse novo lugar, que já deveriam estar acontecendo e como fazer essa forma acontecer integrando o mercado de trabalho, principalmente com as instituições. Precisamos acabar com essa história de que o mercado fala que não entregamos o profissional adequado.

Daniel Castanho: Isso ocorre em todas as áreas. O marketing hoje não é para trazer o aluno para conhecer o mundo, mas trazer o aluno somente no sentido de vender um curso, sendo que ele precisa ser muito mais uma questão de relacionamento e colaborar para que a pessoa descubra o que ela quer fazer da vida.

Luiz Cláudio Costa: Como instituições e como país, nós precisamos fazer algumas reflexões: o Daniel falou algo que eu sempre penso, que é a chamada “grade curricular”,

ou seja, ela te aprisiona. Por outro lado, existem os órgãos profissionais, que exigem o que é necessário fazer para você ter autorização para depois exercer a profissão. Dessa forma, a primeira coisa que o gestor atual precisa fazer é entender essas leis, mas não pode ficar somente nisso, caso contrário, estará fadado ao passado. Dentro do que a legislação permite, eu posso inovar dentro dos 40% permitidos; além disso, é preciso pensar nos cursos que são ofertados. No IESB, por exemplo, eu não estou mais permitindo nenhum curso que não fale de tecnologia, pois isso é algo necessário em todos os cursos, é simplesmente impossível não haver. Eu mesmo fiz um belo projeto com o ChatGPT para mostrar aos professores algo que nós já sabemos, que não há sentido em realizar uma avaliação de memorização no mundo de hoje.

Daniel Castanho: Eu sempre digo que a avaliação existe só por um motivo, que é para que o aluno saiba o que não sabe.

Luiz Cláudio Costa: Além disso, em quais das nossas profissões nós trabalhamos sozinhos? Na educação, no modelo antigo, colaboração era cola, e isso não procede. Colaboração é algo legal quando é feita de forma correta, essa é a metodologia ativa. Eu possuo um neto de sete anos, você acha que ele vai sentar numa sala com 40 pessoas e ficar olhando o professor falar? Não há chance de isso acontecer, por isso o gestor atual e o Brasil possuem esses desafios, e é necessário olhar para o MEC, Inep, os conceitos, o Sinaes, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (que na minha opinião, já deu o que tinha que dar) e inovar. Eu fui reitor da UFV

(Universidade Federal de Viçosa) e não fui treinado para tal. Nós nos treinamos, mas será que isso funciona ou nós já precisamos de treinamento de gestores, falar um pouco mais sobre o público, privado e o que nós queremos para educação, e nesta parte entra o MEC, com o papel de pensar no sentido da coordenação. Enfim, não dá mais para fazer a universidade do passado retornar com sua forma e função. Não se faz mais uma Harvard, USP, UFMG, IFB, UnB. Acabou... Legados importantes são referenciais importantíssimos, mas, daqui para a frente, é outra coisa, é outra gestão.

Em relação aos soft skills desses gestores, o que você acha dessas habilidades e como que provocamos a inovação dentro da instituição, Daniel? É necessário montar uma estrutura, uma equipe separada daquilo que fazemos no dia a dia? Nós implantamos inovação dentro do currículo ou do que queremos fazer do mercado de trabalho? Nós fazemos a inovação com a criação, dessa forma, seremos uma Netflix da educação? É isso que é inovação? O que precisamos fazer para realmente sair desse lugar do passado e ir para esse futuro que já é hoje?

Daniel Castanho: Existe uma “regrinha” que define o que é uma inovação do seu *core business* (do que você faz), que pode ser uma inovação mais marginal ou uma mais disruptiva. Outro dia, inclusive mencionando o *Singularity*, foi dito que se a inovação é no mesmo produto para o mesmo cliente, ela é uma inovação do seu *core*; se ela é um novo produto para o mesmo cliente ou o mesmo produto para um novo cliente, essa é a inovação marginal, mas quando é um novo produto para um novo cliente, é a inovação disruptiva. Sendo

assim, você deve gastar 70% dos seus recursos na primeira, 20% na segunda e 10% na terceira. Contudo, a questão da governança da inovação não basta só você possuir um *mindset*, é necessária uma cultura dentro da empresa. Eu digo que o braço direito e esquerdo do CEO (ou do reitor) era o “cara do core” e o “cara do financeiro”, que no nosso caso seria o acadêmico e o financeiro, mas hoje não é mais. Hoje é a pessoa da transformação digital, é aquela responsável pela gestão de pessoas, pois a transformação digital não tem a ver com tecnologia, mas com a mudança de *mindset*. Essa é a grande *disrupção* que precisamos, efetivamente. Por isso, hoje o perfil do gestor, quando comparado com aquele da década de 1980, o CEO geralmente era a pessoa que veio do financeiro; na década de 1990 era aquela do marketing, do comercial; no ano 2000 a pessoa da produção, e hoje é o gestor de pessoas. A universidade dispõe de algo mais específico, pois é composta do presidente, reitor, vice-presidente, os vice-reitor, diretor, mas, teoricamente, “no chão desta fábrica” estão os PhDs, os mestres. Isso é incrível: o capital intelectual é quase como se fosse uma pirâmide invertida. Pessoas extraordinárias estão lá porque elas dão aula. Então, o grande desafio é como trazer essas pessoas para inovar. Um exemplo muito específico: nós fizemos um desenho no qual a diretoria-executiva pensa todos os desafios da empresa de 0 a 24 meses e o Conselho de Administração pensa de 24 meses até 5 anos, dessa forma as responsabilidades são divididas. Hoje, o financeiro pensa em formas de desconto e financiamento, enquanto eu fico pensando em novos modelos de negócio para a universidade. Como estarão integrados os

cases para resolução de problemas reais da sociedade, qual o valor financeiro disso etc. Outro exemplo é a criação da *Ânima Ventures*, que são ideias que surgem e fizemos algo muito interessante que foi perguntar a todos os líderes e depois a todas as pessoas sobre ideias a fim de promover. Fizemos votações e estamos investindo em três delas, três *startups*, estimulando o empreendedorismo. Além disso, todas as pessoas que trabalham conosco e acreditam podem investir juntos naquela nova startup. É esse tipo de coisa que estamos fazendo que eu considero muito legal.

Luiz Cláudio Costa: Essa é uma visão clara. Hoje, a nossa educação infelizmente ainda é baseada na revolução industrial, que foi um avanço e promoveu a extinção e criação de trabalhos, mas havia tempo para nos adaptarmos, por isso as universidades podiam continuar no seu mesmo passo. Diferente de hoje, que as coisas estão acontecendo rapidamente. Eu fui à Índia, convidado pelo G20, para falar sobre transformação digital e o que coloquei lá para eles (o mandato da China acaba em setembro e o Brasil assume em dezembro, então é legal contribuirmos) foi que não havíamos mais tempo por duas razões: primeiramente, porque vai surgir uma “geração de excluídos” se não formos ágeis. Pensando na bandeira social do Brasil, 40% das escolas públicas não possuem computador. Além disso, a preocupação atual não é mais fornecer um tablet ou computador, mas fazer os estudantes utilizá-los de forma correta. Mas não dispomos de mais tempo para adaptar devido à rapidez que as coisas estão acontecendo, por isso, é preciso que essas adaptações

ocorram rapidamente nas escolas públicas e universidades. Ao mesmo tempo que preciso pensar no fluxo de caixa, é necessário fazer a projeção e entender que o nosso negócio não é ter essa universidade baseada em modelos antigos. Reforço que o Brasil possui muitos gestores inovadores, de médias, grandes e pequenas empresas, e eu possuo uma visão clara do que penso que vai acontecer. Por isso, a rapidez se faz tão necessária. No IESB, um dos primeiros cursos que criei foi o de Ciência de Dados e Inteligência Artificial, e foi o primeiro do Brasil. O *mindset* do brasileiro ainda são cursos como Medicina, Direito, Administração, mas os jovens já estão entendendo que não é mais possível não falar em inteligência artificial. Além deste, é possível citar o curso de Gestor de Rede Social, por exemplo, que precisa entender de estatística e marketing para atrair o público. Enfim, existem muitas coisas para fazermos e repito: o futuro é mais rápido do que pensamos. Temos que fazer com agilidade, pensando agora no futuro e trabalharmos em conjunto. A ABMES tem um trabalho grande para buscar mudar um pouquinho a legislação brasileira para que ela permita a criação.

Eu tenho instituições no interior do Brasil, em cidades pequenas, e o que eu falo muito com os meus gestores é que a instituição precisa ser um meio, de forma que as pessoas possam olhar para aquele local e co criarem, fazer um *coworking*, juntar pessoas que não necessariamente sejam profissionais regulados com diplomas, mas que possuem ideias ou que já fazem um trabalho na comunidade, com os alunos e professores, a fim de aplicar essas ideias nos mais diferentes segmentos. Na minha

opinião, a disrupção ou a inovação serve também para olharmos para aquilo que realmente precisamos fazer e o que a sociedade precisa.

Luiz Cláudio, você foi secretário-executivo, estava dentro do Ministério da Educação (MEC), dessa forma pergunto como podemos trabalhar com o governo pensando em política pública real como premissa para a educação brasileira mudar?

Luiz Cláudio Costa: Eu queria muito a independência do MEC. Independentemente de quem esteja lá, a gestão é muito difícil. Estamos vendo o Camilo Santana fazer um belo trabalho, com uma equipe muito boa, mas ainda assim é complexo, a máquina é pesada. É necessário mudar e isso demanda tempo, não dá para pensar somente em 4 anos, não é um programa, precisa ser algo estruturante. Eu possuo a convicção de que nós não avançaremos mais do que já avançamos com o Sinaes, que foi fundamental e mostrou os parâmetros, mas não dá mais para alguém chegar para avaliar uma instituição e questionar sobre a existência de professor-tutor ou se determinada disciplina está no currículo do estudante. Essa auditoria precisa ser feita, mas não pode ser limitada a somente isso. Dessa forma, acredito que precisamos propor algo rapidamente, uma avaliação além do Sinaes. Sabemos que mexer em lei é sempre complexo, mas o Brasil precisa decidir se irá avançar ou permanecer desta forma, pois já estamos maduros o suficiente e entendemos os desafios futuros, a exemplo dos jovens de 17-18 anos que enfrentarão o problema da sede. Existem 22 milhões de pessoas que possuem ensino médio e sem ensino superior, problema que não será resolvido com salas

de 50 pessoas, mas com educação de qualidade. Por exemplo, fomos a primeira instituição a fazer um curso de metaverso dentro do metaverso. Eu estou colocando o metaverso para todos os nossos estudantes de graduação, EAD e presencial.

Eu participo de reuniões imersivas fabulosas com colegas de outras universidades. O jovem quer isso, por isso creio que precisamos olhar para a nossa regulação. Em termos de MEC, esse avanço se dará por uma coordenação, além do Conselho, da ABMES e de outros órgãos. Isoladamente, nas nossas instituições, vamos fazendo cada um na sua escala, mas um projeto nacional é necessário.

Daniel Castanho: O que sempre tivemos foram políticas de governo e nós precisamos de política de Estado em relação à educação. O MEC precisa impulsionar, estar à frente para provocar a transformação das instituições. A sua avaliação não pode ser baseada em critérios desatualizados, e sim pelo investimento em inovação, no quanto a tecnologia está permeável na instituição, na totalidade. Na minha época de estudante, quando não sabíamos o que fazer, escolhíamos Direito ou Administração porque são duas coisas generalistas. Hoje, a nova carreira generalista é a da tecnologia. Sobre a Kodak, a ideia da câmera digital surgiu dentro dela e seguiu adiante, assim como a ideia do *touch screen* surgiu dentro da Motorola, mas foi desacreditada. Por isso, precisamos tomar cuidado, pois muitas ideias surgirão dentro das nossas instituições e precisamos estar abertos a escutar inclusive aquelas que consideramos esdrúxulas naquele momento. No Brasil, existem instituições inovadoras, por

isso o MEC não pode “matar” a inovação que surgirá dentro do setor de educação; a grande transformação desse país pode surgir dentro das instituições de ensino. Dessa forma, digo que se os médicos, hospitais e os pesquisadores da área de saúde foram fundamentais na pandemia, no pós-pandemia a reinvenção da sociedade e das relações humanas irá acontecer dentro da universidade. O MEC precisa entender isso e acredito que essa é uma oportunidade única porque, quando olhamos sociedades desenvolvidas hoje no mundo, elas foram baseadas nas características masculinas, sendo a produtividade, o pragmatismo, a força etc. Nós estamos entrando num momento que as características femininas como o cuidado, criatividade, olhar o outro, todas as características mais humanas são as que devem prevalecer, e o Brasil é um país onde essas características são naturais. Tome como exemplo as comunidades na favela, onde o cuidado ao próximo é incrível. Eu, por outro lado, moro num condomínio que não sei o nome do meu vizinho do lado. Portanto, caso utilizemos este DNA e do outro lado haja capacidade de poder aproveitá-lo e não “matar” essa possibilidade disruptiva natural que o brasileiro possui, creio que podemos ser a grande potência mundial em 20-30 anos.

Falando disso e voltando para o lado da gestão pública, discute-se muito sobre qualidade do ensino, mas entendo que o certo é discutir a inovação, as escolas do futuro e o que precisamos realmente fazer para alcançá-la. O que seria essa qualidade, Luiz Cláudio?

Luiz Cláudio Costa: Eu participo do International Advisory Board e do Times Higher Education (THE) e percebo que o Brasil

parou no tempo de qualidade. Só nós estamos falando de qualidade, então essa grande transformação nacional é necessária. Houve o avanço em alguns pontos e não dá para julgar hoje o que foi feito no passado. Contudo, eu não posso ficar com a mesma função se a fala mudou. O que serviu para aquele momento agora não serve mais. Por isso, é preciso avançar, pois caso não façamos, iremos “matar” as inovações, sendo que, às vezes, também é necessário um convencimento interno, me refiro aqui ao governo e às instituições.

Enfim, apesar dos momentos difíceis, nós somos tolerantes, nascemos em um país diverso e amamos essa diversidade. Agora, isso precisa estar na educação e no nosso jovem. Nós podemos decidir não fazer a inovação, mas, caso não a façamos, seremos atropelados. Recordo que quando eu voltei do meu PhD, o livro que eu tinha era fonte de conhecimento. Se eu não emprestasse, ninguém iria saber o que eu sabia, mas isso acabou. Eu precisei educar meus filhos com a Barsa, mas hoje o filho do Elon Musk tem a mesma informação que o filho de qualquer pessoa no mundo, e a educação vai caminhar para isso. Ela precisa ser uma educação que inclui, integra, democratiza, digitaliza e desmonetiza.

Daniel Castanho: Você não é cliente do Magazine Luiza, por exemplo, somente no momento da compra. Da mesma forma, não existe ex-aluno. Por isso, a universidade precisa ser desenhada de uma forma que promova a captação e a retenção do aluno. A indissociabilidade é a palavra-chave.

Luiz Cláudio Costa: A experiência de “ser” é para a vida toda. Não dá para pensar somente em quatro anos.

Daniel Castanho: Tudo permeável e indissociável. O mercado de trabalho, a universidade, a tecnologia, a presencialidade. Repensar completamente o campus, pois ele não será da mesma forma que é hoje. Ele poderá ser um café, uma academia de ginástica, um lugar de encontro, enfim, uma experiência.

Luiz Cláudio Costa: Para complementar o que você falou, quando eu estava no Ministério da Educação uma das coisas que os reitores mais pediam era biblioteca, mas não faz mais sentido essas bibliotecas grandes hoje em dia. Quem pensasse no futuro ali, já tinha visto outros espaços de experiência. Então, novamente, se muda a função também é necessário mudar a forma. Isso é a inovação na sua essência.

Ficha técnica:

- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 11

Especial CBESP | O papel da educação superior no desenvolvimento sustentável do país

27/07/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



Mauro Pires

Presidente do Instituto
Chico Mendes de
Conservação da
Biodiversidade
(ICMBio)



**Lorena San
Román Johanning**

Professora do Mestrado em
Gestão de Áreas Protegidas na
Amazônia no Instituto Nacional
de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Episódio 11

Especial CBESP | O papel da educação superior no desenvolvimento sustentável do país

27/07/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da ABMES

Mauro Pires – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Lorena San Román Johanning – Professora do Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Este episódio ocorreu durante a 15ª edição do CBESP, o principal congresso da educação superior brasileira.

Abordaremos sobre o apoio e o papel da educação superior no desenvolvimento sustentável do país.

Como a educação superior pode influenciar as políticas públicas e a tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável?

Lorena San Román Johanning: Eu havia comentado mais cedo no evento sobre a preparação para políticas públicas, porque o desenvolvimento sustentável possui duas partes, que são: 1) a intersetorialidade - a forma de prepararmos os estudantes para que eles levem em conta os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais, pois o Brasil é um país multicultural; 2) a ética: um dos problemas mais graves no Brasil e por toda a América

Latina é a corrupção e o populismo. Caso os estudantes se especializem para atuar na área das políticas públicas, que estas tomem a outra parte da sustentabilidade, que é ouvir os empresários, as ONGs, os educadores e as universidades. Acredito que é importante que os estudantes sejam preparados nessas duas maneiras: para que eles façam as políticas públicas ou que façam parte de uma equipe de governo, que seja municipal, estadual ou nacionalmente, onde está executando as políticas públicas para tentar retirar mais pessoas da situação de pobreza, e eu estou convicta de que a educação é a maneira em que muitas pessoas sairão da pobreza e poderão crescer e se desenvolver.

Hoje as instituições de educação superior no Brasil têm obrigatoriedade de inclusão no curso de graduação de 10% da carga horária em atividades de extensão. Mauro, seria essa uma alternativa para envolver

mais os jovens e os professores na causa do desenvolvimento sustentável?

Mauro Pies: Acredito que a extensão é uma das formas mais diretas em que é possível a educação superior engajar os estudantes nas ações de sustentabilidade. Também é importante conceituar o desenvolvimento sustentável. As duas dimensões citadas pela professora Lorena (intersectorialidade e ética) se traduzem em ações concretas, e a educação, especialmente a educação superior, dispõe de um papel decisivo na condução da sustentabilidade, que nada mais é do que aplicar formas de desenvolvimento, crescimento econômico, baseado na conservação e manutenção dos recursos; como diz a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, superar os grandes gargalos que a humanidade enfrenta. Eu defendo que a educação superior, na extensão, pesquisa e no próprio ensino são ambientes onde nós podemos fazer isso muito concretamente. Inclusive, creio que muitas das universidades e centros de pesquisa já fazem. Talvez, o que precisamos seja expandir essas iniciativas promissoras para serem uma prática permanente. Dessa forma, nós iremos concretizar o desenvolvimento sustentável no seu cotidiano.

Já existe, por exemplo, no Conselho Nacional de Educação, uma discussão sobre o que seriam diretrizes curriculares que contemplem a denominada “educação verde”. Eu não sei se ambos concordam com essa ideia de uma educação verde como símbolo de uma educação que prepare o indivíduo e a sociedade para o desenvolvimento sustentável, mas não seria o caso de buscar que as diretrizes curriculares nacionais contemplem

estudos e atividades ligadas à questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável?

Lorena San Román Johanning: A educação verde é muito importante. Eu venho de um país verde. Por volta do ano de 1980, a Costa Rica abriu escolas de ensino médio de mulheres e homens, e o presidente convidou professores da Península Escandinávia. Estes professores eram pesquisadores, arqueólogos e biólogos e, assim, se iniciou a educação verde. Eu acredito que hoje existe educação verde além da medida porque nós decidimos, como país, há 10, 15 anos, que não queríamos explorar nem petróleo e nem o gás que temos, mas compartilho um acontecimento: eu me lembro quando começaram a desmatar a parte norte da Costa Rica, porque há madeiras muito bonitas e com isso começaram a chegar os turistas. Lembro também de um fazendeiro com gado que logo afirmou: “Olha, é melhor não ter gado, porque eu tenho uma floresta e quando você vende um gado está finito, mas se possui a floresta, virão ver os pássaros e então terão mais dinheiro, por muito tempo”. Desse modo, a partir dessa educação verde, de certa forma, fazendo coisas desde o ensino aos mais novos até a educação superior, está associada a esse lado, dependente da parte econômica. Todos os nossos países têm pobreza, e se as pessoas se envolvem com essa educação e o dinheiro, então se inicia o maior cuidado com a floresta, a água. Realmente, se não existem florestas, não existe água, e o Brasil é um país extenso e eu não ouço tanto falar que esse país não possui água. No ano passado tiveram que solucionar no norte do México que está vivendo uma grande seca, não possuem água, mas não

há uma cultura nas universidades de que “se não existem florestas, não existe água”.

É muito interessante ver como uma sociedade se constrói a partir da ideia da educação verde, a exemplo da Costa Rica, que realmente é um modelo admirável. Uma nação que decide, por exemplo, não explorar o petróleo como um projeto de sociedade, acredito que isso traz muitas lições, inclusive para fatos recentes da nossa história no Brasil. Mauro, uma hipótese exagerada: você acha que existe correlação entre um povo mais ignorante no sentido de falta de educação e menos cuidados com o desenvolvimento econômico? É possível correlacionar a pobreza com baixos índices de sustentabilidade ou não é necessariamente assim?

Mauro Pies: Eu acredito que não é necessariamente assim. Existem países com o PIB relativamente pequeno, países com uma população relativamente pobre, mas com um desenvolvimento mais equilibrado e justo. Isso é baseado em políticas estruturantes, que levam a melhorar as condições de cada país. Neste sentido, faço uma correlação com a pergunta que você me fez: é importante existir nos parâmetros curriculares o engajamento de disciplinas, experiências e iniciativas voltadas para a sustentabilidade, ou seja, que mostrem como o meio ambiente, a natureza e os recursos naturais podem ser extremamente úteis para o desenvolvimento de um país, mas que isso não significa exploração para dizimar aquele recurso? Essa é a lógica do desenvolvimento sustentável. A mudança dessa lógica se concretiza efetivamente no ensino superior. Na educação de modo geral é importante, mas é na educação superior que formamos profissionais.

Portanto, é nessa fase que deve ocorrer essa mudança de paradigma? As universidades e os centros de pesquisa possuem um papel essencial de transformar a forma com que lidamos com os recursos naturais, e isso pode acontecer em qualquer atividade econômica ou comum. O que precisamos é de executar tal tarefa considerando a importância de deixarmos para as futuras gerações os mesmos recursos que tivemos na nossa.

Assim como você, acredito muito que a educação superior pode fazer esse papel, formando um indivíduo com essa consciência, mas eu dou um passo atrás e pergunto se isso não começaria com o ganho dessa consciência pelos próprios professores. Pergunto à professora Lorena, por exemplo, que é a professora de um mestrado na área ambiental: a formação de professores não precede a criação de uma cultura universitária que favoreça essa mentalidade?

Lorena San Román Johanning: Sim. Em primeiro lugar, ao concluirmos o programa de capacitação em mestrado em Áreas Protegidas na Amazônia, nosso objetivo principal era capacitar os professores que não possuíam formação nas áreas de Biologia e Biodiversidade - isso incluía profissionais de diversas áreas, como economistas, advogados e muitos outros. E o que acontecia no mundo? Muitos não sabiam o que era desenvolvimento sustentável. Muitos professores, embora familiarizados com a palavra “sustentabilidade”, não sabiam do conteúdo real.

Além disso, os jovens nascidos depois de 1972 acreditavam que o desenvolvimento

sustentável sempre existiu, mas não. Antigamente, apenas falávamos de ecologia e desenvolvimento. Em resumo, é necessário capacitarmos os professores, e atualmente recomendo que cada profissão deveria ter, a princípio, um curso introdutório. Eu poderia dizer a qualquer momento a vocês, como Associação, capacitar a questão e logo, dar toda a informação. Eu segui de 1972 até hoje e detenho bastante informação que, nesta altura da minha vida, é de vocês.

Eu aceito a oferta, gostaria muito de receber isso, até porque o nosso papel ao orientar as mais de 300 instituições associadas à ABMES é exatamente o de ensinar o caminho, porque existe a conscientização do gestor para a importância da introdução do conceito nas universidades, mas existe também o “como fazer”. Caso você tivesse que dar uma dica para um gestor de instituição de educação superior que está nos ouvindo, como ele pode começar a implantar essa cultura na sua instituição?

Lorena San Román Johanning: Essa pergunta foi importante porque neste magistrado cometemos uma loucura: primeiro porque foi o primeiro magistrado profissionalizante, então quando começamos a trabalhar, os pesquisadores nos enxergavam como loucos. Nós consideramos que os estudantes precisariam passar três meses pela floresta. Nos primeiros três meses nós, professores, precisaríamos ir à floresta, que não possui internet, telefones celulares e nada, e os estudantes precisaram se comunicar com o garimpeiro, o indígena, precisaram agir para entrarem no cenário, vivenciarem o problema, aprenderam a ser humildes, a conversar com o

indígena de igual para igual, foi o “arregaçar das mangas”, ou seja, precisam aplicar a disciplina, na prática, pensar o que saber da teoria aplicada e, além disso, a governança é muito importante.

Aqui na Associação, acredito que podem desempenhar um papel importante, como permear as políticas públicas. Quando eu estudei na Costa Rica, Turismo Sustentável e Ecológico, o governo implantou uma política pública para desenvolver pequenas e médias empresas, de modo que a classe média se fortalecia e, além disso, durante três anos, empréstimos com taxas de juros baixíssimas foram disponibilizados como um incentivo. Por exemplo, se alguém desejava construir um hotel com 10 quartos, praticamente não pagava juros elevados. Então, eu acredito que isso precisa ser ensinado ao estudante.

Mauro, pegando essa linha de como é possível materializar essa consciência de desenvolvimento sustentável nas instituições de educação superior, eu pergunto: quais são os passos que um dirigente interessado em trabalhar essa cultura na sua instituição deve dar?

Mauro Pies: Essa pergunta é muito importante porque nos permite fazer a seguinte reflexão: cada instituição está inserida numa determinada realidade. Ao dirigente que está preocupado com que ele vai deixar de legado da sua instituição, eu diria que o primeiro passo é olhar para o seu entorno. Como está a situação do esgoto, saneamento... Olhar para a situação nas áreas verdes... Um ponto que creio fazer todo o sentido em nosso debate: as áreas verdes (na pandemia nós vimos isso) são

muito importantes e possuem um papel de saúde física e mental. Sendo assim, eu me pergunto: o que um centro universitário instalado em uma cidade densamente povoada pode fazer para contribuir para a manutenção dessas áreas verdes? O segundo passo, como você já disse, para fazermos essa mudança de mentalidade dos alunos é necessário antes fazermos a mudança de mentalidade dos professores. A formação do professor é essencial. Portanto, onde nós formamos esses professores? Reforço o que a professora Lorena comentou: por que não levar os professores para dentro da própria floresta? Creio que a ABMES, ao trazer essa discussão sobre sustentabilidade, já está dando uma contribuição para todos os seus associados, a fim de que eles levem para dentro da sua instituição essa questão da educação verde, educação cidadã ou da chamada educação ambiental. Sendo assim, o primeiro passo é o engajamento no contexto em que ele existe e o segundo é formar os professores nesta temática da sustentabilidade, mas não é uma formação exclusivamente teórica, mas algo que olhe exatamente para aquela realidade. A vantagem do desenvolvimento sustentável é que ele nos obriga a sair do convencional, a enfrentar as questões da atualidade e econômicas de uma forma mais integrada.

Mauro, você citou algo importante, que inclusive comentei na minha fala lá no Encontro Internacional de Reitores, em Valência, há cerca de duas semanas: um dos papéis mais fundamentais da universidade nessa era de inteligência artificial, em que o conhecimento não fica exclusivamente em uma instituição de ensino, creio que o fundamental para a universi-

dade é a “curadoria do olhar”, saber para onde nós temos que olhar, um papel que cabe à universidade fazer, onde nós temos que buscar a fonte dos problemas e as soluções, a prioridade dos problemas... Eu acredito que a universidade não está atenta a isso, ela continua muito focada em formação de profissionais para o mundo do desenvolvimento econômico, mas não para o mundo do desenvolvimento sustentável. Esse diálogo é muito importante e quero poder continuar trabalhando junto à experiência do Mauro e da professora Lorena para definir formas de levar essa cultura, esse *mindset*, para dentro das universidades, para que elas possam cumprir essa missão de olhar para onde é preciso. Em uma sociedade não é possível não olhar para os mais desassistidos, porque é um olhar natural do ser humano que acolhe. Na ABMES, nós criamos o prêmio de responsabilidade social, que agora é o prêmio de responsabilidade socioambiental. Vou propor a inclusão do termo “sustentável” porque nós vamos buscar identificar e premiar as iniciativas que tenham a ver com essa visão.

Lorena San Román Johanning: Essa ideia do prêmio é interessante e eu sugiro que já que o Brasil é um país diferente, do Norte ao Sul, que por região deem um prêmio, porque um senhor de Florianópolis não possui a mesma visão de sustentabilidade do que um senhor no Centro-Oeste, no Sudoeste, no Norte, no Nordeste. Então, me parece uma ideia relevante para que as pessoas possam dizer: “Que legal, eu vou participar.”.

Para encerrar, eu gostaria de saber se vocês estão otimistas em relação ao futuro de uma humanidade como a nossa

e do sucesso dessa conscientização do desenvolvimento sustentável.

Mauro Pies: Faço menção ao Ariano Suassuna, que dizia que não era pessimista nem otimista, mas um realista esperançoso. Nós temos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). São 17 objetivos, sendo que o primeiro é o combate à fome. São 17 temas, todos eles com metas muito claras a serem alcançadas nos próximos anos. Então, eu diria que aquilo é uma plataforma útil para nós trabalharmos no governo, útil para academia, mas é útil, sobretudo, para aqueles que trabalham com a mudança de mentalidade formando novas pessoas. Essa é uma forma que o ensino superior poderia dar uma grande contribuição, não somente de divulgar, mas, por exemplo, nessa iniciativa do prêmio, por que não focar nesses 17 objetivos e, quem sabe, de ali trazer e divulgar novas experiências?

Lorena San Román Johanning: Eu acredito que vamos caminhando lentamente, mas não paramos, porque começamos com a sustentabilidade em 1972. Mas eu creio que juntos pensaremos com otimismo sobre um problema que temos, que são as mudanças climáticas. Porque ou chove muito ou está seco ou tudo está muito mudado. As pessoas estão assustadas e quando estas percebem a sua segurança afetada há reação. Então, eu penso que primeiro precisamos alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como disse o Mauro. Acredito que as pessoas já sentem medo, logo, sim, vamos atingir as mudanças. Bom, eu quero agradecer o convite e acrescentar que esse país é tão belíssimo, mas é complicadíssimo porque

têm federal, estadual, municipal e, ademais, não entendem o quão multicultural e multi diverso é. É tão grande, e todas essas mudanças são realizadas, como citou Mauro, no coração e no cérebro de cada pessoa, de cada ser humano.

Para vencer os desafios, nós precisamos de cérebro, coração e coragem. É necessário transformar a nossa razão e nossa emoção em ação. Muito obrigado a vocês pela participação.

Ficha técnica:

- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 12

Especial CBESP | Novas lideranças para um Brasil inovador e empreendedor

17/08/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



Janguê Diniz

Presidente do
Instituto Êxito de
Empreendedorismo



**João Pedro
Paes Leme**

Sócio-fundador da Play 9

Episódio 12

Especial CBESP | Novas lideranças para um Brasil inovador e empreendedor

17/08/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da ABMES

Janguê Diniz – Presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo

João Pedro Paes Leme – Sócio-fundador da Play 9

Este episódio ocorreu durante a 15ª edição do CBESP, o principal congresso da educação superior brasileira.

Abordaremos sobre a formação de novas lideranças para um Brasil inovador e empreendedor.

Janguê, como você define o que seria uma liderança inovadora e empreendedora nesse contexto brasileiro atual?

Janguê Diniz: Quando falamos de empreendedorismo, uma das características essenciais do empreendedor de sucesso é a capacidade de liderança. Nenhum grande empreendedor se desenvolve, cresce, prospera e constrói riqueza sem adquirir essa capacidade de liderança, que é essencial. Já dizia Gandhi que se você não possui capacidade de liderar a si, você não governa nem lidera ninguém. Dessa forma, o primeiro passo é você se auto liderar, além de desenvolver outras

habilidades socioemocionais e técnicas. É desenvolver autoconfiança e autoestima, por exemplo, porque quando você confia em si, fica muito mais fácil desenvolver as habilidades técnicas. Outra característica essencial do empreendedor de sucesso é a criatividade, que gera inovação. Criatividade é você ter ideia, mas não somente, pois criatividade sem ação não gera inovação. Na medida em que a capacidade de liderança e criatividade são desenvolvidas surge o empreendedor de maior sucesso, com capacidade de criar coisas que gerem valor não somente para ele. Muitas pessoas pensam que empreendedorismo é só criar empresa, criar CNPJ, quando, na realidade, é atitude, ação, estado de espírito. É transformar pensamentos em ação e sonhos em realidade. Portanto, capacidade de liderança, de criatividade, criatividade com ação que gera a inovação, faz com que realmente o empreendedor possa crescer, prosperar e criar riquezas.

O João Pedro é um empreendedor inovador não só com o sistema digital, mas com grandes influenciadores, como o próprio Felipe Neto, que é um dos sócios da empresa, é um destaque no mundo inteiro. Fale um pouco sobre essa questão da liderança e da imagem: por que muitas pessoas associam hoje o líder a alguém que possua um número grande de seguidores? Isso é realmente necessário? É preciso desse impacto nas redes sociais?

João Pedro Paes Leme: Sobre o ecossistema digital, como nós rimos aqui um pouco sobre essa definição, eu já ri muito ao longo desses quatro anos de Play9 dessa definição. Até escrevi um artigo sobre isso no LinkedIn dizendo que toda vez que eu tentava encontrar uma definição já existente, eu colocava uma vírgula a mais, o que é bom, pois é algo que vai se construindo, um tipo de organismo. Então, há cerca de um ano e meio encontramos a definição de que é um ecossistema digital baseado em conteúdo, que busca a expansão de audiência para marcas e pessoas. Essa definição é importante porque foi acreditando nisso que pedi demissão da Globo no auge da minha carreira, com 20 anos de empresa. Eu já havia trabalhado por quatro anos no Jornal do Brasil, inspirado pelo seu pai, Arnaldo Niskier, que me orientou a fazer faculdade de jornalismo quando eu estava meio perdido. Com uns 17-18 anos, fiz a faculdade e trabalhei no Jornal do Brasil e depois fui para a Globo. Eu fui empreender aos 47 anos e tomei uma decisão baseada na ideia de que as pessoas e as marcas iam se tornar as suas próprias emissoras, elas iriam passar a concorrer com “as Globos”... O professor Janguê, por exemplo, é hoje um influenciador

poderoso nesse nicho de empreendedorismo, com uma visão inspiradora, o que é muito poderoso. Há mais ou menos dois anos, quase no fim da pior fase da pandemia, a University of Southern Indiana (USI), nos Estados Unidos, publicou um artigo que caracterizava quais seriam as novas lideranças influenciadoras do futuro, estavam entre elas os CEOs e os ativistas. Como o empreendedor é uma mistura das duas coisas, porque ele acaba sendo CEO da sua própria jornada empreendedora e ele é um ativista da causa que ele acredita ser a causa de todos, no caso de vocês, é a educação, e no nosso caso essa questão da expansão da fala das pessoas pelo digital. Eu acredito que todos precisarão ser influenciadores, mas não que todos precisarão de um número gigantesco de influência. Creio que haverá claramente uma definição por tamanho, geografia e autoridade, e as pessoas com número de seguidores nas redes sociais próximo a 1 milhão, como o professor Janguê, mas com um viés focado no empreendedorismo, já são muito potentes a ponto de transformar situações que são complexas, pois eles possuem autoridade para falar sobre aquilo, o engajamento tende a ser maior do que alguém que é muito grande. Quando existe alguém imenso como o Felipe Neto, ele tende a ser generalista para falar de muitos termos, se especializar em dois ou três, mas ele precisa de muita força e de só fazer aquilo da vida, o que é o caso dele. Quando alguém possui outras atividades, mas também quer exercer sua influência pelas redes sociais, focar num nicho é muito importante.

Como a Play9 ajuda essas pessoas a potencializar suas marcas e negócios?

João Pedro Paes Leme: Nós possuímos três unidades de negócio: uma que cuida de influenciadores, outra que cuida de marcas e aquela que cuida de produção. Na área de influenciadores, nós não olhamos apenas a imagem da pessoa. Por exemplo, lá nós servimos desde o Galvão Bueno e Fátima Bernardes até o menino que é roteirista do TikTok. Tem o Matheus Costa, que é um sucesso do Instagram e do TikTok, e dezenas de pessoas que surgiram na pandemia, normalmente Geração Z. Eu separo um pouco, assim as gerações pelas plataformas: a Geração Z lançou os TikToks, a Geração Y (*Millennials*), do Felipe Neto, lançou os youtubers e a Geração X e a *Baby Boomer*, que é a nossa, vem da televisão. Cada um vai ter uma análise do que é Play9, de como pode ser esse apoio, seja na confecção e ajuda do conteúdo seja nas estratégias de expansão multiplataforma, pois não adianta você querer aplicar o mesmo discurso no LinkedIn, Instagram e no YouTube.

Janguê Diniz: Essa questão de audiência é muito interessante. Hoje, para você realmente se destacar e vender, tudo depende de audiência. Existe um livro ótimo de um amigo meu do Instituto Êxito, o Samuel Pereira, que o título é “O segredo da audiência”, que retrata bem essa temática. Considero importante diferenciar a relação de audiência com o generalismo, pois é muito difícil você ter muita audiência se você é um especialista. Eu, por exemplo, falo de empreendedorismo, como o educacional e inspiracional para desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas. Então, eu não alcanço um público geral. Por outro lado, o Carlinhos Maia, por exemplo, fala com todo mundo, por isso ele possui 30

milhões de seguidores, algo que dificilmente um especialista como nós vamos conseguir.

João Pedro Paes Leme: Eu faço uma aposta que se você falar de empreendedorismo, você vai obter mais engajamento do que ele, pois você é autoridade no assunto.

Janguê Diniz: Algo muito interessante que precisamos fazer também é uma distinção entre influenciador e pessoas influentes. Por exemplo, eu tenho uma amiga no Recife que é a maior do TikTok, e o que ela faz é dançar, ela é influenciadora, mas o que ela ensina? Por outro lado, uma pessoa como João é um verdadeiro influencer, pois passa conteúdo. Eu, por exemplo, crio conteúdos, tiro eles dos meus livros, possuo 31 livros publicados, desde a época em que eu era juiz, e tiro meus conteúdos deles. São mensagens que estudei, aprendi fazendo e vivendo e quero passar para as pessoas.

João Pedro Paes Leme: Hoje isso possui um valor enorme porque as plataformas também deram determinados tipos de linguagem para que elas sobrevivessem. Então, os seus livros com “pílulas de conhecimento” no TikTok ou no Instagram vão funcionar. Eu acredito que não devemos desprezar o TikTok. Nós realmente precisamos nos cuidar em relação aos perigos, como a questão da dopamina que existe no “autoplay” do TikTok, que é algo agressivo, viciante, mas as suas “pílulas de conhecimento” ou de inspiração, Janguê, têm tudo a ver com o TikTok ou o Kwai.

Janguê, você comentou sobre o papel de ensinar do influenciador. De que maneira esse poder dos influenciadores pode ser

usado em prol da educação? Como essa nova realidade pode influenciar de forma positiva ou negativa?

Janguê Diniz: Eu vivo atrás de conquistar mais audiência com o objetivo primordial de atingir mais pessoas com minha mensagem. Se disponho de um conteúdo para levar para as pessoas, quando eu amplio a minha rede, eu alcanço mais pessoas, pois uma coisa é você ensinar numa sala de aula com 60 pessoas e outra coisa é ensinar para 700 mil ou fazer uma *live* para 2 mil pessoas. Quanto mais audiência, mais pessoas você pode transformar a vida, mais pessoas você pode educar e transmitir uma mensagem.

Um fato que considero interessante é que as pessoas também aprendem por imitação, não só por transmissão de conhecimento, o que muitas vezes passa por baixo do radar dos influenciadores, pois eles são pessoas que causam impacto até pelos atos que muitas vezes não estão conscientes. Será que existe um movimento entre os influenciadores para lidarem, inclusive, com essa questão ética de dar o exemplo correto?

João Pedro Paes Leme: Essa é uma ótima pergunta porque eu creio que aí, sim, o influenciador “gigante” faz diferença. Ele pode criar esse conceito do mimetismo, de um certo desejo da cópia, da emulação do outro, e o que aconteceu nos últimos anos, a exemplo do próprio Felipe Neto. Quando eu o contratei, vindo da Globo, ele era um garoto de 22 anos, já havia o visto pela internet no YouTube e percebi que ele era completamente fora do comum. Como comunicador, ele possui uma capacidade de fala impressionante, é articulado, tanto

é que uma vez eu escrevi quase uma bíblia para ele sobre a razão dele parar de falar palavrão, porque o palavrão é o uso indevido das palavras em vários momentos para pessoas sem a capacidade de se comunicar, e ele é o oposto disso. Ele nasceu para ser um orador, com a capacidade de não gaguejar durante 10 minutos e falar tudo que quer, com começo, meio e fim. Depois, ele foi se transformando. É um leitor voraz, que lê um livro a cada dois dias, às vezes até no mesmo dia, é um defensor da literatura.

Ele entendeu que o seu papel nas cinco redes principais é diferente. Por exemplo, no YouTube é uma pessoa mais divertida, meio palhaço; já no Instagram é algo mais “soft”; no Twitter é mais combativo; no TikTok ele reproduz muita coisa do Instagram, mas de forma mais divertida. Agora também estou o estimulando a entrar no LinkedIn, mas, no fundo, quando você olha, se ele fosse alguém “avesso” à educação, imagina a destruição que poderia ser? A soma dele fica em torno de 90 milhões de seguidores inscritos. Se um cara desses decidisse “destruir” a educação seria muito ruim, mas, pelo contrário, ele criou um instituto contra as *fakes news* e está tentando combater o discurso de mentiras na internet, por exemplo.

Janguê Diniz: Duas questões interessantes foram apontadas. Primeiramente, você falou sobre a imitação e a imitação é modelagem, que é uma chave importantíssima que eu trato, inclusive, no meu livro “O Código Secreto da Riqueza”. A roda já foi inventada, então cabe a nós aperfeiçoá-la. Eu sempre tive muitos modelos na minha vida, desde o meu pai até Antônio

Carbonari, nosso amigo, entre outras pessoas, especialmente do empreendedorismo educacional e grandes empreendedores, como Jorge Paulo Lemann. Modelar é importante, é uma das chaves para você crescer e prosperar, para encurtar caminhos. As pessoas começam a imitar as outras principalmente quando estas possuem muita audiência, mas não existe essa preocupação coletiva de todos os grandes influenciadores e nem existe um órgão regulador. É louvável que o Felipe Neto tenha essa preocupação, mas vemos muitas pessoas com muitos seguidores e audiência sem o cuidado de ensinar. Pelo contrário, ficam falando besteira porque, às vezes, a besteira traz audiência, e o que eles querem é trazer a audiência para poder vender algum produto.

Antigamente os nossos influenciadores naturais eram nossa família e os professores, mas o professor passou por um processo de formação no qual ele é preparado para lidar com o fato de que ele é um exemplo para os estudantes, diferente do influenciador, que não possui nem formação ética para estar nessa posição. Esse é um ponto preocupante para quem sabe no futuro, ocorra uma articulação para estabelecer uma instância ética com relação ao que pode ou não ser compartilhado. É chato falar isso porque tem relação com a liberdade de expressão, mas é necessário.

João Pedro Paes Leme: Acredito que hoje esse assunto precisa ser discutido porque a diferença entre a liberdade de expressão e a possibilidade de arruinar reputações é bem visível. Ninguém vai achar que é censura a obstrução de um discurso de ódio ou de mentiras, e estamos vendo que a

internet sozinha, infelizmente, não possui a capacidade de fazer isso. Eu faço uma comparação bem óbvia: para chegarmos até aqui, civilizadamente, nos últimos 5 mil anos ocorreu um processo duro, difícil, de guerras e conflitos que foram definindo o que é civilidade, que não permite que realizemos determinadas ações contra o próximo, mas na internet parece que isso não existe.

Janguê Diniz: Existem pessoas que, inclusive, adquirem audiência ao falarem mal dos outros.

João Pedro Paes Leme: Inclui-se nesse processo a produção e propagação de *fake news*. Pensando nisso, como podemos conviver com nossa civilidade física e a nossa incivilidade digital? Entendo que somente com a regulação. Apesar de eu ser da área digital, antes de tudo eu sou um democrata, não quero que a democracia seja destruída com um bando de malucos cuspiendo fogo para todo lado, sem um órgão que possa definir. O limite da liberdade de expressão é a lei, e a internet ainda é um território sem lei.

Janguê Diniz: As grandes empresas começaram a publicar coisas e criticar o debate do Congresso porque já existe o Projeto de Lei nº 2630, de 2020 (Lei das Fake News).

A ABMES pretende participar desse debate, além do debate sobre a inteligência artificial. Antes de ontem, na abertura do Congresso, eu revelei que o meu discurso havia sido construído com a ajuda do ChatGPT, o que foi uma polêmica, mas considero importante alertar a população exatamente sobre os benefícios e even-

tuais malefícios das novas tecnologias, pois elas nos surpreendem cada vez mais com o seu potencial. Até eu, que possuo formação com doutorado em inteligência artificial, me surpreendo com o potencial da ferramenta hoje como ela é.

Janguiê Diniz: Uma pergunta para você, que é especialista: será que existe um perigo da inteligência artificial no futuro dominar o ser humano?

Eu não acredito que exista o perigo dela dominar, mas pode acontecer de perdermos o controle sobre ela. Existe um movimento sobre a inteligência artificial, ética, além de uma discussão no Congresso Nacional para definir quais são os limites e como regular o uso das ferramentas. A educação hoje se vê frente a um desafio: o aluno faz o vestibular digital com a ajuda do ChatGPT, fora a própria cópia, que já existe há muito tempo.

João Pedro Paes Leme: Acrescento uma resposta parcial à pergunta elaborada pelo Janguiê. Estávamos conversando sobre os limites do digital e eu caracterizo que existem três faixas (o espectro físico, digital e o virtual), mas só olhamos duas: a faixa presencial física, e, para mim, a inteligência artificial, que está no virtual, porque é uma coisa virtual que depois se manifesta e vai pelo digital. Então, é mais grave ainda, é por que nós não regulamos o digital e o virtual? O virtual é um robô que está programando aquele negócio todo, que não é nem o digital. O digital é a “dancinha” de alguém, em algum momento eles são físicos.

Janguiê Diniz: Não há mais controles.

João Pedro Paes Leme: Nós seremos obsoletos.

Janguiê Diniz: Seremos até escravos. Lembrei daquele filme, “O Robô”.

E eu pedi ao ChatGPT para fazer um discurso de saudação aos estudantes que ingressam na UniCarioca, do ponto de vista de um reitor, e dar alguns outros elementos de *prompt*. O Chat preparou um texto que eu poderia ter escrito. Em seguida, eu utilizei outra ferramenta, solicitando para inserir a minha imagem e voz, discursando o texto pronto, e apareceu o reitor Celso Niskier saudando os alunos.

João Pedro Paes Leme: Não era nem o reitor, nem o texto do reitor.

Janguiê Diniz: Eu tenho uma empresa de tecnologia que está criando um *white label* do GPT e lá estamos inserindo todos os meus livros e criando um avatar.

Eu estou fazendo o mesmo.

Janguiê Diniz: Ou seja, o meu avatar dará a palestra sobre o que eu escrevi nos livros e eu vou ficar sentado e só vou responder perguntas.

Apenas rentabilizando.

João Pedro Paes Leme: Ontem, do aeroporto para cá, o motorista começou a conversar e o Marcos Diniz, meu sócio, que estava comigo, disse: “Olha, peguei em Lisboa um carro automático e autômato, aquele da Tesla e, em algum momento, pedi ao cara, para ver se é verdade, tirar a mão do volante e deixar o carro dirigir sozinho no meio de Lisboa e o carro foi dirigindo. Em seguida, eu brinquei com o motorista e disse: “Você, em vez de dirigir, pode

comprar cinco carros, ficar em casa, deixar que os carros circulem pela cidade, sozinho, sem motorista e pronto, é o mesmo'." Entretanto, a inteligência humana é capaz de usar a inteligência artificial, mas eu concordo com o Janguê: o problema vai ser quando a inteligência artificial quiser nos usar.

Será que já não está usando?

Janguê Diniz: Sim e o ser humano vai ficando velho e começa a esquecer o que aprende, já os robôs não esquecem nunca mais.

João Pedro Paes Leme: E eles vão melhorando. O fim do ser humano é a decrepitude. O fim do ChatGPT e das inteligências artificiais não existe.

Ou a eternidade. Outro ângulo de se ver é a verdadeira eternidade, porque nós somos passageiros, mas a inteligência vai ficando. Então, de alguma forma, nós estamos materializando a eternidade na forma de uma inteligência artificial. Você já pode pedir o seguinte: "Faça um programa de computador para regular" e eles fazem. Então, ele já possui a inteligência para isso.

E eu tenho que revelar que eu sou um robô e chegamos ao fim desse episódio. Agradecemos a todos os convidados e quero convidar a todos que continuem sintonizados aqui.

Episódio 13

Especial CBESP | A liderança educacional no Brasil e no mundo

31/08/2023

CONVIDADOS:



**Débora
Guerra**

Vice-Presidente
da ABMES



**Margarida
Mano**

Vice-Reitora da
Universidade Católica
Portuguesa



**Renato
Berkowitz**

Founder e Chairman
do C-Level Group

Episódio 13

Especial CBESP | A liderança educacional no Brasil e no mundo

31/08/2023

CONVIDADOS:

Débora Guerra – Vice-Presidente da ABMES

Margarida Mano – Vice-Reitora da Universidade Católica Portuguesa

Renato Berkowitz – Founder e Chairman do C-Level Group

Este episódio ocorreu durante a 15ª edição do CBESP, o principal congresso da educação superior brasileira.

Abordaremos sobre a liderança internacional. Como é e como deve ser uma boa liderança educacional no Brasil e no mundo?

Eu sou Débora Guerra e vou conduzir esta conversa. A primeira pergunta está direcionada aos dois. Um bom líder educacional é um bom líder em qualquer lugar do mundo? Quais são as principais características, competências e habilidades que uma liderança educacional eficaz deveria ter na experiência e na visão de vocês?

Margarida Mano: É uma pergunta difícil de responder, mas eu penso que ser um líder pode variar de acordo com o contexto e em função deste pode exigir um maior destaque de alguma característica. No entanto, não muda na essência. Um

líder educacional, como foi enfatizado repetidamente hoje, está intrinsecamente ligado à educação. Em termos essenciais, a liderança educacional se resume à ação de transformar as pessoas, especialmente os jovens. Considero que a educação possui uma perspectiva, um tanto diferente de muitos outros setores, enquanto esta transformação pode não ser imediata, os resultados podem não se manifestar de imediato, embora sejam altamente eficazes, mas esse retorno social só se torna evidente mais tarde, porque o desenvolvimento das crianças, dos cidadãos é um processo evolutivo, e, muitas vezes, uma semente que fica pode não produzir resultados imediatos. Temos inúmeros exemplos de gênios e pessoas que, apesar de não terem sido bons alunos, acabaram tendo um impacto significativo no mundo. Muitas vezes, eles recordam um professor que os influenciaram de uma maneira profunda. Portanto, obviamente, quando

se fala de liderança, abordamos aqueles que possuem a responsabilidade de ter ou fazer-criar, em qualquer professor, o melhor professor para poder realizar essa transformação na educação. Tentando responder de uma forma simples, contribuir de forma simplificada, acredito que as características de liderança são, na sua essência, as mesmas. Na esfera educacional, no entanto, há uma particularidade, assim como em outros setores, relacionada ao impacto transformacional que se exerce sobre pessoas e, em última instância, sobre a sociedade, uma vez que o que se pretende é que essas crianças, esses jovens e esses adultos, com a sua transformação, contribuam para o transformar da sociedade. Portanto, pode ser complexo no curto prazo, não é algo que aconteça de um dia para o outro. Como a professora Beatriz mencionou, a liderança educacional deveria ser um político, um acadêmico, um gestor e, apesar da complexidade, sobretudo devido às implicações a médio e longo prazo, não é algo onde se possa fazer um balanço anual, mas não é garantido que esse balanço anual capture adequadamente o valor que está criado, e isso levanta algumas questões adicionais e desafiadoras, mas, em última análise, igualmente importantes, especialmente no contexto da educação.

Maravilhoso. E você, Renato, com a sua experiência de ser um *headhunter* da busca desses líderes?

Renato Berkowitz: A liderança na atualidade percorre um único caminho e independe de se tratar de organizações educacionais, empresas de diferentes segmentos ou empreendedores. Acredito que o líder deve possuir adaptabilidade e gostar do que faz.

Além disso, deve ser capaz de realizar uma análise abrangente da situação, precisa ser um cenário 360. Do contrário, mesmo que tenha o domínio das habilidades de liderança, se a cultura não estiver engajada naquilo que acredita, não será um líder eficaz. Portanto, é necessário saber fazer escolhas, escolher o que faz sentido. Você perguntou qual a principal *soft skill* e, não adianta, a liderança precisa acompanhar a cultura organizacional. A cultura organizacional é um fator impactante, não apenas nos resultados, mas também no engajamento pessoal e da equipe, uma vez que a equipe precisa ter seguidores. O líder deve desempenhar esse papel 360, pois não existe mais a cadeira do chefe, a liderança não é mais *top down*, é o pertencimento de tudo. Portanto, não é uma questão exclusiva na educação; pode ser que, em alguns momentos, a educação pode ser o cenário para esse processo de desenvolvimento. Alguns dizem que líderes nascem prontos, mas também é importante reconhecer que a liderança é um fator de desenvolvimento. Não só as empresas, mas o líder precisa estar preparado. Então, esse é um conjunto de habilidades. Sendo assim, não vejo diferenças, seja no contexto educacional e em outros segmentos. É lógico que é preciso respeitar os ambientes...

Ele precisa estar pronto para todos os desafios, certo?

Renato Berkowitz: Pode ser que a cultura do líder não esteja engajada em tal lugar, mas estará em outro. Dessa forma, essa é a visão que eu coloco sobre o líder. Não é só o líder do futuro, é a liderança atual, que precisa realizar o processo. A inovação está muito envolvida nesse fator, então precisamos construir. Eu acredito que

as empresas não podem parar, precisam saber também avaliar quais são as lideranças mais adeptas ao próprio negócio, pois as culturas oscilam.

Na área da educação, existe a abordagem tradicional, certo? Percebemos que a educação é um setor mais complexo, no sentido de que é mais difícil a mudança, não é mesmo, Renato? Atualmente, esse líder precisa fazer tudo muito rápido, a mudança precisa ser rápida, não é?

Renato Berkowitz: Eu não digo a morosidade, mas sim do ambiente de especialistas no programa de formação. Por exemplo, os indivíduos precisam conquistar o crescimento na carreira, que é chegar a um nível de doutorado. A partir disso, ele passa a ser uma pessoa muito mais acadêmica ou mais científica, do que um executivo. É um movimento que eu, como *headhunter*, há 14 anos, cheguei a atender algumas organizações educacionais e hoje eu vejo a evolução. De fato, passaram a buscar também executivos, passaram a ajudar com os profissionais ou com os executivos de formação um modelo mais adequado.

Permita-me aproveitar esse gancho que você está abordando para fazer uma pergunta. Você mencionou algo que considero extremamente relevante: o mercado de trabalho. Ainda se fala bastante que nós, da educação, não preparamos o profissional para ele. Como você enxerga essa perspectiva de que o mercado e as instituições de ensino estão muito distantes? Os líderes teriam um papel para unir mais isso, ou seja, entender os problemas reais do mercado, aquilo que precisa ser feito e preparar esses profissionais, inclusive

para se tornarem líderes? Não estamos apenas preocupados com os líderes educacionais, mas também com a necessidade de formar líderes para atender às exigências do mercado de trabalho.

Renato Berkowitz: Não quero, necessariamente, fazer uma crítica, mas explanar as experiências do meu dia a dia. Atendemos a empresas, bem como o empreendedor. Eu tive uma geração de ótima formação, com duas graduações, dois MBAs em Berlim e um mestrado fora do país. O que avaliei na minha geração é a prática de professores, não só o professor acadêmico-científico, mas o de mercado, e incentivei a geração atual, que falta esse “mix” de professores. O acadêmico e o científico são importantes, onde detém todo o conhecimento, porém, precisamos elevar os professores que conhecem da prática, que sabem do movimento e crescimento, ou seja, na minha visão, eu acredito que o ensino, principalmente a graduação, precisa ter os professores dos dois mercados, do acadêmico e do negócio. Estamos em uma geração com pessoas de grande potencial, mas isso traz ele para o ambiente de empresa com uma visão totalmente fora do mercado e leva o impacto de não saber nada, mas é lógico, ele estudou. Então, isso se torna um choque, mas começará a aprender. Se tivesse ocorrido o “mix” de professores, isso poderia ter um equilíbrio melhor no programa de formação.

Sabe a teoria, mas não domina a prática.

Renato Berkowitz: Eu penso que não é só a pós-graduação, o MBA. A graduação precisa dessa base de mercado e conhecimento, e compreender o que está acontecendo no mercado.

Excelente. Professora Margarida, quanto à visão das universidades, qual é a sua opinião?

Margarida Mano: Eu concordo com o que o Renato disse, mas acredito que é mais amplo, ou seja, sobretudo no ensino superior. Eu não vejo o ensino superior meramente reativo ao mercado. Se for atrás do mercado, acredito que não possui grande futuro, porque o que o mercado quer hoje, não será o mesmo de daqui a dois, três, cinco anos. Então, está absolutamente sem liderança de setor. Portanto, eu acredito que seja mais complexo porque, de fato, é por isso que referi há pouco a questão da educação, porque a educação precisa ter dois tempos: o rápido e o devagar. E se a escola não for também em um tempo mais espaçado, não desempenhará o seu papel. Quem está à frente da escola, precisa ter essa consciência. Quanto à questão do propósito e da cultura, eu acredito que nós não podemos querer que, ou não seria positivo para a sociedade, que na escola houvesse uma educação no setor, houvesse um só propósito... Há vários propósitos. Eu vejo escolas que podem ter um propósito de formação para o mercado no imediato, escolas que podem ter um propósito mais tradicional, ou mais acadêmico, ou com grande investimento do ponto de vista daquilo que é o desenvolvimento científico na pesquisa, cujos resultados não são imediatos. Por um lado, há várias missões, como a da educação, da pesquisa, do compromisso com a sociedade, da cultura. Portanto, isso faz com que as coisas não sejam simples. Então, caso me digam que o setor precisa estar preparado para o mercado, eu pergunto o que faremos dois ou três anos depois, quando o mercado quiser algo diferente?

As coisas são muito complexas pela velocidade. Nós podemos falar na educação ao longo da vida, mas nós temos hoje a responsabilidade de preparar os jovens na graduação, que serão cidadãos e nos próximos 20-30 anos encontrarão exigências completamente diferentes daquelas que nós tínhamos e precisarão de uma capacidade de adaptação maior.

A Débora falou que a educação é muito lenta, mas eu não compartilho dessa experiência, pois vejo escolas com uma capacidade de adaptação muito grande. Creio que algumas, de fato, muitas vezes olham para fora e não veem o que acontece à sua volta, mas eu acredito que há aqui uma questão muito importante que é a ideia de que um professor pode ser um bom líder e de que os líderes da educação precisam ser professores, algo que eu não concordo. Por outro lado, compreendo que para ser líder na educação é necessário conhecer muito bem o que é o processo educativo, que é esta mistura complexa que faz, muitas vezes, com que eu tenha dificuldade em respostas simples.

Entendo que a educação está formando cidadãos para um futuro que será muito exigente e, portanto, a humildade e a capacidade de se colocar no lugar de quem tem a responsabilidade de conduzir todo o processo é muito importante. Além disso, concordo totalmente que a questão do propósito e da cultura organizacional são absolutamente fundamentais. Acredito que é possível um líder ajudar a mudar essa cultura também, sobretudo com o tempo. Eu já assisti a casos desse tipo muito significativos na educação, por exemplo. Essa mistura, essa dialética tem a ver com

lideranças que não são autocráticas, que são colaborativas e, sobretudo, de pessoas que estão vendo o mundo com a cabeça levantada e com propósito.

Logo, entendo que um líder da educação pode ter essas duas funções. Pode estar numa organização onde o objetivo é responder ao mercado e firmar parcerias com os empreendedores, que são essenciais e fundamentais à própria definição daquilo que é o seu programa, mas também pode haver outras instituições mais acadêmicas. Hoje, por exemplo, nós vemos físicos, licenciatura que há alguns anos praticamente não tinha saída, serem colocados nos setores mais diferenciados, pois eles dispõem de pensamento crítico, uma série de coisas que, provavelmente, quando entraram no primeiro ano da faculdade, não imaginavam que cinco anos depois iriam ter essa oportunidade.

Renato Berkowitz: Darei um exemplo prático: uma empresa me chamou para fazer uma posição de um diretor de jurídico. Ele colocou, na época, que gostaria de ter um perfil de uma pessoa acadêmica, porque teria um conhecimento mais específico sobre o tema. Mas como seria trazer alguém que lideraria a equipe? Foi muito interessante, pois dentro do processo eu coloquei uma professora com mestrado e já estava há quase 10 anos dando aula de MBA e mestrado, uma pessoa brilhante, com boa comunicação, e deu certo. Eu fiz um movimento inverso a pedido do CEO, pois ele queria alguém muito mais com visão, com conhecimento e ética ao invés de um executivo de outra organização. Então isso é possível, mas é preciso de adaptação e não foi fácil para ela, nós tivemos muitas

conversas, porque ela não se via dentro da organização, e sim como professora, mas ela acabou fazendo as duas coisas. O mundo executivo consome mais, mas o conselho que deixei é que ela deveria continuar a fazer os dois movimentos.

Margarida Mano: Se eu enxergasse de outra forma, eu acredito que, por exemplo, quem está à frente na liderança de uma escola, ou de uma educação superior em, por exemplo, em Direito, possui desafios brutais?

Renato Berkowitz: Sim.

Margarida Mano: Porque tecnologicamente é muito fácil ocorrer a substituição daqui a uns tempos...

Renato Berkowitz: A tecnologia não tem mais jeito, professora.

Margarida Mano: Não, não é isso. Quero dizer da ideia do compêndio do legislativo estar substituindo a tecnologia, então o que é verdadeiramente um jurista? O que se pretende verdadeiramente um jurista? Portanto, isto é para dizer que é uma questão de liderança e como é que se responde a uma formação jurídica, e o que é verdadeiramente importante?

O que mudou nos últimos anos e o que, em tese, ensinamos academicamente da mesma forma.

Margarida Mano: Quem ensina vai ter que mudar. Talvez a questão seja a velocidade que as coisas acontecerão, que podem ser muito rápidas ou não tão rápidas.

Explorando este ponto, gostaria de questionar a ambos: quais são os principais desafios enfrentados pelos líderes educacionais no cenário atual do Brasil, professor Renato? Posteriormente, gostaria de saber sua perspectiva em relação a Portugal, ou até pelo mundo, professora Margarida.

Quando se trata de liderança educacional, é notável a tênue linha entre o que precisa ser modificado e o que não mudamos. Há a necessidade de inovação, mas, por vezes, inovamos pouco. No contexto do mercado de trabalho, quais são os principais desafios quando você é contratado para encontrar um líder educacional, e quais são as questões que precisam ser abordadas, especialmente quando não seja da área, pode ser um executivo, quais são os desafios envolvidos?

Renato Berkowitz: Depende muito da organização, da mantenedora, do reitor e do comitê. Eu tive a oportunidade de atender um grupo chamado Grupo Marista, famoso no nosso país, e confesso que, embora eu tenha experiência em trazer líderes adaptados de outras organizações, não foi uma tarefa fácil adaptá-los. Hoje em dia, a liderança requer agilidade, caso contrário, o líder não consegue esperar ninguém. As pessoas precisam seguir a liderança. Quando você atua em um ambiente onde as decisões são ágeis, que podem comprometer, talvez, o crescimento e a expansão, enfrentar essa realidade foi uma grande dificuldade.

Essas habilidades são discutidas inclusive no contexto do setor educacional. Então, depende da empresa que ele vem, não pode ser de qualquer tipo de organização

que isso levará essas lideranças do setor educacional. Caso contrário, existirá um choque cultural e de gestão forte. Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio nesse aspecto. Não estou, necessariamente, destacando as principais habilidades, uma vez que isso pode variar, mas quando você traz outros ambientes, é importante a um líder do setor educacional. Isso não é uma tarefa fácil e eu já vivenciei isso na prática.

Um dos meus principais clientes, o Grupo Marista, incluindo o atendimento à PUC do Paraná, representa um desafio grande. Habilidade é adaptação ao negócio. Um líder precisa ser resiliente ao negócio comum, porque muitas vezes ele vai encontrar um modelo que pode ser uma ruptura de tudo aquilo que ele vem construindo como líder. Mas o líder também deve ser capaz de superar obstáculos culturais e de gestão, o que torna esse desafio ainda mais significativo no contexto brasileiro. No âmbito internacional eu não posso comentar, mas no Brasil não é um movimento muito fácil, entretanto, evoluiu bastante. Eu reforço esse ponto: as organizações educacionais evoluíram bastante com esse “mix” de tantas lideranças acadêmicas que vieram e as lideranças que vieram do mercado e do executivo. Eu considero uma evolução.

Professora, quais são os principais desafios de uma liderança educacional em Portugal?

Margarida Mano: Eu creio que não muda muito. O contexto pode mudar no sentido de que não é muito comum em Portugal ver líderes que não sejam acadêmicos no ensino superior, muitas vezes até a própria regulamentação e enquadramento exigem.

Mas penso que o líder precisa de adaptabilidade e de compreender muito bem o contexto da organização e o contexto externo, porque só assim ele consegue situar o seu propósito. O contexto externo possui muitas incertezas cruciais, muita transformação e, ao mesmo tempo, há aspectos surpreendentes. Na questão da pandemia, por exemplo, antes estávamos numa situação onde a tecnologia estava disponível para ser usada, mas havia uma certa resistência, mas de repente veio a pandemia e seu uso foi necessário. Por isso, é importante saber ler o contexto e adaptar-se considerando sempre o propósito, porque o líder é alguém que conduz as pessoas ou pelo menos inspira e acompanha. Portanto, eu acredito que essa capacidade de leitura daquilo que se passa à volta e o que se passa dentro é fundamental para conseguir inspirar pessoas, dar exemplo e ganhar credibilidade.

Um líder precisa possuir uma maturidade profissional muito relevante, não é mesmo? Além disso, é fundamental ter maturidade profissional e emocional, demonstrando resiliência e adaptabilidade.

Margarida Mano: Eu já observei jovens com uma capacidade notável de compreensão do que se passa. No entanto, eu acredito que, para além do seu histórico familiar e da forma como foi educado, talvez existam características inatas envolvidas. Certamente, eu não sei distinguir o que é inato e o que não é, mas, em última análise, de fato, gostar do que se faz é fundamental.

Sem dúvida. Tem que ter o “brilho no olho”, não é verdade?

Bem, nós já estamos nos aproximando do final e, desde já, agradeço a ambos. Vou fazer a última pergunta a cada um de vocês.

Professores Margarida e Renato, enquanto discutimos o que percebemos e um pouco do presente, gostaria de compreender de vocês quais são as tendências atuais dessa liderança educacional. O que podemos esperar desse líder do futuro? Quais tendências vocês acreditam que estarão presentes na liderança educacional do futuro?

Renato Berkowitz: A sustentabilidade, a transformação digital e a prática de governança são tendências cruciais. As lideranças não vão mais evoluir ou manter-se em posições onde não existam o que chamamos de Sustentabilidade e Governança (SG). O comprometimento com esses princípios é essencial, bem como entender que não se aplica apenas às empresas, mas também às organizações educacionais. Portanto, na minha visão, essas tendências são extremamente relevantes.

Maravilhoso. E logo estará no mercado de trabalho, não é mesmo?

Renato Berkowitz: Isso já ocorre atualmente. A implementação de práticas de governança veio mudar um pouco a concepção das lideranças, caso contrário elas não conseguem engajar novos líderes. Cada uma busca o caminho que faz o melhor sentido. As empresas e algumas organizações educacionais já se adaptam a essa realidade. Isso já ocorre.

E aí a empresa nem cresce, não é? A instituição não cresce, a empresa não cresce, perde-se um pouco o propósito.

E a senhora, professora Margarida?

Margarida Mano: Eu diria que essa demanda não é apenas imposta pelo mercado, mas pela sociedade como um todo. É um requisito mais amplo do que o mercado imediato, estou completamente de acordo com isso. A questão da sustentabilidade é essencial, e acredito que não faz sentido nos expressarmos muito diferente a respeito disso. Eu penso que não ter em conta os 5 Ps da Agenda 2030, que abordam os tradicionais pilares planeta, pessoas e prosperidade, bem como a inclusão de parcerias e paz, é fundamental. Eu acredito que quem não estiver bem e não se conscientize com o desenvolvimento sustentável em sua abordagem, não conseguirá ser líder no presente e no futuro.

Maravilhoso, excelente. Tenho certeza de que teremos vários *insights* e várias pessoas poderão aplicar o que discutimos em suas instituições de ensino.

Ficha técnica:

- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 14

IA na rotina das instituições de educação superior

14/09/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



**Giovanna
Niskier Saadia**

Autora do livro
“Machine Learning e a
inadimplência no ensino
superior privado”



**Bárbara
Modesto**

Advogada e
pesquisadora em
inteligência artificial
na educação superior

Episódio 14

IA na rotina das instituições de educação superior

14/09/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da ABMES

Giovanna Niskier Saadia – Autora do livro “Machine Learning e a inadimplência no ensino superior privado”

Bárbara Modesto – Advogada e pesquisadora em inteligência artificial na educação superior

Este debate é sobre a influência da Inteligência Artificial na rotina das instituições de educação superior, especialmente na parte administrativa, passando por captação e retenção.

Existe um limite? Se sim, qual é ele? Como essas ferramentas impactam de forma benéfica e quanto elas podem ser prejudiciais?

Bárbara, quais são as principais aplicações baseadas em inteligência artificial que existem hoje para a educação superior, especialmente para as instituições?

Bárbara Modesto: Existem muitas e agora, com a inteligência artificial como um serviço que está sendo oferecido pelas empresas globais de tecnologia, cada dia surgem mais sistemas novos, mas podemos falar em grandes áreas:

sistemas voltados para os alunos, para os professores, para a gestão institucional... Para os alunos podemos falar de sistemas de tutoria inteligente, que estão cada vez melhores com o reconhecimento de fala, biometria, expressões e as questões afetivas, que agora estão sendo incorporadas; sobre os sistemas voltados para o professor, podemos falar em ferramentas que ajudam nas tarefas administrativas, como o reconhecimento de fraudes, reconhecimento de presença, a avaliação dos alunos... Na parte de gestão existem os sistemas que fazem análises de dados e permitem rastrear a permanência, evasão e evolução dos alunos.

Giovanna, recentemente você lançou o livro “Machine Learning e a inadimplência no ensino superior privado”. Machine Learning é uma área da inteligência artificial, certo? Explique para nós esse conceito e

como ele pode ser utilizado na rotina das instituições de ensino superior (IES).

Giovanna Niskier Saadia: *Machine Learning* é um conjunto de algoritmos que, ao treinar a máquina, ele consegue reconhecer padrões e pode oferecer melhores alternativas para a gestão, por exemplo. Um exemplo prático da sua utilização, que todo mundo conhece, é a Amazon, quando ocorre a indicação de produtos que nós podemos gostar. A ferramenta aprende as preferências, os gostos do consumidor, o padrão de consumo e oferece alternativas similares que ele pode gostar. Na educação, nós podemos utilizar essa ferramenta para prever aqueles alunos que possuem um maior risco de se tornarem inadimplentes, com isso as IES conseguem realizar ações preventivas a fim de evitar ou reduzir a inadimplência.

Como a instituição consegue fazer essa identificação?

Giovanna Niskier Saadia: Baseado em dados históricos, em modelos preditivos, nós conseguimos ver qual é o perfil daquele aluno com maior risco de se tornar inadimplente. São observadas as características acadêmicas do aluno (se ele trancou ou reprovou em alguma disciplina), as questões financeiras (se ele está com débito), até mesmo a questão socioeconômica, por exemplo, quantidade de filhos do aluno, a distância entre onde ele mora e a instituição... São muitas variáveis que o modelo considera para definir aquele perfil do aluno com maior risco de se tornar inadimplente e isso, para as instituições, é muito rico, porque ela consegue saber com antecedência o perfil daquele com maior risco de evasão, o que possibilita focar as

ações nesse aluno em vez de fazer ações para todos.

Como essa metodologia é utilizada pela UniCarioca?

Giovanna Niskier Saadia: Nós começamos a aplicá-la nesse semestre. Entendemos qual é o perfil do nosso aluno com risco de se tornar inadimplente e começamos a realizar ações focadas, sejam elas acadêmicas ou financeiras. Acompanhamos esses alunos e já obtivemos resultados excelentes nesse semestre. O percentual de evasão dos alunos de primeiro semestre, que sabemos que são aqueles com maior risco, reduziu em mais de 14% nos cursos presenciais e 17% nos alunos do ensino à distância (EAD), algo bastante significativo para o primeiro período em que começamos a aplicar essas metodologias.

Muito interessante. Creio que por um lado o aluno até se sente mais acolhido pela instituição de ensino superior numa situação como essa, pois, às vezes, ele não consegue encontrar uma saída e a instituição está com um olhar um pouco mais atento a essa situação.

Giovanna Niskier Saadia: Exatamente. Ao aplicar o *Machine Learning*, a vantagem para o aluno é justamente a possibilidade de conhecer melhor o seu perfil e suas necessidades. Dessa forma, nós conseguimos tratar de forma mais individualizada e aí, com certeza, todo mundo sai lucrando, tanto o aluno, com um atendimento mais acolhedor, como a instituição, com a redução dos índices de inadimplência e evasão. É um jogo de ganha-ganha.

Existe também uma preocupação com

relação à aplicação da inteligência artificial. Nós sabemos que a legislação hoje em dia ainda deixa muito a desejar, mas é preciso observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Bárbara, fale conosco sobre isso.

Bárbara Modesto: É isso mesmo, mas os riscos e preocupações eu também enxergo como oportunidades para a atuação das instituições. Quando falamos de dados, há uma preocupação gigante com a proteção, governança e o estabelecimento de algumas regras e diretrizes. O Brasil já possui a Lei de Proteção de Dados e já está em tramitação no Congresso uma regulação para a inteligência artificial genérica na educação. Então, existem alguns parâmetros e precisamos acelerar, principalmente pensando no setor educacional, para dar essa segurança. Além dessa preocupação, é preciso ter em mente que a maioria desses sistemas vêm das organizações globais de tecnologia, por isso eles são treinados com dados desses países, não com dados de países como o Brasil, que sofrem com questões de desigualdade e desenvolvimento. Então, essa é uma grande oportunidade para podermos desenvolver os nossos sistemas e termos a noção total do processo, colaborando assim para a nossa maturidade. Existem muitas questões políticas, raciais e de gênero envolvidas, as quais podem gerar distorções. Dessa forma, precisamos agir para diminuí-las e para que o Brasil seja pioneiro na América do Sul (ou nos países em desenvolvimento) em como adaptar esses sistemas, de fora, no próprio país. Eu vejo a oportunidade de pesquisa, aplicação e de usar esses sistemas para resolver os nossos problemas, olhar para dentro das nossas instituições do Brasil

e entendê-los. Nós podemos enfrentar os problemas básicos com inteligência artificial e concentrar os nossos esforços em outros tipos de situações.

Você tocou num ponto muito interessante: desenvolvimento de sistemas. O Brasil, como você mesma disse, ainda está buscando essa maturidade digital. Pensando nisso, pergunto ao Celso como as instituições podem contribuir para amadurecer e mudar essa realidade.

Celso Niskier: Pela fala da Giovanna e da Bárbara ficou evidente o potencial que a inteligência artificial representa, tanto na personalização da experiência do aluno quanto no atendimento e no acolhimento por parte das instituições. O retorno é óbvio para mim: com essas ferramentas de modelo preditivo e essa redução de evasão, por exemplo, que já foi experimentada pela UniCarioca, mas que pode ser adotada em todas as instituições, ocorre um ganho financeiro muito grande. Caso uma instituição tenha 10 mil alunos e precise ligar para cada aluno com a mesma mensagem, o resultado será pequeno. Mas se ela liga para um grupo de alunos conforme as necessidades daqueles, o alcance e o resultado serão muito melhores em termos de retenção. Ao percebermos os visíveis ganhos, defendo que essa inteligência artificial deve ser vista não como uma ameaça por parte das instituições, mas como um investimento em ferramentas que tragam retorno financeiro, a exemplo dessas que foram aqui mencionadas. Portanto, o desafio para as IES é, primeiramente, reconhecer a importância da inteligência artificial, depois adotar essas ferramentas nos seus processos de retenção e de aprendizagem e, por último,

garantir a privacidade dos dados dentro das regras da LGPD e dos limites éticos que se pretende estabelecer. A ABMES já está iniciando discussões internas e grupos de estudos para que nós possamos apresentar uma proposta de princípios para o uso da inteligência artificial na educação. Por isso, precisamos começar a formar um consenso sobre qual o melhor caminho para as instituições, mas está claro para mim que, do ponto de vista do mantenedor, investir numa tecnologia como essa traz resultados financeiros que justificam, pagam e retornam o investimento.

Ainda estamos numa fase de amadurecimento digital, inclusive quem está trabalhando nessa área, tanto administrativa quanto quem está na ponta, precisa de uma capacitação rápida porque a inteligência artificial vem num modelo que fica obsoleto muito rápido.

Sobre os limites éticos, como funcionam esses princípios na inteligência artificial?

Celso Niskier: Os princípios são os mesmos da adoção de qualquer tipo de inovação tecnológica. Primeiramente, precisamos preservar a privacidade de todos os envolvidos. Em segundo ponto, nós precisamos garantir que o processo seja feito com uma visão educacional, de forma que sempre valorize o papel do professor no caso da adoção de ferramentas de inteligência artificial dentro da sala de aula, valorize o que é mais importante, o raciocínio crítico do aluno, além da questão da ética no ponto de vista de fraudes e cópias, porque a ferramenta não existe para substituir a inteligência, mas para servir de apoio à inteligência humana, que é a principal inteligência e é o que se desenvolve numa

sala de aula, numa instituição.

Portanto, se nós seguirmos os princípios de valorização da inteligência humana, do papel do professor, dos limites do uso da ferramenta na questão ética (principalmente no que diz respeito às avaliações), na valorização do espírito crítico do aluno, que é o que se deseja no processo educacional, será de muita valia o uso dessas ferramentas. No caso da gestão, o princípio é mais simples, é o que vai dar retorno. Caso esse investimento dê retorno em maior personalização da experiência do aluno, em melhor acolhimento dos alunos e das dificuldades que eles sentem, que nós possamos direcionar nossa ação individualizada para as necessidades de cada estudante, sejam necessidades acadêmicas ou financeiras. Creio que seguiremos os princípios da boa prática na educação, que eu chamo de educação mais inteligente e, certamente, servirá para engrandecer a nossa missão como educadores.

Giovanna, do ponto de vista de capacitação na área administrativa da instituição de ensino superior, diante desse avanço tão rápido que é a tecnologia e essa inteligência, também é necessária preocupação?

Giovanna Niskier Saadia: Com certeza. Nós precisamos capacitar nossos colaboradores para estarem atualizados em relação às ferramentas, ao uso da inteligência artificial. Na UniCarioca nós fomentamos muito isso e, inclusive, estamos lançando uma pós em inteligência artificial, que alguns dos nossos colaboradores estão participando, além de também ser oferecido o mestrado. Acredito que é

importante preparar os colaboradores para essa tendência, para saberem utilizar essa ferramenta e a inteligência artificial, a fim de conseguirem aplicar essas técnicas na instituição.

Bárbara Modesto: O professor Celso e a Giovanna colocaram muito bem os princípios que devemos nos atentar para todas as tecnologias e inovações. Foi muito interessante a fala do professor Celso sobre os pontos que são específicos da educação. Para resumir, os princípios éticos principais seriam a transparência, privacidade, segurança dos dados, justiça, equidade, responsabilidade, e também a possibilidade de explicar como as decisões foram tomadas pelos sistemas, a participação informada dos alunos, colaboradores... Quando falamos em educação, precisamos também chamar atenção para algumas questões éticas específicas: o propósito da aprendizagem, a escolha da pedagogia, o papel da tecnologia em relação ao papel dos professores e o acesso à educação. Todas elas são questões intimamente ligadas à área do ensino e da aprendizagem.

Professor Celso, a ABMES tem algum trabalho de orientação ou consultoria às IES para auxiliá-las nesse processo de adaptar e inovar no quesito inteligência?

Celso Niskier: Nós começamos esse processo de apoio à inovação a partir dos estudos e *e-books* feitos sobre os quadrantes híbridos da aprendizagem. Essa foi uma primeira contribuição importante da ABMES sobre como tratar a adoção de novas tecnologias dentro do ambiente de aprendizagem. Agora, nós queremos

complementar esse debate com orientações também voltadas à gestão das IES, como melhorar a eficiência da gestão a partir de ferramentas como aquela do livro da professora Giovanna Niskier Saadia e dos trabalhos da Bárbara Modesto. A ideia é que ABMES, até o final do ano, realize mais um seminário virtual sobre o tema com dicas, indicações e recomendações para que as instituições possam fazer uso dessa nova tecnologia de forma a melhorar a sua eficiência. Nós estamos falando aqui tanto da sala de aula quanto do ambiente da gestão das organizações educacionais. Tanto uma quanto a outra área de atuação serão consideradas nessas recomendações, eventos, seminários e *e-books* que a ABMES começa a produzir a partir de agora.

Giovanna, quando falamos dessas plataformas digitais e perfis voltados para o aluno, professor ou para a área administrativa, essas plataformas conversam entre si?

Giovanna Niskier Saadia: O ideal é que todas as plataformas se comuniquem até para conseguirmos extrair informações mais reais e as ações possam ser, de fato, efetivas.

Celso e Bárbara, do ponto de vista de legislação, como está essa tramitação no Congresso Nacional? Está ocorrendo alguma evolução?

Celso Niskier: A questão da inteligência artificial, dos princípios e, eventualmente, da regulação do uso da inteligência artificial, é um debate que está acontecendo no mundo inteiro. No Brasil esse debate já está no Congresso Nacional. A ABMES

está participando dessas discussões e vai alimentar os debates com dados e informações pertinentes sobre a realidade do nosso setor de educação superior privado. Nós estamos ativamente participando disso e, certamente, teremos notícias a respeito, mas, antes de tudo, nós precisamos alinhar a nossa visão como associação, e debates como esse visam criar essa sensibilização para podermos extrair a posição dos nossos associados, especialistas e levar essa posição ao Congresso Nacional, nas comissões que estão discutindo a regulamentação da inteligência artificial no Brasil.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema financiamento estudantil tratado aqui.

Indicações do episódio:

- Série: Black Mirror - Episódio 1 da 6ª Temporada intitulado “Joan is awful”
- Livro: “Inteligência artificial”, elaborado por Kai-Fu Lee
- Livro: “Machine Learning e a inadimplência no ensino superior privado”, elaborado por Giovana Niskier Saadia

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 15

Especial CBESP | Políticas públicas que incentivem a inovação: como aplicá-las?

28/09/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



**Lucielle
Laurentino**

Prefeita de
Bezerros - PE



**Átila de
Melo Lira**

Deputado
Federal

Episódio 15

Especial CBESP | Políticas públicas que incentivem a inovação: como aplicá-las?

28/09/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da ABMES
Lucielle Laurentino – Prefeita de Bezerros - PE
Átila de Melo Lira – Deputado Federal

Este episódio foi gravado durante a 15ª edição do CBESP, o principal Congresso da Educação Superior Brasileira.

Abordamos sobre como aplicar políticas públicas que incentivem a inovação em nosso país.

Qual a principal dificuldade das políticas públicas para estimular a inovação, considerando o Brasil tão diverso? Como estimular a inovação e o que as políticas públicas podem fazer nesse sentido? Começo com a prefeita Lucielle, que possui um projeto pioneiro de educação empreendedora, feito em parceria com o Instituto Êxito de Empreendedorismo e a Unesco e que já se tornou referência para municípios de todo o Brasil.

Lucielle Laurentino: Ao falar de política pública na administração pública o principal desafio é a continuidade das próprias políticas, dos projetos inovadores.

Tantos projetos que dão resultados nesse país e, pela própria política ou por não avaliar os seus resultados, ocorre a descontinuidade... Então, creio que o principal fator poderia ser o monitoramento dos projetos que dão resultados e que conectam, sobretudo, na educação, o *millennium*, como o jovem está pensando e a criança está sendo formada para que, no futuro, haja adultos mais empreendedores e resolvedores de problemas. Outro fator é a administração do próprio recurso público para podermos assegurar que dentro da educação esse recurso seja melhor aplicado e surta o resultado de eficiência pública.

Então podemos dizer que a eficiência pública ainda é uma coisa inovadora no Brasil?

Lucielle Laurentino: Ainda é, por incrível que pareça.

Deputado Átila Lira, que também é mantenedor de instituição de ensino superior e no pouco tempo que exerce a Câmara já se destacou na Comissão de Educação e em outras comissões, você concorda que a eficiência é uma grande inovação no Brasil?

Átila de Melo Lira: Eu estou como deputado federal só por um momento e por uma missão, mas, na verdade, a minha essência é educação. Eu vivo e venho dela. Hoje estou feliz por estar aqui, não na condição de educador, mas como deputado federal, pois dessa forma é possível atuar de uma forma macro e melhorar as políticas públicas, sejam aquelas inovadoras ou as que dão certo e servem para depois buscar a inovação, como o ProUni, o Fies, enfim, programas que possam priorizar a educação. Toda a política pública educacional precisa ser priorizada e deve ser aperfeiçoada com a busca da inovação. Creio que a inovação na educação precisa vir desde a sua base curricular, seja na educação básica, ensino médio, ensino fundamental e nas nossas matrizes curriculares do ensino superior. Muito é falado e cobrado de inovação agora pelo MEC, inclusive pelos instrumentos avaliativos, em que a inovação é um dos requisitos obrigatórios e avaliativos, mas precisamos começar lá atrás, na grade curricular. Incluir o empreendedorismo desde o ensino médio, como a prefeita Lucielle já está trabalhando com as crianças, para que isso vire uma cultura, da mesma forma que acontece nos Estados Unidos, onde é uma cultura intrínseca do americano jovem. Inclusive, quando sai do ensino básico ele já quer ir para o ensino profissionalizante, inovar e trabalhar.

Creio que falta mexermos mais na estrutura curricular educacional do país para não termos somente inovação no discurso e na cobrança, mas na grade curricular, com a implantação e incentivo do poder público, seja ele fiscal ou subsidiado de tecnologias educacionais que inovam. Nós sabemos que dispomos de um desenvolvimento regional muito grande, com instituições no interior do Piauí, por exemplo, sem capacidade financeira estrutural de fazer inovação como uma instituição no centro de São Paulo ou do interior do Rio Grande do Sul. É óbvio que a inovação necessita de caráter criativo que, às vezes, não gera custos. Mas existem aqueles que geram custos e são importantes, a exemplo da gamificação, realidade virtual, sistemas. Então, essas coisas às vezes ficam muito distantes do pequeno gestor institucional e o governo poderia pensar em uma política macro a fim de baratear essas ferramentas e torná-las mais acessíveis, pois eu não quero uma inovação que fique presente somente nos grandes centros e muito menos nos grandes grupos educacionais. A inovação precisa estar presente desde o pequeno empreendedor educacional, da pequena escola, da pequena faculdade, até os grandes centros.

É muito importante essa colocação porque nós conversamos há pouco com o Rafael Lucchesi, que é presidente do Conselho do BNDES, e defendemos essa ideia da criação de uma linha especial de apoio à inovação para prefeituras, mas também para instituições, principalmente pequenas e médias, para que elas possam fazer a transformação digital. Sem esse apoio fica muito mais difícil para essas instituições que você mencionou muito bem, e

a maioria das nossas mantenedoras são instituições pequenas e médias.

Essa é uma das bandeiras do Fórum e eu fico feliz de tê-lo ao nosso lado. Eu também quero registrar aqui que o deputado Átila foi um grande responsável por defender a presença de um representante do Fórum no “Conselhão” da República, e indicamos com sucesso a nossa vice-presidente Débora Guerra, onde ela discutirá essas políticas em um patamar de Conselho da República, o que é muito importante.

Aproveito a oportunidade para perguntar a jovens como vocês como podemos trazer essas pessoas para o processo político. Lucielle, como você está fazendo, além desses projetos inovadores, para trazer o jovem para a boa política, para o bom debate, para que a política não seja aquela coisa que acontece a cada quatro anos, distante da realidade dele?

Lucielle Laurentino: Eu fico inquieta quando vamos discutir política porque quando imaginamos um político ele tem cor, lugar e é parecido. Quando não vemos diversidade, tanto no debate quanto nas entregas, trabalhos e rostos, pouco ficamos atraídos pela política. Assim como o deputado Átila, eu venho da educação, sou professora, Engenheira Florestal, trabalho na academia. Venho de outro lugar e fico inquietando todo mundo que está em outros lugares e que não se veem na política para também debaterem e estarem na política, caso contrário ficaremos reclamando o tempo inteiro de quem está nela.

Comecei desde 2018 e tenho outras redes no Brasil tentando trazer os jovens, mulheres, resgatar também quem já está

há várias décadas contribuindo com a política nacional para debater ações que sejam inovadoras e conectem as pessoas de volta com o que é boa política, que surta resultado, seja respeitosa e entregue o sonho de Brasil que tanto queremos. A boa política é representativa, legítima, mas também precisa ser diversa. Desde 2018 eu tenho me engajado com algumas redes de movimentação e renovação política, como a RenovaBR, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), o Movimento Acredito, alguns movimentos no Brasil que, além dos ambientes partidários, oxigenam o debate e o torna mais democrático.

Obviamente, estar hoje como prefeita assegura que diretamente eu possa conectar aquela criança para que ela se veja nesse lugar que é o da política porque, muitas vezes, como político, somos jogados em uma “vala comum” de discussões de corrupção, somos atrelados ao lado ruim do que foi e é, muitas vezes, a política no mundo. Esperamos que com as nossas entregas no mandato, e tantos outros mandatos no Brasil, outras pessoas possam se inspirar e queiram vir para política visando melhorar o rumo de muitas tomadas de decisão. Na educação, o nosso compromisso é ainda maior para causarmos não somente a ruptura desses cenários de rostos políticos, mas de entregas. E eu bato em cima da tecla de eficiência, pois não adianta discutirmos educação do mesmo jeito, de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o direito de todos terem acesso e o ensino-aprendizagem não ser igualitário. Nós precisamos nos aprofundarmos no que é essa educação que queremos e estar no mandato nos dá o privilégio de fazer essa

entrega e conectar pessoas com essa boa política que realmente causa mudanças.

Você começou na prática esse projeto de empreendedorismo na escola, e foi desenvolvido com muito sucesso. Eu gostaria que falasse sobre ele, porque eu vejo também como um processo de formação de líderes. Eu participei do encerramento, com projetos finais belíssimos, iniciativas empreendedoras... Dessa forma, acredito que também estamos formando os futuros líderes, não é mesmo?

Lucielle Laurentino: O projeto é a aplicação de um estudo bem profundo sobre empreendedorismo, em parceria com o Instituto Êxito. Agradeço, inclusive, a oportunidade e todo o time do Êxito em fornecer todo esse material, estudado e desenhado com a Unesco ali na sala de aula, com os nossos jovens, ampliando o repertório deles, levando um conteúdo para Bezerros, uma cidade no interior de Pernambuco, que muitas vezes estudamos e debatemos isso pelas redes sociais ou com aquele professor mais ousado, que traz de forma mais genérica aquele conteúdo. A partir da oportunidade da parceria, nós desenhamos ali quatro meses mais profundos de aplicações de 16 linhas na trajetória de formação e missões voltadas só para o empreendedorismo, e não necessariamente o empreendedorismo da carreira empreendedora, mas para que o jovem se sinta autônomo, reflita sobre quem ele é, o seu papel na sociedade e como ele pode liderar essas transformações a partir do momento que ele decide empreender. Para ele não se formar somente para o mercado de trabalho, mas ser aquele que emprega, que desenvolve soluções e resolve problemas. Esse foi um projeto embrionário,

nós passamos quatro meses ali mais diretamente, concluímos em seis meses, fizemos um pós-acampamento desses alunos e tentamos entender como ele desperta a construção de competências e habilidades para se tornar mais na frente um empreendedor.

Eu destaco a Letícia, que fez um projeto bem legal, de uma miniempresa de doces. Ela fez uma loja on-line, com uma vitrine virtual de vendas e depois de uma vitrine na rua. Nós fizemos várias tendas e lojinhas e ela levou o produto dela para vender. Ela continua com essa loja vendendo doces e, recentemente, nos procurou na prefeitura porque queria conversar sobre o dilema de carreira dela, se ela fazia Economia ou Administração porque, a partir dos conteúdos que ela teve contato no início do seu ensino médio, ocorreu uma abertura dos seus horizontes e a ampliação do repertório sobre qual carreira seguir. Dessa forma, caso pudermos ampliar a oportunidade de outros alunos terem acesso a conteúdo como empreendedorismo, inovação, tecnologia e programação, faremos com que jovens em lugares mais distantes e com dificuldades de acesso a oportunidades ou a informações, distantes das capitais e dos grandes centros, possam fazer escolhas conectadas com o milênio, com a transformação desse país.

Isso já está dando frutos, outros municípios também vão adotar esse material. São lições de empreendedorismo para uma vida emancipadora e transformadora. O projeto é desenvolvido pelo Instituto Êxito e a Unesco, são 20 lições. Portanto, cabem durante um semestre, uma lição por semana, mas, certamente,

é um projeto que irá crescer muito e vocês foram pioneiros. Nós aprendemos muito com você, com a Bianca e as pessoas que desenvolveram o projeto, todos estão de parabéns.

Deputado, voltando à questão da Câmara dos Deputados, você já entrou com uma atuação forte na Comissão de Educação. Quais são os temas mais debatidos? Soube também que recentemente você relatou um projeto que está relacionado com o financiamento estudantil...

Átila de Melo Lira: Primeiro eu parabeno as milhares de pessoas que são iguais à Letícia, mencionada pela prefeita. Parabeno também o Instituto Êxito, o Janguê e o Celso, que lideram esse processo. A Câmara dos Deputados possui algumas pautas importantes que acredito que mexem com a juventude, que são as políticas públicas na área educacional. Acredito que o que mais está em foco atualmente e que o governo, parlamento e sociedade precisam resolver é a questão das diretrizes curriculares do Novo Ensino Médio, pois ele foi feito há 4 anos no governo do Michel Temer e do ministro Mendonça Filho. É um ensino médio bom, que amplia a carga horária e leva o aluno para o ensino profissionalizante. Facilita, inclusive, a implementação da inovação e do empreendedorismo, mas ele se torna um pouco desigual quando você tenta fazer a implantação nas regiões. No interior do Piauí, por exemplo, de 224 municípios, em 120 existe somente uma escola e dessa escola só há um itinerário formativo, diferente de locais como Brasília, Goiás e São Paulo, que podem ter diversos itinerários formativos. A ideia é boa, mas no Brasil, com a dimensão geográfica e

a desigualdade social existente, nós não podemos ter um Novo Ensino Médio que não possua um caráter inclusivo.

Eu sou a favor do Novo Ensino Médio, mas o Brasil ainda não possui condições estruturais em virtude de sua dimensão, distribuição socioeconômica e das condições do ensino médio do setor público. Defendo que devemos discutir isso. Eu não sou a favor de uma revogação, mas creio que devemos realizar ajustes, utilizar o que é bom, fazer o “enxugamento” do itinerário, com diretrizes mais claras e que permitam a implantação em todas as regiões do país, além de voltar a oferecer uma carga horária maior para o ensino geral, porque está causando muita ansiedade no jovem que está esperando o Enem. Esse jovem é o mesmo que vem para o ensino superior, nós não podemos criar um clima de tensão e ansiedade para ele, nós estamos aqui para resolver os problemas dele.

Existe também a questão do acesso ao ensino superior e financiamento público. Isso é um gargalo que acompanhamos há muito tempo. Ele começou a ter uma solução na época do governo Lula 1, Lula 2 e Dilma. Foram quase 700 mil alunos beneficiados em um ano, depois isso despencou para 60 mil alunos e não é mais um financiamento social, é um financiamento bancário, com uma taxa de juros e administração altas, onde o excesso da burocratização faz com que sobre vaga não porque falta aluno, mas porque muitas pessoas não conseguem pegar e terminar. O aluno quer estudar e existem vagas nas instituições, então o governo deve financiar, pois educação não é despesa, mas investimento. Enquanto o Fies não tiver

um caráter de investimento, não será possível falar em sustentabilidade. É preciso aumentar o nível educacional do nosso jovem, só assim iremos mudar o país.

Sobre o projeto que apresentei na Câmara, é um projeto que vai ampliar essa política de acesso ao ensino superior. Eu quero que o aluno que não consegue entrar no Fies por não ter renda, com um salário e meio, que está no Cadastro Único do Bolsa Família, tenha a oportunidade de estudar a partir da oferta de vagas no ensino privado com o mesmo valor que é do Fies, sendo que não vai ter contrapartida. Nós queremos criar uma quantidade de bolsas visando equiparar o número de vagas nas instituições públicas com o número de vagas das políticas educacionais, ou seja, pegar vagas do setor público, ver o que o ProUni atende, fazer essa “diferença” e ofertar essas vagas para o nosso aluno.

Eu concordo, o deputado está muito alinhado com as bandeiras do Fórum. Nós defendemos o financiamento estudantil de caráter social e não bancário, como colocou muito bem. Inclusive, será um dos tópicos da nossa Carta de Alexânia, que é o documento final que apresentaremos em breve para todos os participantes do CBESP. Acredito também que o seu projeto iria fazer justiça social e é um bom investimento, porque mesmo que esse aluno não tenha contrapartida de pagamento, ele vai gerar produtividade, conseguirá um emprego e pagará impostos; se for um empreendedor, vai gerar tributos. Dessa forma, na verdade, nós estamos financiando não só o aluno, mas o crescimento futuro do país.

Átila de Melo Lira: Às vezes ele está isolado, nem estuda e nem trabalha. Então, isso é inclusão social, trazer o aluno para um banco de escola faz com que ele venha para a sociedade.

Tomara que o projeto dê certo. Nós estamos lançando aqui no Congresso o e-book sobre um histórico do financiamento estudantil, onde as conclusões do doutor Ricardo Martins são exatamente essas: que se pegarmos uma parte desses que recebem financiamento e não conseguem pagar e transformarmos eles em bolsistas, teremos um benefício financeiro e, ao mesmo tempo, um benefício social enorme.

Para finalizar, pergunto qual o conselho para um jovem que queira escolher uma carreira pública ou uma carreira na parte privada? O que vocês diriam ao jovem para que ele se dedique à boa política e que ele tenha uma participação ativa na sociedade e, quem sabe, chegue a ser um deputado como o Átila ou prefeita como a Lucielle? Que conselho vocês dariam a vocês mesmos adolescentes sobre seguir a carreira pública?

Lucielle Laurentino: Um conselho que recebi recentemente, antes de entrar na política e de estar na educação: nós somos, essencialmente, resultado de duas coisas: das escolhas que fazemos e das oportunidades que temos. Para fazermos boas escolhas precisamos estar conectados com os nossos sonhos e nossa essência, com o que nos move e nos tira do lugar. Caso esse jovem sonhe com coisas bem bonitas para esse país, acredito que precisamos ser otimistas. O Brasil está aí para podermos entregar o melhor país para

as gerações que virão. Está nas mãos dessa geração de jovens que está aqui, das crianças e adolescentes que estão dentro da escola. Então, sonhe e faça escolhas mais acertadas para que quando a oportunidade chegue possamos resolver problemas, porque há muito a ser resolvido no Brasil, e isso é uma oportunidade. Acredito, sim, que a política é, além da educação, a ferramenta que define a solução desses problemas, pois se a política não quiser, a educação não funciona. Por isso, é importante refletir sobre tudo isso e se engajar, acompanhar e monitorar. Eu sou o resultado de uma educação pública que funciona e que hoje tem surtido grandes efeitos nesse país. Venho de uma origem simples e a trajetória da minha vida foi definida pela educação. Então, estar hoje na política é devolver isso. Que os jovens possam ousar, sonhar e ter coragem porque o Brasil precisa de nós.

O Brasil precisa de mais prefeitas Lucielles, mais talentos jovens como você. Muito obrigado e parabéns pela sua trajetória, que está só começando. Muitas outras aventuras estão a caminho, com certeza.

Deputado Átila Lira, e você falando com você mesmo, adolescente? Você imaginava chegar a ser um deputado?

Átila de Melo Lira: Eu penso em ser deputado há muito tempo, mas o que eu gostava mesmo era de ser educador. Ser deputado é algo que eu não busquei, mas acabei me transformando em uma pessoa que eu gosto e entendo. Eu precisei assumir essa missão porque creio que precisamos dar a nossa contribuição. Defendo que quanto mais empreendedores da iniciativa privada, empresários, pessoas que nunca foram da

política, possam dar a sua contribuição, melhor. Às vezes o cara é bem-sucedido na sua vida privada e possui muitas ideias importantes. Então, creio que isso é o que me estimula a ter assumido essa missão para vermos se o Brasil dá certo. O Brasil é um país gigante, com muitos potenciais; não há guerra, é um povo pacífico. Por isso, precisamos aproveitar essa oportunidade. Enquanto os outros estão brigando entre eles, o Brasil consegue, com facilidade, viver bem entre as pessoas. Então, precisamos aproveitar isso e gerar renda, emprego, se tornar um país de tamanho mundial tal qual é de tamanho geográfico.

Em relação à juventude, acredito que toda escolha gera consequência. Então, se eu puder deixar uma mensagem é “estude”, pois creio que a probabilidade de dar certo é maior. É óbvio que quem não estuda também pode alcançar o sucesso, mas a maior probabilidade de dar certo é com o estudo. O jovem precisa ter a oportunidade de estudar, pois, às vezes, ele quer e não consegue, aí é onde entram os políticos, gestores públicos e representantes de instituições para fazer com que as políticas educacionais aconteçam, as escolas de tempo integral sejam ampliadas, o ensino profissionalizante e o ensino superior sejam acessíveis e democráticos a todos. Dessa forma, nós daremos a chance para o jovem disputar a mesma vaga em qualquer lugar e ser fruto da sua escolha.

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 16

Empregabilidade: como diminuir a desigualdade de gênero e raça no mercado?

19/10/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



**José
Vicente**

Reitor da Faculdade
Zumbi dos Palmares



Bruna Brelaz

Ex-Presidente da
UNE e integrante
do “Conselhão”
da Presidência da
República

Episódio 16

Empregabilidade: como diminuir a desigualdade de gênero e raça no mercado?

19/10/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da ABMES

José Vicente – Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Bruna Brelaz – Ex-Presidente da UNE e integrante do “Conselhão” da Presidência da República

A segunda edição do Índice ABMES/Sym-
plicity de Empregabilidade 2023 (IASE),
divulgado em agosto de 2023, apontou
que a formação superior tem sido mantida
como um diferencial quando o assunto é
garantir uma colocação no mercado de tra-
balho. Os dados mostram que 75,6% dos
egressos do ensino superior estão empre-
gados após até um ano da colação de grau
e 83,1% deles na área de formação. Esta
edição do estudo explorou pela primeira
vez dados de gênero e raça.

Em um panorama, homens possuem
maior empregabilidade (82,2%) em com-
paração às mulheres (74,1%). A renda
também tem sido superior para o sexo
masculino: segundo o levantamento, os
homens recebem, em média, 40% a mais
que as mulheres. Já no quesito raça, os
brancos têm tido mais empregabilidade
(81%) e maior renda média em compa-
ração aos demais. A maior distância está

no grupo de pretos, em que 63% atuam
como profissionais na área de formação e
a remuneração média é 30% menor que os
brancos.

Será que nós podemos reverter esse
quadro? Como faremos isso? Qual é o papel
da educação superior nesse processo?

**Professor José Vicente, quais são os
fatores que contribuem para a desigual-
dade salarial entre pretos e brancos?**

José Vicente: Todas as literaturas indicam
que existe um impacto potente e profundo
do racismo estrutural em todas as suas
sinuosidades nessa cadeia que se inicia
desde o acesso, como nos desenvolvi-
mentos de carreiras nos ambientes corpo-
rativos, sobretudo privados, mas também
nos públicos. E vemos essa manifestação
primeiro pela limitação e a dificuldade da
igualização do acesso e, depois, uma vez
rompida essa barreira, existe a grande

barreira que se estabelece através desse desenvolvimento, promoções e possibilidades de você ascender na carreira pública e privada, tendo em conta que as barreiras estão também estruturadas em, principalmente, merecimento, mas também em mérito. E esse mérito, quando ele é medido, ele infelizmente ainda possui esse olhar com viés que muitas das vezes significa ou não promover o medo, ou não considerar que precisa promovê-lo.

Professor Vicente, isso é chocante e causa, às vezes, até uma sensação de raiva, porque constatamos que isso, de fato, acontece tão próximo de nós, não são apenas dados.

Bruna, com relação à desigualdade de gênero, vemos também que não é muito diferente. Queremos entender quais são as principais causas que geram essa desigualdade salarial entre homens e mulheres?

Bruna Brelaz: Existem muitos fatores que fazem com que exista essa desigualdade e disparidade no ato de receber o seu salário entre homens e mulheres. Eu acredito que algumas correlações podem ser feitas. A primeira delas é, sem dúvida, a discriminação de gênero. As mulheres ainda enfrentam uma discriminação no mercado de trabalho, a subvalorização, ainda são muito preteridas em relação aos homens e isso ocorre em todas as etapas da carreira dessa mulher, desde a contratação até a própria promoção. Eu também pontuo a falta de oportunidades porque, por mais que hoje nós sejamos maioria no ensino superior, o mercado de trabalho ainda é vetado às mulheres. E, principalmente, em áreas que possuem uma composição

masculina muito maior, Eu diria também que a mulher empregada enfrenta algo que se chama “tripla jornada de trabalho”: essa mulher é mãe solo; por muitas das vezes trabalha em um emprego que, infelizmente, não dá as condições plenas para que ela tenha acesso à saúde mental e física, a uma alimentação saudável e ela enfrenta também outros obstáculos. Eu destacaria um dado que é muito interessante sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, que chega a ser, em porcentagens, em 22%, segundo o IBGE. Além disso, destaco que, apesar de todas essas questões, somente em 2023 conseguimos a aprovação da Lei de Obrigatoriedade de Igualdade Salarial, sancionada pelo presidente da República, Lula, em julho deste ano. Essas são as enormes etapas que precisamos enfrentar e o longo caminho que ainda temos pela frente.

Isso se acentua ainda mais quando nós nos referimos às mulheres pretas, concorda, Bruna? Porque existe o histórico-cultural e realmente essa parte de mãe-solo nos sobrecarrega demais, certo?

Bruna Brelaz: Exatamente. Eu tenho dito que a crise econômica sobrecarrega e acaba pesando mais nas costas das mulheres. E quando fazemos o recorte racial e de classe, as mulheres negras são as mais afetadas. Essas mulheres estão nos piores índices de segurança alimentar, de acesso a emprego e estão territorialmente localizadas em espaços que não lhes dão dignidade.

Professor Celso, como são essas diferenças na educação? Isso acaba afetando, então, a disparidade salarial entre grupos de gênero e raça?

Celso Niskier: Então, o curioso que eu diria até chocante, no caso desse índice que nós pela primeira vez medimos em termos de raça e gênero, que é o índice de empregabilidade, é que ele se aplica aos formandos em nível superior após um ano. Então, na verdade, estão todos em igualdade de condição em termos de educação. São todas pessoas formadas e com o mesmo nível de experiência, ou seja, após um ano de formadas. Então, não deveria haver essa diferença gritante, o que mostra - e concordo com o professor José Vicente e com a Bruna, um viés cultural. Certamente, há que se trabalhar muito a cultura das empresas, os processos de contratação, porque não se consegue compreender, não há diferença da formação e nem de experiência e, ainda assim, mulheres e pretos são discriminados quando se trata da contratação e da promoção. Eu vejo também que essa questão da promoção foi muito bem trazida aqui pelo professor José Vicente, que é a questão do mérito subjetivo. Como se atribui ao mérito, quando se estabelece o merecimento ou o não merecimento, que se abre porta para haver racismo estrutural, com certeza, no julgamento das pessoas que fazem essa promoção. Então, eu comento para ficar evidente que exatamente nesse índice médio, as pessoas no mesmo patamar de formação e de experiência, e ainda assim a discriminação aparece. Ela é linear em todas as áreas e em todas as regiões do Brasil. É evidente que em algumas áreas, como na da saúde, por exemplo, onde as profissões de saúde são muitas vezes uma presença maior do gênero feminino, ainda assim há uma discriminação salarial, o que mostra que isso, de fato, é um problema estrutural do Brasil e que tem que ser tratado com urgência e

com medidas não só com base nas leis, mas também com base na cultura das empresas.

Uma pergunta para os três: como esse quadro estrutural prejudica o nosso país na totalidade? Qual é o impacto econômico de tentar reduzir essa desigualdade racial entre gêneros também?

José Vicente: Se, de uma forma metafórica, pensarmos que 56% dos brasileiros possui um acesso prejudicado, acidentado ou diferenciado, “desigualizado”. Pensemos se uma mulher negra ganha até 30% menos do que uma mulher branca, e se nós passarmos uma régua, mulheres negras têm menos 30% de salário, então imagina o impacto disso em toda a economia, não é? Imagine o quanto o país deixa de gerar riqueza, ou quanto o Estado deixa de recolher impostos e o quanto esses 30% deixam de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Agora, se não bastasse isso, nós temos talvez uma perda que é tão contundente quanto essa econômica: ocorre a impossibilidade de igualarmos a participação das pessoas na estrutura do país. A impressão é que o país fica tenso e desequilibrado quando temos dois tratamentos que distinguem e deixam metade da população do lado de fora, ou que não permite que essa população acesse de forma igualitária esses benefícios e essas benfeitorias econômicas e financeiras. Então, eu penso que, do ponto de vista da economia e do ponto de vista social, perde terrivelmente. Ao final, a perda que para mim é retumbante, é essa perda de nos permitirmos promover um encontro do Brasil como uma nação democrática, plural e diversa, em que todos se juntam para fortalecer, crescer, ampliar

e consolidá-la como uma grande nação. Dessa forma, eu penso que enquanto não acertarmos e juntarmos essas distorções, continuaremos a patinar na economia, na violência, no confronto político, na incapacidade econômica e financeira e na impossibilidade de nós nos encontrarmos e nos apresentarmos como um país uno, coeso, que abraça e acolhe a todos.

Ótima colocação, professor. Agora a palavra ao professor Celso.

Celso Niskier: Adicionando a tudo o que o professor José Vicente colocou de importância econômica e social, eu destaco que a literatura mostra que as empresas diversas são muito mais produtivas, e no mundo inteiro já se sabe disso. A diversidade racial e de gênero traz mais produtividade para as empresas, então que fosse pelo menos esse incentivo para as empresas entenderem que podem se tornar mais produtivas, estimulando uma maior diversidade no seu corpo de colaboradores. Ou seja, destaco que as empresas precisam compreender a riqueza da diversidade, o potencial de geração de riqueza, não só de construção ou de correção das desigualdades, que são muitas no Brasil, mas, principalmente, de promoção da riqueza através da promoção da diversidade racial e de gênero.

Bruna Brelaz: Concordo plenamente com que foi colocado porque quando enxergamos a longo prazo e passamos a entender estruturalmente o significado dessas desigualdades pensamos em saídas que abrangem exatamente o que foi pontuado tanto pelos professor José Vicente e Celso Niskier. Existem os

problemas econômicos de um país, que estão estruturais. Existem os problemas sociais e existem os problemas que são da origem cultural do país. E quando trabalhamos na possibilidade de reduzir as desigualdades através da educação, garantindo o acesso à mesma, à ampliação de oportunidades para que essa nova geração de mulheres, de negras e negros, para que possam contribuir com a construção do país, com a sua reindustrialização etc. Que possam contribuir, inclusive, pensando os caminhos de combate às desigualdades, e olhamos isso como algo muito positivo. E do ponto de vista da estrutura capitalista, os dados comprovam que reduzir a desigualdade é aumentar o PIB de um país. Reduzir é garantir mais possibilidade estrutural para um país se tornar mais desenvolvido. Dessa forma, para o Brasil isso só tem ganhos, do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social, porque não aguentamos mais ver mulheres nas ruas em cada esquina. Quem mora em São Paulo (quem mora em qualquer lugar do país), vê famílias inteiras nas ruas e quando trazemos de novo o recorte racial e social percebemos que são famílias negras, famílias que vêm de outros estados para tentar uma oportunidade. Então, que Brasil queremos para o futuro? Eu penso que reduzir a desigualdade tem relação com todos esses fatores e, culturalmente, a educação tem um papel muito importante. Vivemos em uma estrutura machista e racista e precisamos pensar como fazemos uma ruptura com pensamentos que atingem a nós, mulheres negras e a homens negros, desse país.

Aproveitando a sua colocação, Bruna, eu retomo a questão ao professor Celso. Em

um momento anterior, ele comentou que após a formação de qualquer estudante universitário, existe essa igualdade em termos de educação. No entanto, eu questiono, professor Celso, como as instituições podem desempenhar um papel mais austero na promoção da igualdade salarial e na eliminação dessas disparidades?

Celso Niskier: De algumas formas. Primeiramente, é importante garantir a equidade no acesso desde o início. Tenho acompanhado de perto o trabalho do professor José Vicente na defesa da renovação da Lei das Cotas nas universidades públicas, bem como a defesa do Programa Universidade para Todos (ProUni), que se revela de extrema importância, pois tem demonstrado ser uma iniciativa que amplia o acesso de jovens negros e de estratos sociais menos favorecidos. Portanto, a defesa desses programas públicos é essencial para que se garanta, em primeiro lugar, o acesso. O segundo ponto é que há de se garantir a permanência desses jovens, até porque o custo de oportunidade é significativo, o que implica que eles precisam de condições financeiras para se dedicarem plenamente aos estudos e não, obviamente, terem que trabalhar para poder sustentar a família. Garantir a permanência na universidade é uma questão crucial. Uma vez formados, eu penso que as universidades podem ajudar através dos seus setores de carreira, promovendo processos seletivos específicos. Um exemplo é a iniciativa da empresa Edux, uma instituição educacional associada à nossa diretoria. A Edux promoveu um programa de *trainee* destinado a jovens pretos e isso foi feito com muito sucesso. É uma forma corajosa, eu diria, de estimular, a partir da iniciativa empresarial, uma seleção de

maior equidade dos jovens já formados. Então, as instituições podem se inspirar nesse exemplo, que até já foi debatido anteriormente neste *podcast*, da Edux, e até de outras instituições que estão trabalhando não só para a contratação dos seus colaboradores, mas também alinhados com as empresas e os setores de carreira, alinhados com os setores de recrutamento das empresas para que esse processo não tenha nenhum viés, conforme comprovamos pelos números apresentados.

Bem, discutimos abertamente neste episódio sobre desigualdade racial e de gênero, bem como sobre disparidades salariais entre homens e mulheres, a dificuldade de acesso e a permanência no ensino superior. Sem dúvida, são muitos os desafios. No entanto, Bruna, retorno a você com a seguinte pergunta: como podemos superar isso? Como abordamos esse assunto de maneira adequada na escola, dentro de casa e no ambiente de trabalho?

Bruna Brelaz: Há diversos caminhos que nós podemos construir enquanto país para superarmos essas desigualdades. Eu acredito que um deles é aumentar a participação política desses setores. Atualmente, estamos significativamente sub-representados nos espaços Legislativo, Executivo e Judiciário. A nossa participação é muito ínfima. Quando abordamos o Estado e a gestão de políticas públicas para combater as desigualdades, nós não queremos que os outros façam por nós, queremos os nossos formulando essas políticas públicas. Dessa maneira, acredito que a participação política é um caminho. O professor Celso trouxe aqui um ponto muito importante, que é a

entrada e a permanência dos estudantes nas universidades. Eu fui presidente da UNE e o professor José Vicente acompanhou um pouco a minha trajetória, e nós construímos juntos algumas iniciativas que debatem a permanência do estudante. Hoje, quase 80% dos estudantes em todo o país frequentam universidades privadas. Apesar de terem acesso a políticas públicas como o ProUni, o Fies e outras políticas de acesso, ainda não conseguem absorver a política de permanência estudantil. Esses estudantes não possuem benefícios como um “bom prato estudantil”, ou uma bolsa de permanência. Acredito fortemente que o Estado brasileiro pode construir um caminho que possa garantir robustez a esses programas que já existem, aliado a alguma política de permanência, inclusive fazendo um debate com as universidades para poderem fazer parcerias. Que possamos construir uma permanência consistente, porque há um investimento muito grande nesses programas e estudantes.

Quando um estudante desiste do ensino superior, é uma derrota para todo o Brasil porque ele poderia contribuir de uma forma muito mais aprofundada na sua área específica, seja em Ciência, seja em Direito, seja na área da saúde. Poderia ser um estudante que, brilhantemente, poderia contribuir e trazer louros ao país. Então, eu penso que a política de garantir a entrada e permanência dos estudantes nas universidades é algo que precisamos considerar como sociedade, pressionando o governo e, ao mesmo tempo, construindo esses caminhos nos diversos setores.

E essa provocação também tem que partir dos pretos e das mulheres, certo? Não adianta dizermos aqui: “Ah, tem que criar política pública”, se também não partir deles essa necessidade, como você mesma falou, de participar de audiências públicas, estar presente nesse momento. Já que você citou políticas públicas, Bruna, gostaria de voltar a perguntar aos professores Vicente e Celso se existem outras políticas públicas que eles realmente acreditam que precisam ser implementadas no país. Se já identificaram casos interessantes em outros países que, talvez, pudéssemos adotar no Brasil. Enfim, para abordarmos isso de uma forma abrangente.

José Vicente: Antes trago uma anotação muito importante sobre dois aspectos que surgiram em nossa conversa. O professor Celso mencionou que a pesquisa que está sendo apresentada é a primeira pesquisa da história do ensino privado. Isso destaca a dimensão das perdas ao longo do caminho por nós não termos tido essa informação básica.

Exatamente. Não tínhamos um ponto de partida, certo, professor?

José Vicente: Pois é, eu acredito que apesar dos números serem tenebrosos, agora não podemos alegar falta de conhecimento - agora sabemos. A partir disso, podemos também construir os caminhos. A segunda questão é mais ou menos isso que a Bruna está destacando e reforçando. Tanto você quanto o professor Celso Niskier questionaram quanto que o país perde por não promover apenas a educação, mas também a inclusão e, sobretudo, a manutenção dos jovens no ensino superior. Bruna ressalta

que, durante o pós-pandemia, o ensino superior privado perdeu entre 45% e 50%, enquanto o ensino superior público perdeu entre 40% e 45%. Se nós colocarmos na ponta do lápis, vemos o investimento significativo da sociedade e do governo para levar esses jovens até certo ponto, e perdemos tanto os jovens quanto o investimento. Portanto, perdemos duas vezes, quando poderíamos ter feito um uso mais eficaz desses recursos, que são limitados e escassos. Conversei com a Bruna e o presidente Celso no ano passado e acredito que temos uma janela de oportunidades dentro dessa economia da descarbonização. Nós sabemos muito bem que essa transição para uma economia verde será o principal espaço para disponibilização dos recursos de toda a natureza pelos próximos 30, 40, 50 anos. Temos a oportunidade de abrir caminho para fazer com que essa agenda seja incorporada, permitindo que esses jovens cheguem até lá. E os recursos que serão transacionados dentro desse ambiente possuem uma contrapartida social: ninguém pode simplesmente realizar descarbonização ou comprar créditos de carbono sem considerar para onde esse dinheiro vai, certo? Então, nós acreditamos estar diante de uma oportunidade melhor, porque essa “neointustrialização”, que pressupõe inclusão, diversidade, entre outros, precisa integrar essas possibilidades. Primeiramente, precisamos ampliar e manter a presença desse público no ambiente do ensino privado e público como um todo, além de garantir a sua retenção e buscar a inclusão nesse novo mercado em formação. Aliás, eu compartilhei para a Bruna e gostaria de compartilhar aqui também que nós estamos em conversa com o Mercadante [Aloizio],

porque o dinheiro sairá por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e isso precisa ser tratado como uma emergência e uma prioridade. Ninguém pode levar o dinheiro do brasileiro sem deixar uma contrapartida para a educação, ciência, tecnologia e, sobretudo, para a inclusão desses insumos valiosíssimos dentro da cadeia de uma economia verde que será o norte desse país. Também quero destacar um ponto que já mencionei anteriormente: a política pública das cotas nos concursos públicos finaliza em 2024. A lei que regula as cotas dos concursos públicos para negros tem prazo de 10 anos e precisamos mantê-la, ampliá-la ou substituí-la por outra. Acredito que poderíamos aproveitar essa oportunidade para reformular e adequar essa lei para que ela sirva como “ponte”, uma comunicação para esse mundo analógico que teremos que deixar para trás e o mundo verde e digital que está estabelecido. Na minha visão, essa é a única esperança que o jovem periférico e vulnerabilizado tem para poder disputar, mais ou menos de forma igualizada, as oportunidades que estarão pela frente.

Excelente ponderação, professor Vicente. Ótimas as suas colocações. Professor Celso, concorda? Há algo que gostaria de acrescentar?

Celso Niskier: Concordo plenamente. Acredito que a ideia apresentada aqui é excelente, conta com o nosso apoio. No Conselho da República, onde temos a oportunidade de participar com o professor José Vicente, Bruna e Débora Guerra, vice-presidente da ABMES, no Comitê de Combate à Desigualdade, podemos apresentar propostas para políticas públicas. O presidente demonstrou interesse em

ouvir o Conselho sobre diversos temas relacionados a políticas públicas, inclusive pautando os ministérios específicos. Assim, gostaria que vocês liderassem e nós apoiaremos com todo o empenho a discussão de uma política pública. Por exemplo, considero que uma contrapartida social para os programas públicos, como o ProUni e o Fies, poderia envolver o trabalho em comunidades carentes ou a recuperação da aprendizagem, que é uma iniciativa que nós inclusive apresentamos ao ministro Camilo Santana, propondo trabalhar com as licenciaturas em todo o Brasil. Atualmente, 70% dos professores são formados em instituições privadas. Abordando tanto instituições públicas quanto privadas, talvez a residência pedagógica desses estudantes possa ser realizada como um esforço para recuperar a aprendizagem perdida durante a pandemia. Especificamente, ao pensar nos jovens de *status* social menos favorecido, que naturalmente procuram os cursos de licenciatura, percebemos a relevância dessa característica. Precisamos pensar a sustentabilidade dos programas públicos, por meio de contrapartidas sociais. Acredito que a sugestão que o professor José Vicente trouxe a respeito do programa de descarbonização e neointustrialização é muito válida. O fórum do Conselho da República é um espaço importante para promover essa discussão. Tenho certeza de que a Débora, como conselheira, mulher e empreendedora, será mais uma voz com a Bruna e com o professor José Vicente defendendo as políticas de combate à desigualdade, entre elas a desigualdade no emprego.

Excelentes iniciativas.

José Vicente: Aliás, posso fazer um complemento? Eu penso que, como disse a Bruna, talvez nós devêssemos pensar em uma ruptura, ou seja, uma intervenção que fosse mais contundente para essa situação que nós nos encontramos hoje. Eu tenho falado e escrevi muito a esse respeito, e eu penso que para essa situação de 50% de evasão, a única forma de devolvermos esse moleque ao banco escolar é, se for o caso, pagar. Vamos, então, criar uma bolsa-permanência em que todos esses jovens possam ter um suporte governamental para se manter, porque eu penso que fica mais barato ajudar eles terminarem de se formar do que perdê-los no meio do caminho. Exigir que paguemos um valor, que paguemos a bolsa acadêmica, a bolsa do ensino superior e, com isso, diminuimos a evasão tanto do ensino médio quanto a do ensino superior.

Celso Niskier: Seguindo a linha de raciocínio, que tal realizarmos isso “a quatro mãos”, com a parceria das empresas, por exemplo, que são as entidades que contratarão esses jovens? Se elas puderem contribuir para o esforço de permanência, teríamos jovens direcionados e prontos para uma contratação, maduros ao saírem dos bancos escolares e universitários. Vamos mobilizar as instituições e, em contrapartida, as empresas, criando, quem sabe, uma bolsa permanente atrelada a processos futuros de recrutamento e seleção, com base em critérios de equidade. Aqui está uma ideia que podemos apresentar à iniciativa empresarial que o professor José Vicente lidera com muito competência. Quem sabe nós podemos envolvê-los nessa ideia de contrapartida.

Nós contribuímos com uma parte do apoio, enquanto as instituições e empresas entram com outra parte. Estou falando aqui daquelas instituições privadas, mas, com certeza, isso pode ser estendido a universidades públicas também.

O legal do nosso podcast é isso, não é, professor Celso? Puxamos o assunto, que é de extrema importância para o país, não só na área educacional, econômica e social, mas aí vêm ideias interessantíssimas, certo? Como essas dadas aqui pela Bruna, pelo professor Vicente. Essas contrapartidas, se forem levadas adiante, com certeza, nós colheremos bons frutos lá na frente.

Celso Niskier: Se não sairmos com três ideias práticas, que podem ser colocadas em prática no dia seguinte, não terá valido a pena. Então, já estamos aqui saindo com a “mão na massa”.

Indicações do episódio:

- Livro: [Olhos D'Água](#) - Conceição Evaristo (2014)
- Livro: [Salvar o Fogo](#) - Itamar Vieira Júnior (2023)
- Livro[1] : A Última Trincheira da Escravidão - Cristovam Buarque
- Notícia: [“Câmara de SP cassa pela primeira vez na história vereador que quebrou decoro parlamentar por racismo”](#) - Câmara Municipal de São Paulo
- Notícia: [“William Waack é acusado de racismo após vazamento de vídeo”](#) - Revista Veja
- Notícia: [“Câmara aprova feriado nacional em 20 de novembro, Dia de Zumbi e da Consciência Negra”](#) - Câmara dos Deputados
- Notícia: [83% dos egressos garantem colocação no mercado de trabalho em sua área de atuação](#) – Site ABMES

Ficha Técnica

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves
- Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 17

Crescimento da EAD: como garantir a qualidade?

09/11/2023

CONVIDADOS:



**Celso
Niskier**

Diretor-Presidente
da ABMES



**Daniel
Infante**

Sócio-Fundador da
Educa Insights



**Bruno
Coimbra**

Diretor Jurídico
da ABMES

Episódio 17

Crescimento da EAD: como garantir a qualidade?

09/11/2023

CONVIDADOS:

Celso Niskier – Diretor-Presidente da ABMES

Daniel Infante – Sócio-Fundador da Educa Insights

Bruno Coimbra – Diretor Jurídico da ABMES

Dados do Censo da Educação Superior, divulgados no dia 10 de outubro pelo Ministério da Educação, mostram uma explosão da educação a distância no Brasil. Segundo as estatísticas, o número de cursos nesta modalidade ofertados no país aumentou 700% nos últimos 10 anos, ou seja, saindo de 1.148 em 2012 para 9.186 no ano passado.

O crescimento na oferta de cursos EAD tem sido registrado no país desde os anos 2000. O ritmo de criação de novos cursos aumentou a partir de 2018, impulsionado na época pela edição de um decreto do então presidente Michel Temer, no ano anterior, que flexibilizou a abertura de polos de educação a distância. Desde então, houve um crescimento de 189,1% na oferta de cursos nessa modalidade.

Perguntamos: como essa modalidade interfere na qualidade do ensino?

Inicialmente, pensamos que o crescimento do ensino a distância (EAD) ocorreu devido à pandemia, certo? No entanto, os números mostram que não, pois esse processo já está em curso há 10 anos. O que poderia explicar esse crescimento exponencial da educação a distância apontado pelo último Censo?

Daniel Infante: Excelente ponto e considero um ótimo ponto de partida para o debate. Para compreender a explosão do ensino a distância precisamos, primeiro, entender a sociodemografia potencial para ingresso no ensino superior no Brasil. Além disso, há o efeito de curtíssimo prazo da pandemia na realidade econômica do país, mas essa não é uma tendência recente; vem desde a época do primeiro Fies. Se olharmos para o estoque disponível no Brasil hoje, temos mais de 650 milhões de pessoas que poderiam ingressar no curso superior. Dessas, 8 em cada 10 estudantes podem investir até R\$ 500 por mês, “abrindo mão”

de alguns outros gastos mensais essenciais. Portanto, se não temos uma política pública efetiva para a democratização do ingresso e aumentar a penetração do ensino superior, alguém precisa fazer isso e, no Brasil, há muito tempo, essa função é desempenhada pelo ensino a distância. Naturalmente, à medida que comparamos os dados e analisamos os números, percebemos que esse crescimento não é apenas nos últimos anos, ou no último biênio. Essa modalidade cresce a duplo dígito há algum tempo. Se considerarmos especificamente o período de 2022 em comparação a 2021, observamos um ganho expressivo na penetração, quase 5 pontos percentuais em todo o país, mais precisamente 4,6%. Esse crescimento representa mais que o dobro nos últimos dois a três anos em comparação à penetração de ensino superior no Brasil, com a população-alvo de 18 a 24 anos. Isso posto sobre a ótica de regiões do Brasil, têm-se destaques importantes para a região Norte, que é aquela que mais ganha nesse indicador, e uma evolução onde o EAD é, de certa forma, mais evoluído no Sul do Brasil. Esse ganho significativo é uma consequência natural da expansão do ensino a distância. Entre as regiões, se nós analisarmos as taxas de crescimento, depois eu sei que falaremos brevemente sobre o segmento presencial, que também voltou a crescer, percebemos que região Nordeste foi a que mais respirou esse tipo de oferta. Mesmo com uma diferença pequena, de 0,2% pontos, houve um crescimento expressivo no número total de matriculados, o que possui relação direta com uma mudança de qualidade na entrega desse tipo de educação no Brasil.

Já que você tocou nesse ponto sobre

ingressantes em cursos presenciais, o Censo também mostrou crescimento nos últimos dois anos, mas o volume que chamamos de “pré-pandemia”, ou seja, por volta de 2019, ainda não foi retomado. Você acredita que isso é uma tendência e os cursos a distância serão realmente a maioria daqui para a frente?

Daniel Infante: Penso que a grande queda do presencial, que foi de certa forma impulsionada, em parte, pela pandemia, não foi o único fator. Ela foi, de fato, um impulso para a migração entre formatos, pela razão principal que coloquei aqui na minha primeira resposta. Contudo, quedas significativas, como as observadas nos últimos anos para o ensino presencial, não acredito que se repetirão. Eu sou o maior defensor de que curso presencial ainda tem espaço no Brasil, principalmente porque isso ocorre pela forma pela qual o público que hoje escolhe realizar sua graduação ainda vê valor percebido. O problema é que precisamos saber fazer esse presencial ser um novo presencial na linha da hibridização e que, de certa forma, converge com essa nossa defesa, pelo menos a minha aqui, de que a tecnologia posta no processo de ensino e aprendizagem, com um pensar com inteligência, isto é benéfico. Mais um aditivo à fala de que o presencial ainda respira: há cursos que, independentemente da regulação, são cursos que se não temos presencial, não consigo vislumbrar um futuro muito promissor. A área da saúde é um exemplo e até o próprio Direito, apesar de muitos afirmarem que não haverá mais espaço para o presencial. Não acredito muito nessa virada tão absurda entre as modalidades. É lógico que isso muda a dinâmica de mercado, mas ainda há um espaço significativo para o presencial, e os

números de 2022 refletem um ciclo. Acredito que é outra característica de retorno efetivo de pós-pandemia, acredito que se voltarmos ao tempo também é sabido e compreendido que foi aquele no qual havia taxas de imunização mais expressivas. A demanda que observamos em 2021, aliada a taxas de imunização significativas, influenciou positivamente o crescimento do presencial. Entretanto, essa visão macro, pelo menos em relação à modalidade, é aquela que eu defendo fortemente e que acredito que, no futuro, se mostrará verdadeira nos números do Censo.

Particularmente, tenho uma dificuldade enorme de estudar EAD. Eu gosto de estar presencialmente, conversar com as pessoas, olhar “tête-à-tête”, eu penso até que a comunicação flui melhor. No entanto, eu acredito que é de perfil e geração, e devemos enfrentar essa nova realidade.

Professor Celso, na divulgação do Censo, o ministro da Educação, Camilo Santana, demonstrou uma preocupação justamente com essa “explosão”, com esse aumento acelerado da EAD no país. Segundo ele, o MEC aprimorará a regulação desse setor, implementando novas diretrizes para qualificar esses cursos a distância. Percebemos também essa preocupação no setor privado de educação? Você pode nos dar mais detalhes?

Celso Niskier: Eu penso que a preocupação do ministro nos preocupa por uma razão. Quer dizer, certamente nós defendemos a qualidade não só no EAD, como no presencial, mas nós também acreditamos que não se pode generalizar o EAD como um todo e taxá-lo de uma modalidade de menor qualidade, sem ao menos identificar

as boas iniciativas que existem e qualificar as instituições. Nossa defesa é pela modalidade EAD como uma modalidade usada no mundo inteiro, que democratiza o acesso ao ensino superior; uma modalidade que a grande maioria das instituições utiliza respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e respeitando a lei. Se houver iniciativas sem qualidade, assim como no presencial, devem ser supervisionadas e, eventualmente, que ela possa melhorar a qualidade dentro das diretrizes do próprio MEC. Portanto, eu penso que esse discurso de que o EAD não possui qualidade deve ser combatido com muita veemência, porque é uma generalização injusta com as centenas ou milhares de iniciativas muito bem-sucedidas nessa modalidade, não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo. É preciso conhecer mais, ter um bom diagnóstico, aliás, ter uma política pública para a educação superior, em especial a EAD, mas, na ausência de políticas públicas, generaliza-se e se assume certas pré-condições, que eu diria preconceitos, a respeito de uma modalidade fundamental para o crescimento do Brasil. Sem o EAD crescendo nesse volume, não atingiremos as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O EAD é fundamental para garantir o crescimento da educação superior no Brasil neste momento, inclusive pela falta de oferta de financiamento estudantil. Se não fosse o EAD, os números estariam muito piores em termos de penetração da educação superior no Brasil se comparado, por exemplo, com o Chile ou com países desenvolvidos. É evidente que esse crescimento quantitativo deve ser acompanhado pela qualidade necessária, mas o MEC possui todos os instrumentos para isso, sem ter que proibir a modalidade. Ele pode

acompanhar cada instituição, estabelecer critérios mínimos de qualidade, reconhecer ou não reconhecer cursos que não tenham a devida qualidade, mas não se pode rotular toda uma modalidade de baixa qualidade, esquecendo suas vantagens e importância para a democratização do conhecimento em um país com as dimensões do Brasil.

Eu quero concluir dizendo que estamos com o ministro participando dos grupos de trabalho exatamente para tentar levar ao MEC a ponderação de que a qualidade pode melhorar, mas que não se batize equivocadamente a modalidade como de segunda categoria.

Excelente pontuação, professor Celso. E por falar em grupos de trabalho no MEC, o Bruno, que é diretor jurídico da ABMES, tem participado e representado a Associação nessas reuniões. Como você percebe o clima lá, Bruno? Essa preocupação com a qualidade do EAD está sendo realmente vista de forma negativa ou positiva?

Bruno Coimbra: Carol, excelente ponto. No grupo de trabalho percebemos que, desde a redefinição do modelo regulatório para oferta de cursos EAD, cursos da área da saúde e tantos outros, em 2017, houve uma grande redefinição do processo regulatório, incluindo a criação de polo e como se dava a avaliação de diversos cursos. Porém, não houve uma discussão abrangente sobre a forma da prestação do serviço educacional de alguns cursos, tanto é que o enfoque desse grupo de trabalho foi o curso de Direito e cursos da área da saúde, como Odontologia e Enfermagem. Ou seja, não é uma discussão focada só nos cursos da área da saúde; o curso de

Direito também está sendo acompanhado como tantos outros. Parece que o MEC, quando retoma essa discussão, ele se propõe a ouvir, como evidenciado por uma audiência pública aberta à comunidade, proporcionando uma oportunidade para discutirmos o formato ideal de entrega para os estudantes. Alguns dados, até mesmo do Censo e de algumas avaliações feitas pelo próprio MEC, levantaram alertas sobre a EAD e, talvez, essa seja uma grande oportunidade de rediscutir isso. Uma observação importante sobre esse tópico é a respeito de modalidade: nós só temos duas, presencial e a distância. As diretrizes, que são grandes documentos hoje para as instituições estruturarem os seus projetos pedagógicos, não falam em modalidade. Durante a pandemia, discutimos mais uma perspectiva de metodologia do que modalidade, explorando formas da prestação do serviço educacional com conexão entre professores e comunidade acadêmica. Alguns preconceitos e concepções sobre o que é possível ou impossível talvez tenham sido desmistificados durante a pandemia. Longe de mim querer fazer qualquer alusão de que tudo é possível; é evidente que as tecnologias hoje nos desafiam a talvez até pensar isso, de que não há limite para elas e como são construídos os regulamentos e as políticas públicas. É evidente que existe a livre-iniciativa, pensando diversas formas da prestação de seu serviço educacional. A ABMES, em particular, possui uma preocupação com a qualidade e essa tem sido a premissa básica.

Bom, falamos da qualidade do ensino, independentemente da modalidade. Mas sabemos que alguns cursos, como vocês

já citaram - Enfermagem, Odontologia, Medicina -, não conseguimos imaginar sem a prática. Como você ter o (a) estudante examinando a boca de um paciente? É possível garantir essa qualidade de EAD para cursos como esses?

Daniel Infante: Vou tentar abordar essa pergunta de uma forma que talvez esteja em um prisma que ninguém olhe com tanta profundidade. Se levantarmos os dados de crescimento do ensino a distância no Brasil, observamos que o segundo grande grupo que mais cresce é aquele formado por instituições de ensino locais, com tradição e marcas fortes na sua geografia. Então, eu não vejo, pelo menos nas análises que são feitas aqui, um qualificador maior do que marca. Então, penso que esse é um ponto que independe se falamos de uma vocação, seja na primeira onda do EAD, segunda onda do EAD ou de outras questões que detêm esse tipo de atributo. Essas instituições trabalham para oferecer uma qualidade superior, então penso que esse é um ponto que talvez fique em segundo plano nas primeiras análises. Sempre levado em perspectiva, o EAD cresce muito mais na perspectiva local, daquela marca local, aquela instituição tradicional que tem reputação, que preza pelos critérios no máximo de qualidade, e isso vai da Pedagogia ao curso de Biomedicina, passando por Engenharia, Tecnologia. Se colocarmos sobre uma lupa também são cursos que crescem nas duas modalidades, então isso só complementa esse raciocínio. Eu penso que a maneira de entregar a educação, feita sobre o prisma que o professor Celso até descreve no início, independe do formato de entrega da modalidade. Penso que isso é um termo que, talvez, nesse viés de que longe da leitura, mas é o que ocorre, é o

que os dados de 2022 nos sinalizaram. Marcas tradicionais e locais, se agrupadas, elas vencem e quase empatam com o primeiro grande grupo, com a primeira marca nacional que tem um prisma consolidador. Então, quem cresce, de fato, no EAD é esse perfil de instituição que tem já um DNA, que tem já um posicionamento, que tem esse tipo de atributo na sua composição de oferta.

Interessante esse ponto de vista, realmente não havíamos pensado nela.

Bruno Coimbra: Carol, vou começar pelo seguinte: qualidade. Muitos dizem isso. O que é qualidade? É um desafio imenso de determinarmos. Não tem um selo, por assim dizer, de qualidade. O que temos formal de qualidade são os indicadores de qualidade do Inep, que faz a avaliação de análise, é toda uma sistemática. Pode ser, inclusive, que um curso que tenha qualidade medida não tenha uma qualidade reconhecida por um conselho profissional, reconhecida pelo mercado de trabalho, reconhecida pelo estudante que vai buscar a sua formação, a depender, inclusive, do enfoque daquele curso. Então, a primeira discussão de qualidade, eu penso que ela ainda precisa ser melhor, sintonizada e equalizada. Qualidade é o quê? É a Nota 5, é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) alto, é o CPC? A ABMES possui uma proposta de discussão de empregabilidade, de captação, então são vários os elementos que vão dizer a respeito da qualidade e a diversidade, porque o formato como o MEC nos mede tende a nos uniformizar, ficamos cada vez mais parecidos. Então, tem o desafio de diversificar - e aquele curso é melhor porque ele se diversificou em uma determinada tonalidade.

Então, primeiro que é um desafio muito grande afirmarmos categoricamente sobre qualidade, pois depende do ponto de vista. Sobre a educação a distância, ou até a discussão que estamos tendo em Direito, em qualquer outro curso, como eu disse aqui, as diretrizes curriculares não trazem esse referencial de modalidade. De certo modo, é uma liberdade para as instituições definirem o seu projeto pedagógico. A limitação que existe hoje é um referencial na Portaria 23, que diz o seguinte: “os cursos em EAD não podem extrapolar 30% de presencialidade”. Só que aí tem uma vírgula, que diz o seguinte: “não computa nesses 30% as atividades de estágio, de laboratório, aquelas que são próprias de serem desenvolvidas presencialmente”. Esse artigo da regulamentação termina da seguinte forma: “respeitadas as especificidades daquele curso”. Desse modo, se eu vou respeitar a especificidade de um curso de Enfermagem, eu vou ter que dar uma carga de presencialidade dele muito alta e, eventualmente, um curso que nasce com o carimbo de EAD, por assim dizer, é um curso de Enfermagem EAD, ofertado em um polo de apoio a distância que possui, eventualmente, até 70% de presencialidade. Aí você vai me dizer: “Bruno, se ele tem 70% de presencialidade, matemática é fácil, ele é um curso presencial”. Aí é só uma questão de forma, foi a opção do regulador de colocar esses formatos e essas categorias, por assim dizer. É um curso EAD oferecido em um polo que possui uma sistemática avaliativa, que inclusive é ponto de discussão, e ele possui uma carga que extrapola, ou seja, ele é um curso presencial. Então, é só por uma eventual estratégia de posicionamento daquele curso. São nuances do sistema regulatório brasileiro. Para usar aqui,

mais uma vez, a expressão do professor Gilberto Garcia: “São as nossas jabuticabas dentro do nosso cipoal regulatório”. É isso que temos para discutir.

Muito interessante, Bruno. Celso, o que você pensa sobre essa questão da qualidade do ensino, independentemente do curso?

Celso Niskier: Eu acredito que a qualidade é medida pela aprendizagem do estudante. O que se propõe um curso superior é que o estudante aprenda determinadas competências, aquelas que estão estabelecidas nas DCNs, e é evidente que podemos analisar também que esse aprendizado seja significativo, que impacte o mundo, o mercado de trabalho, mas, no final das contas, não importa muito os insumos ligados à infraestrutura ou a currículos ou a apoios de recursos didáticos. O objetivo é a aprendizagem e esta é o que se deseja. Ora, essa aprendizagem pode acontecer em sala de aula, mas pode acontecer em ambientes virtuais de aprendizagem, em ambiente de trabalho, com aulas remotas. Isso está dentro do que a ABMES chama de “abordagem dos quadrantes híbridos”. Portanto, não faz muito sentido estabelecer que a qualidade se dá exclusivamente em cursos presenciais ou exclusivamente em cursos EAD. Eu penso que essa discussão é distorcida na origem. Qualidade é aprendizagem, que o estudante demonstra por testes, por exemplo, como o Enade ao final do curso. Há cursos de EAD, por exemplo, cito a minha instituição em que a modalidade EAD, no curso de Marketing, tirou conceito de 5, melhor do que o conceito do curso presencial de Marketing, que também foi 5, mas foi 5 em um contínuo menor. Então, eu acredito que, como o Daniel colocou muito

bem, as instituições que têm marca e que fazem um trabalho sério, normalmente a modalidade EAD delas reflete essa seriedade e a qualidade do presencial. Por isso, eu acredito que esse recorte de separar o presencial e o EAD, e avaliá-los separadamente, fora do contexto da avaliação de uma instituição, é um equívoco, transformando modalidade em problema quando modalidades são alternativas pedagógicas para garantir a aprendizagem do estudante que, no fundo, é o que interessa. Então, em síntese, eu discorro para dizer que nós estamos errando ao considerar que crescimento perde qualidade e o EAD não tem tanta qualidade por ser o EAD. Eu considero que precisamos focar no estudante, no que ele aprende, nos exames que ele preenche e presta. Agora, se existe um curso presencial ou EAD que não tem um bom conceito nas avaliações oficiais, que ele seja sancionado dentro da legislação que hoje está disponível pelo MEC. Nós defendemos o EAD como princípio porque acreditamos no potencial dessa modalidade para democratizar o acesso a esse ao ensino superior. É claro que com a devida qualidade supervisionada pelo MEC, como está na Constituição Federal, nada além disso. Qualquer outro discurso contra a modalidade envolve ideologia, preconceito, corporativismo, e penso que decisões de educação e de políticas públicas não podem ser tomadas com base, prioritariamente, em ideologias ou preconceitos. Eu penso que nós temos que buscar quais são as evidências de que, de fato, não há qualidade e trabalhá-las mediante um mecanismo de colaboração, inclusive com as próprias instituições. Eu penso que não tem nenhum mantenedor que não deseja conferir qualidade aos seus cursos,

penso que isso é unânime. O que se precisa é trabalhar de mãos-dadas para que a melhoria da qualidade se dê em paralelo com o aumento da quantidade, porque o Brasil ainda não está nem perto das metas do PNE. E agora vamos parar uma modalidade que era a única que vinha crescendo e que nos aproximava das metas? O que nós temos é que melhorar a modalidade, melhorar as ofertas ao mesmo tempo em que garantimos a expansão. O Brasil precisa crescer com qualidade. Não adianta parar o crescimento a pretexto de uma qualidade que se vai buscar no futuro. Nós temos que fazer as duas coisas em conjunto: crescer e desenvolver a qualidade.

Professor Celso, o Censo, que comentamos desde o início, não mostra essa qualidade precisa, essa questão dos cursos de graduação, e você falou em certas evidências. O que percebemos em um dos indicativos do Censo é com relação à proporção de alunos pela quantidade de professor. Percebemos existir uma proporção muito maior de estudantes, de acordo com o professor e com os cursos, que às vezes é maior que a média do país. Podemos considerar esse indicativo na hora de fazer essa medição da qualidade?

Celso Niskier: Olha, veja como que a discussão resvala para mitos. Primeiro, eu quero dizer que, mesmo em um curso presencial, não há correlação do desempenho dos estudantes com a quantidade de estudantes em turno. É um mito que se criou que, no limite, o professor que dá aula para um estudante, esse estudante iria muito melhor do que um professor que dá aula para 100. Não conheço trabalhos que estabeleçam um número ideal de estudantes por professor. Quer dizer, existe, obviamente,

um número com o qual aquele professor se sente mais confortável para trabalhar. Mas, se compararmos laranja com laranja, não existe consenso. Agora, se compararmos com laranja e banana, é pior ainda. Comparar um professor de curso presencial com uma modalidade que é assíncrona e virtual, ou seja, que o estudante estuda na sua própria velocidade, no seu tempo, com a ajuda de professores que são tutores, é lógico que a atividade de um professor-tutor é diferente do professor que dá aula em uma turma. Inclusive, quero voltar aqui à questão: hoje você tem atividades dadas em grandes universidades americanas, com salas de 300 alunos e ninguém questiona a qualidade dos grandes professores nos Estados Unidos, nas universidades americanas, que dão aulas em anfiteatros para 300 estudantes; é claro que ajudados por assistentes de ensino para apoiarem os estudantes nas suas dificuldades. Então, quando você compara o professor presencial com o tutor, é lógico que o tutor atende a mais alunos porque, inclusive, ele está disponível o tempo inteiro. O aluno tem acesso ao tutor o tempo inteiro; ele pode fazer perguntas o tempo inteiro, enquanto o professor só está disponível em sala de aula. Não se pode comparar laranja com banana. O trabalho de um professor em sala de aula é importante na modalidade presencial, é essencial, e um tutor que atende a uma modalidade EAD, assíncrona e virtual, possui outro tipo de trabalho e atende a mais pessoas e, às vezes, atende melhor, porque responde à dúvida do estudante, quando o mesmo tem dúvida. O estudante que tem dúvida no presencial tem que voltar na semana seguinte na aula daquele professor. Então, pessoal, por favor, não podemos tratar de

assuntos tão sérios, de políticas públicas, fazendo comparações equivocadas porque compara, como eu disse, coisas diferentes. Eu acredito que precisamos ter uma discussão mais séria e mais baseada em evidências. Estivemos agora levando um grupo de reitores para o Canadá, visitando a Universidade de Waterloo e o Bruno estava lá. Nós perguntamos ao professor se a modalidade EAD, se as disciplinas são dadas como opção, o estudante pode fazer presencial e, em alguns casos, pode fazer uma disciplina *on-line*, principalmente aqueles que precisam da flexibilidade porque estão trabalhando ao mesmo tempo que estão estudando, e nós perguntamos ao professor: “Essa disciplina é mais barata, não é?” e ele nos olhou com uma cara de espanto e nos perguntou: “Por quê?”. O professor que desenvolveu o conteúdo é o mesmo professor da sala de aula. O estudante possui o mesmo nível de rigor naquela disciplina *on-line*, ele tem a flexibilidade, então por que ele pagará mais barato? Qual é o sentido disso? Então, aqui no Brasil, nós desvirtuamos. Porque o EAD virou uma solução para a falta de financiamento estudantil e porque algumas instituições cresceram, naturalmente, aproveitando a escala de programas de educação a distância. Já se generalizou e disse que se perdeu a qualidade. Vamos verificar as notas, vamos olhar o Enade dessas instituições. Se for fraco, a instituição precisa ser sancionada, mas isso é assim no presencial, também não é uma característica da modalidade. Precisa-se romper preconceitos; com preconceito nós não vamos a lugar algum. Educação precisa ser cada vez mais baseada em evidências, e eu não vejo evidências que permitam generalizar como um programa é de má qualidade só

porque é no formato de EAD. Não consigo ver isso como uma verdade, penso que é uma circunstância que pode ser resolvida com políticas públicas de promoção da qualidade, de supervisão, de fiscalização, como é o papel do MEC.

Professor Celso, você tocou no aspecto financeiro, citando o exemplo do que aconteceu no Canadá, dessa diferença de valores do curso presencial com relação ao curso EAD. Passo a pergunta ao Daniel: afinal de contas, isso pode ter algum impacto realmente financeiro nas instituições de ensino? Pode ser positivo ou negativo? Como as instituições se reorganizam nesse aspecto?

Daniel Infante: Também vou voltar um pouco no tempo aqui... Penso que essa resposta não é imediatista, penso que ela tem uma história do porquê de hoje termos um cenário de redução de receita líquida mensal no segmento particular como um todo. Isso data desde a época do Fies, que é justamente a linha de raciocínio aqui. Temos uma sociodemografia que precisa de acesso. Se eu não tenho um programa de política pública que endereça isso, alguém tem que fazer as vezes. Então, à medida que eu tenho, em 2014, a explosão de matrículas que vieram para um programa de financiamento que tem um bom fim, mas meios que não foram os ideais, criamos para a indústria uma necessidade de adaptação de curtíssimo prazo que não era condizente ao bolso de quem poderia escolher cursar uma graduação. Desde essa época, se puxarmos a série histórica, completa, temos uma redução de receita líquida da indústria particular de ensino superior no Brasil. Então, não é um dilema atual. Dessa forma, posto sobre essa tensão de prazo,

leva as instituições, em todos os seus planejamentos, não se apoiarem tanto nesse indicador. Eu penso que a onda não é dos últimos dois ou três anos, ela é dos últimos 10, talvez. E dentro dessa linha, o EAD, a tecnologia, ela é mecanismo de eficiência operacional. Bem, então, novamente, eu concordo 100% que a generalização, como o professor Celso colocou, ela é danosa em vários sentidos. Ela é danosa na sua leitura de topo de *iceberg* e de meio também, porque não necessariamente o EAD é uma oferta, é um mecanismo que a instituição de ensino utiliza para se pôr em regras de mercado, em função do perfil de demanda. Então, tentando resumir o que eu estou querendo colocar aqui, hoje não se tem uma condição de gestão na ótica financeira, que leve receita como principal indicador. Precisamos virar margens melhores, tentar adaptar a minha estrutura, mantendo sempre as premissas de qualidade a margens melhores. O estudante precisa, de fato, de acesso. Se hoje eu não tenho um programa de financiamento ou alguma política pública efetiva, precisaremos equacionar isso com as nossas condições, com os nossos recursos. É com o uso inteligente de uma política comercial, uma bolsa social ou algo nesse sentido que permita que esse estudante pague o valor de mensalidade adequado à condição que ele tem. Então, penso que é muito nessa linha, e não é de agora, é do histórico e tem uma razão que, talvez, seja essa que eu tenha tentado colocar desde o início da minha fala aqui: tudo nasce na demanda, tudo nasce na nossa população, na nossa sociodemografia. A partir disso que nós vamos “escorregando” tudo.

Professor Celso, como a ABMES está podendo ajudar as instituições nesse processo?

Celso Niskier: Olha só, nós ajudamos em vários processos. Naturalmente, temos feito cursos, palestras e seminários apresentando modelos inovadores, como os modelos híbridos. Temos levado reitores a vários países para conhecer experiências bem-sucedidas não só da atividade presencial, como no EAD. Temos representado o interesse dos nossos associados nos grupos de trabalho criados pelo MEC, onde a professora Iara de Xavier e o próprio Bruno participam com brilhantismo, defendendo os nossos pontos de vista. Ou seja, temos dado todas as condições para que os associados possam usufruir dessa onda do EAD, sempre com esse foco na inovação, na qualidade e na evolução dos modelos regulatórios, que inclusive é uma bandeira do Fórum das Entidades Representativas da Educação Superior Privada. Então, a nossa atuação tem sido muito mais de orientação e de defesa, do ponto de vista da expansão com qualidade do nosso setor, e temos tido sucesso em várias dessas batalhas, mas enfrentamos e continuaremos a enfrentar, com muito empenho, todo e qualquer preconceito contra uma modalidade que se mostrou vitoriosa no Brasil e no mundo. E essa será sempre a defesa da ABMES em prol dos nossos associados.

Vocês comentaram aqui a respeito de uma consulta pública que está aberta. Vocês gostariam de comentar sobre ela, Bruno?

Bruno Coimbra: Eu gostaria. Inclusive, divulgamos um vídeo nas redes da ABMES, Carol, sobre o que é a consulta pública. Diante dessas várias discussões, o MEC também, em decorrência do grupo de trabalho, expede um relatório final. É claro, isso aí está focalizando esses cursos que mencionei aqui, há um ponto de análise nesse GT. Em decorrência das discussões, vamos para uma discussão de modalidade e o grupo de trabalho fica muito em uma vertente de metodologia, que é muito isso que o professor Celso falou, não “arredamos o pé” de defender a livre-iniciativa. Talvez o nosso grande relicário seja a autonomia didática-pedagógica que cada instituição confie na sua competência de estruturar o seu projeto pedagógico e construir os currículos dos seus cursos. Então, isso evolui e essa audiência pública, que está disponível até no site da ABMES, as instituições podem mandar as suas contribuições e críticas. E a ABMES também se dispôs a reunir e organizar todas essas reflexões, até mais especificamente dos nossos associados, para fazer uma entrega uniforme ao MEC na linha do que já fizemos no grupo de trabalho, em todas as discussões que estivemos, estamos e estaremos. Não há espaço vazio, a depender da ABMES. Eventuais portas que não tenham sido abertas para nós, seguramente estamos ali batendo para encaminhar as nossas reflexões e influenciar positivamente qualquer política pública ligada à educação superior.

Indicações do episódio:

- Artigo: [Censo da Educação Superior 2022](#): Reflexões para um Futuro Promissor - Thiago Payva
- Livro: O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente - Antônio Gois
- Livro: [Nota Técnica - expansão, qualidade, avaliação e regulação da educação superior no setor privado](#) - ABMES

Ficha técnica:

- Apresentação: Carolina Augusta
- Produção: Camila Griguc
- Edição de som: Jonathan Alves



**Associação Brasileira de Mantenedoras de
Ensino Superior (ABMES)**

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060

Telefone: (61) 3961-9832
www.abmes.org.br